**Coleção Relações Internacionais**
*Coordenador*: Paulo Gilberto F. Visentini

– *Introdução às Relações Internacionais:* temas, atores e visões
Cristina Soreanu Pecequilo
– *Relações exteriores do Brasil (1945-1964)* – O nacionalismo e a política externa independente
Paulo Gilberto F. Visentini
– *História das Relações Internacionais* – A *Pax Britannica* e o mundo do século XIX
Antônio Carlos Lessa
– *Relações Internacionais Contemporâneas* – A ordem mundial depois da Guerra Fria
José Augusto Guilhon Albuquerque
– *História das Relações Internacionais II* – O século XX: do declínio europeu à Era Global
Christian Lohbauer
– *As relações internacionais da Ásia e da África*
Paulo Fagundes Visentini

Antônio Carlos Lessa

# História das Relações Internacionais

## A *Pax Britannica* e o mundo do século XIX

Petrópolis

# Sumário

# Lista dos mapas

# Introdução

Com as inflexões que vêm ocorrendo nas relações internacionais desde o início da década de 90, especialmente pontuadas pelo fim da Guerra Fria e pelo advento da globalização, o estudo das Relações Internacionais, além de focalizar as interações entre Estados nacionais, tem se voltado também para a análise de diversos fenômenos recentes e complexos, tais como a integração regional e a formação de blocos econômicos, a cooperação e a segurança nos níveis regional e internacional e a estruturação de regimes internacionais em áreas como as do clima, do meio ambiente, da proteção internacional dos direitos humanos e da política econômica, entre outros temas de uma agenda crescentemente complexa. Essa agenda tem, por seu turno, impactos certos e imediatos sobre os modos como os atores sociais no nível intranacional respondem aos desafios impostos pela cena internacional e também como percebem oportunidades em um meio em constante transformação.

O profissional de Relações Internacionais deve estar apto a situar-se com agilidade intelectual diante dos fatos do mundo contemporâneo, cada vez mais fundamentalmente influenciados por eventos e decisões que em grande parte transcendem o poder de Estados e instituições nacio-

nais. São requisitos importantes atualmente, para um número crescente de posições no mercado de trabalho, o domínio de línguas estrangeiras, uma visão de mundo e postura cosmopolitas, cultura geral sólida e a constante atualização sobre os principais acontecimentos mundiais, a partir de uma perspectiva multidisciplinar e consolidados a partir de densa formação teórica e analítica. A disciplina Relações Internacionais, como também a formação profissional que dela decorre, é multidisciplinar por definição, abrangendo contribuições da grande área das Ciências Humanas em geral, e em particular das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), do Direito, da Economia e da História. A disciplina, portanto, como a formação profissional que dela decorre, deve ser antes de tudo, o resultado de um equilíbrio entre os diferentes paradigmas existentes para a compreensão das dinâmicas econômicas, políticas, sociais, culturais e normativas que caracterizam as interações entre as comunidades nacionais.



A História das Relações Internacionais é uma disciplina que tem importância fundamental na formação do conhecimento da grande e complexa disciplina que é Relações Internacionais. Não é possível compreender o arranjo do poder mundial contemporâneo e o peso relativo que cada uma das grandes potências e das potências médias têm na ordem internacional, sem que se entenda o seu processo histórico de formação. Por que alguns países são mais desenvolvidos do que outros? Por que alguns deles têm mais poder e maior capacidade de impor a sua vontade aos demais? Quais os valores que informam a construção da ordem internacional contemporânea – riqueza, poder, influência? Essas e muitas outras perguntas consti-

tuem a maior parte das inquietações dos estudiosos das relações internacionais, e têm enorme peso no modo como os países estabelecem relações de cooperação ou de conflito entre si. Essas importantes perguntas sobre as relações internacionais contemporâneas, entretanto, não podem ser respondidas sem que se considere a formação histórica dos Estados nacionais, a evolução das relações entre eles, as formas que buscaram para manejá-las, os valores políticos, econômicos e culturais que informaram a constituição da ordem internacional etc. Os próprios modelos teóricos característicos da disciplina Relações Internacionais não podem ser compreendidos e eficientemente aplicados à realidade contemporânea se desconsiderarmos a dimensão histórica das relações internacionais.

A disciplina História das Relações Internacionais, entretanto, não é uma simples "mudança de foco" da antiga e útil divisão escolar do ensino de história, que se baseia na evolução linear das "eras" – Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea. Pelo contrário, a disciplina em questão privilegia as dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais que surgiram de dentro para fora das comunidades nacionais, facilitando a ascensão de algumas delas e a decadência de outras. Ainda que alguns temas e processos históricos sejam muito importantes, como as sucessões dinásticas, as corporações diplomáticas e militares, não é deles que se ocupa precipuamente a História das Relações Internacionais, mas sim das repercussões que tiveram no movimento (o estabelecimento de relações pacíficas, de cooperação ou de conflito) das relações internacionais.

A História das Relações Internacionais é, enfim, um campo das relações internacionais há muito consolidado,

que teve as suas origens nas transformações metodológicas que subverteram as bases da construção das ciências históricas na Europa a partir da década de 1930 e que se estabeleceu como campo autônomo dos estudos em História como decorrência de um longo amadurecimento que se iniciou na França, e depois foi estendido por toda a Europa e nos Estados Unidos. Na América Latina, a História das Relações Internacionais também se desenvolveu como disciplina autônoma, e atualmente os meios acadêmicos especializados no México, na Argentina e no Brasil são grandes pólos da produção do conhecimento especializado.



Este livro tem como objetivo geral oferecer uma primeira abordagem da disciplina História das Relações Internacionais contemporâneas, oferecendo uma visão sintética sobre a evolução da ordem internacional do século XIX, caracterizada pela preponderância política, econômica e estratégica da Grã-Bretanha. Assim, busca explicações para a ascensão gradual desse país na escala do poder mundial, difere os seus padrões de comportamento exterior, inquere sobre os arranjos da política internacional que favoreceram a sua ascensão, alinhando, para tanto, as dinâmicas que se estabeleceram nas relações entre os países europeus – e desses com o resto do mundo – nas dimensões culturais, políticas, econômicas e estratégicas, para alçar a Grã-Bretanha à condição de primeira potência verdadeiramente global das relações internacionais.

O livro tem quatro capítulos. No primeiro deles será apresentada a formação do sistema mundial e as suas características primordiais, tais como a prevalência da tendência ao afastamento das grandes hegemonias que tentaram se estabelecer na Europa do século XVI ao início dos

oitocentos, passando da tentativa de dominação dos Habsburgo espanhóis e austríacos às tensões no equilíbrio de poder causadas pela Revolução Francesa e pelo seu fruto mais intempestivo, Napoleão Bonaparte. Nesse capítulo são estabelecidas também algumas das causas que favoreceriam posteriormente a ascensão britânica ao posto de primeira potência européia, como a Revolução Inglesa, que criou condições políticas e sociais para a posterior evolução do capitalismo industrial.

O sistema internacional consagrado no Congresso de Viena de 1815, os seus princípios e valores, e como se manifestaram nas relações internacionais dentro e fora da Europa, são os temas do capítulo 2. Nessa parte também serão examinados os processos de independência das colônias ibéricas, e a importância que tiveram para a expansão do liberalismo econômico ao longo da primeira metade do século XIX, a partir da consolidação das transformações econômicas pungentes decorrentes do crescimento da economia industrial que se processou na Grã-Bretanha desde o final dos setecentos.

No capítulo 3 serão abordadas as características da proeminência britânica nas relações internacionais do século XIX, justamente porque é entre o final da década de 40 e o início da década de 70 que o poder político e econômico da Grã-Bretanha conheceu o seu apogeu. Algumas dinâmicas correlatas também são examinadas neste capítulo, como a expansão da Revolução Industrial pela Europa, as guerras de unificação em torno da causa das nacionalidades que produziram duas novas grandes potências européias (Itália e Alemanha) e o desenvolvimento dos Estados Unidos, que criam condições após a Guerra Civil para a ascensão rápida como potência mundial.

A todo período de apogeu, segue-se a decadência. Por isso, o capítulo 4 encerra este trabalho dedicando-se a verificar as condições que favoreceram o declínio da hegemonia britânica, entre os anos 1870 e 1890. Esse processo foi pontuado pela emergência do desafio bismarckiano à supremacia inglesa e ao equilíbrio de poderes que se tornou uma regra nas relações internacionais da Europa pelo menos desde o final das guerras napoleônicas, pelo advento e universalização de um novo paradigma industrial (que se convencionou denominar de II Revolução Industrial) e pelo surgimento de um novo viés de competição nas relações intra-européias, com a corrida que levou ao surgimento de novos impérios coloniais.

A evolução das relações internacionais a partir do final do século XIX é objeto do segundo volume sobre a História das Relações Internacionais desta Coleção, preparado pelo Professor Paulo Vizentini, a quem agradeço sinceramente pela confiança e apoio. As sugestões do percuciente colega e amigo Virgílio Arraes alargaram os horizontes limitados deste trabalho. As muitas horas de convivência roubadas do pequeno Caio e de Daniella são apenas compensadas pela perspectiva de que este livro possa, modestamente, servir à formação das novas gerações de bacharéis em Relações Internacionais no Brasil.

# 1 As revoluções atlânticas e a ascensão inglesa (1776-1815)

## 1.1. A formação do sistema europeu de estados

A história das relações internacionais ao longo do século XVI e até o final do século XIX é marcada pela rivalidade crônica que caracterizou o sistema de estados europeu. As grandes transformações políticas e econômicas que favoreceram o surgimento e a consolidação do Estado-nação europeu e, particularmente, a sua expansão pela exploração e colonização de territórios ultramarinos, contribuíram para a ascensão política e econômica da Europa sobre outras regiões do mundo.

Desse processo originou-se o sistema de estados transoceânico e global, que subjugaria, ao longo dos séculos seguintes, os demais centros de cultura e poder, como a China, a Índia e todo o Império Otomano, e que se construiria especialmente sobre as riquezas e os territórios da América, da África e da Oceania. A história das relações internacionais, a partir do século XVI, é uma tentativa de compreender as causas que permitiram ao sistema europeu de estados soerguer-se sobre as civilizações que estavam no

início da Era Moderna em estágio similar de desenvolvimento e de dominá-las, o que aconteceu até o final do século XIX.

A desintegração das formas políticas medievais e da unidade de ação proporcionada pela cristandade são processos que subverteram as tradicionais práticas de governo e de construção da autoridade na Europa. No período compreendido entre o final do século XIII e o século XVII surgiu uma nova forma de organização política, o Estado nacional, que consolidou os recursos materiais e a autoridade política e militar em torno do *príncipe*, transformando-se na principal instituição política do Ocidente. O surgimento e a consolidação do Estado-nação teve causas múltiplas e complexas, que levaram ao colapso gradativo do sistema socioeconômico feudal – entre as quais se pode lembrar a melhoria dos meios de comunicação, o incremento dos fluxos de comércio, a invenção da imprensa e as descobertas transoceânicas (que deu início à conquista e colonização de outras partes do mundo).

O arranjo de poder europeu que emergiu no início da Idade Moderna foi uma conseqüência direta da existência de grandes estados que tiveram, uns mais do que outros, condições econômicas, tecnológicas, militares e sociais de erguerem-se como potências, em condições relativamente similares de desenvolvimento. A existência concomitante dessas múltiplas independências nacionais, e a capacidade diferenciada que os estados demonstraram de manejar com maior ou menor eficiência os meios de que dispunham, permitiram que alguns desses atores tentassem sobrepor-se aos demais, enquanto esses agiam para impedir a construção de uma grande hegemonia sobre o continente e para estimular o equilíbrio entre as partes do sistema. Do

início do século XVI ao final do século XIX, a França, a Grã-Bretanha, a Espanha, a Áustria, a Rússia, a Prússia e a Holanda alternaram-se nos papéis de poderes emergentes e decadentes da cena internacional européia, e os conflitos que travaram entre si, tanto quanto a evolução das alianças diplomáticas e militares que estabeleceram para atingir os seus objetivos, compõem o pano de fundo da evolução do sistema internacional a partir de então. Mas será que algum dos estados europeus teria condições de reunir recursos econômicos e poder militar suficientes para se sobrepor aos demais e de dominá-los?

O historiador Jean-Baptiste Duroselle, um dos consolidadores da moderna Escola Francesa de História das Relações Internacionais, afirmou que uma das mais importantes *regularidades* da história – que devem ser entendidas como a verificação da repetição de certos tipos de acontecimentos ou de conjuntos de acontecimentos, e que são independentes dos níveis técnicos e sociais, dos regimes políticos ou das regiões geográficas – é observada na longa duração e diz respeito à efemeridade dos impérios, ou seja, todos os projetos hegemônicos tendem a perecer. Ademais, para uma determinada era e em determinado espaço geográfico aplicam-se *regularidades imperfeitas* que são denominadas *regras temporárias* – válidas para explicar as dinâmicas internacionais naquele contexto específico, mas que poderão deixar de sê-lo em uma nova estrutura. Nesse sentido, às relações internacionais no período compreendido entre o início do século XVI até o final do século XIX valem tanto a regularidade que prediz que todo império tende a perecer quanto uma regra importante, que diz que se uma grande potência tenta garan-

tir a sua hegemonia, suscita contra ela coalizões que terminam sempre vitoriosas (Duroselle, 2000).

As lutas travadas entre as grandes potências européias para a construção de um sentido de *equilíbrio* entre as partes, nesse grande período, permitem que se observem fases bem precisas, que são estabelecidas justamente pela necessidade de contenção das tentativas de construção da hegemonia de uns sobre os outros. Assim, do início do século XVI a 1648, os esforços dos estados europeus estão concentrados na contenção da tentativa de dominação dos Habsburgo espanhóis e austríacos. De meados do século XVII a 1815, o ator a ser contido é a França, que tanto sob as pretensões de dominação do regime absolutista quanto sob a expansão revolucionária, desafiou, de modo extremamente consistente, o equilíbrio entre os europeus. De 1815, com a derrota dos exércitos napoleônicos, ao final do século XIX, houve uma notável ausência de guerras prolongadas entre os europeus, e construiu-se um relativo equilíbrio estratégico apoiado pelos principais países europeus, entremeado pela ascensão da Grã-Bretanha como principal potência econômica e militar em nível global.



## 1.2. As primeiras tentativas de dominação do sistema europeu de estados

Alguns fatores foram determinantes para explicar o surgimento da primeira tentativa de domínio de um dos estados europeus sobre os demais, que teve importância crucial para o processo de conclusão da consolidação do sistema internacional a partir do século XVI. O primeiro deles é a ascensão de uma poderosa dinastia européia, a dos Habs-

burgo, que se consolidou em uma extensa rede de territórios que se estendeu da Península Ibérica aos Bálcãs. Depois da unificação dos tronos de Aragão e de Castela em 1469, o casamento dinástico permitiu aos reis Fernando e Isabel da Espanha a associação com a dinastia dos Habsburgo da Áustria. O herdeiro da união entre as duas coroas, Carlos, herdou a Espanha em 1516, governando-a até 1556 e, da parte de seus avós austríacos, herdou a Holanda, a Áustria, a Sardenha, a Sicília, o reino de Nápoles e o Franco-Condado, além das possessões coloniais espanholas.

Nos 150 anos que se seguiram à sua eleição como Sacro Imperador Romano (1519), com o nome de Carlos V, os membros espanhóis e austríacos da dinastia Habsburgo ameaçaram a pluralidade política da Europa. Considerando as rivalidades existentes entre os estados europeus, a concentração de tal poder nas mãos dos Habsburgo foi razão suficiente para motivar a contenção da sua influência política e religiosa no continente. O segundo fator é a divisão irreversível da cristandade com o advento da Reforma Protestante e com a reação da Contra-Reforma Católica, o que motivou ferozes lutas religiosas a partir de então. A conjugação dos dois fatores, ou seja, as rivalidades nacionais e dinásticas com a secularização das tendências da fé cristã, transformou o potencial conflito pela contenção das ambições dos Habsburgo em uma guerra de inspiração religiosa (Pomer: 50-55).

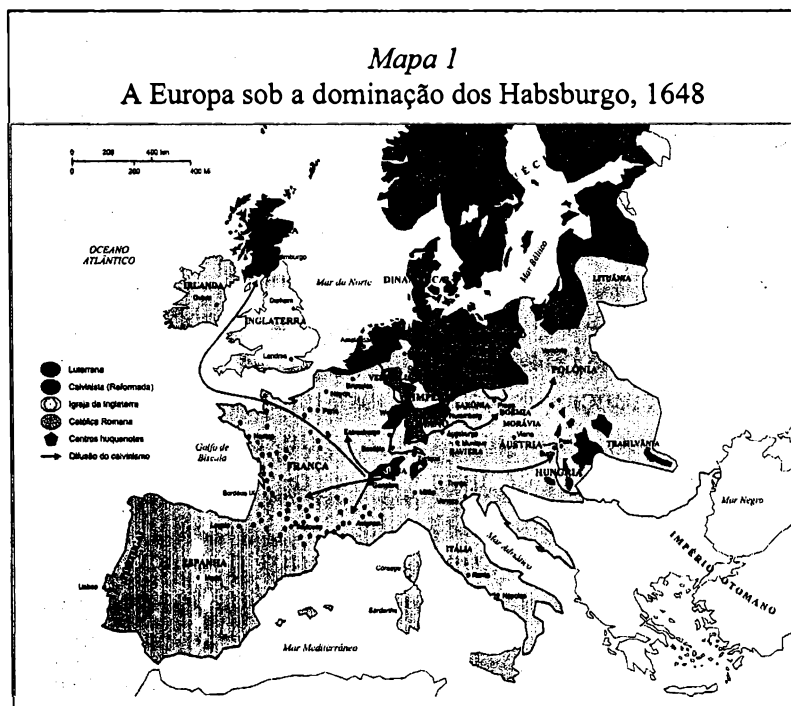
A contestação à tentativa de hegemonia dos Habsburgo teve várias etapas, nas quais o poder e a autoridade da dinastia austríaco-espanhola foram sendo gradualmente desgastados. Da tentativa de debelar a rebelião da Holanda, então província espanhola, na década de 1560, ao fra-

cassado projeto de invasão da Inglaterra, rechaçada em 1588, todas as investidas dos Habsburgo para ampliar ou afirmar o seu poder na Europa foram contidas, favorecendo o surgimento de uma peculiar coalizão anti-hegemônica. Os dois ramos da dinastia Habsburgo, o espanhol e o austríaco, tiveram muitas frentes de batalha no longo período em que se empenharam em conter a expansão da Reforma no Ocidente e no centro europeu, ao mesmo tempo em que procuravam resistir às investidas persistentes dos otomanos ao leste e no Mediterrâneo.

O fortalecimento da autoridade imperial alinhava todos os rivais dos Habsburgo, desde os príncipes da Alemanha (que se dividiram com a Reforma protestante), o Império Otomano, a França, a Inglaterra até mesmo o papado. A fase mais importante desse longo conflito foi o conjunto de batalhas que se denominou Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), no qual o ramo austríaco da dinastia lutou ao lado do ramo espanhol contra todos os estados protestantes da Europa. Somente a participação da França no conflito, ao lado dos protestantes, fez pender a balança decisivamente contra os Habsburgo, que tinham então inimigos demais e muitos territórios a defender. O fim da Guerra dos Trinta Anos, contextualizado no Congresso da Vestfália (1648) é um capítulo crucial na história das relações internacionais, sendo confundido com a própria conclusão da consolidação do sistema de estados europeus, porque permitiu o reconhecimento do equilíbrio religioso e político na Europa e confirmou a supremacia do princípio da independência e da soberania dos estados, em assuntos internos e externos, sobre as tentativas de construção da hegemonia (Koenigsberger: 175-192).

O fim do conflito que opôs os Habsburgo a quase toda a Europa não pôs fim, entretanto, às rivalidades entre as grandes potências européias, e muito menos ao tradicional meio de solucionar as suas diferenças, que era a guerra. O aspecto mais importante das relações intra-européias, a partir de meados do século XVII, foi o surgimento de um sistema multipolar de estados europeus, que passaram gradualmente a tomar as suas decisões de política externa tendo em conta os seus "interesses nacionais", e não mais as suas diferenças de religião. As alianças entre os estados europeus, inclusive, passaram a traduzir progressivamente essa nova realidade, uma vez que deixaram de se constituir em torno de motivações religiosas (no caso da fase anterior, uma frente Habsburgo católica que lutou contra uma coalizão de estados protestantes apoiados pela França), passando a se caracterizarem por arranjos pontuais e instáveis, nos quais os inimigos de uma guerra poderiam ser aliados no conflito seguinte. O Mapa 1 apresenta a configuração do território europeu ao final do grande conflito com os Habsburgo.

Na fase que se abriu em torno de 1660, com a coroação de Luís XIV na França, e se estendeu até 1815, a França se transformou no mais poderoso país europeu, enquanto a Áustria perseverava como potência importante, a Espanha, a Suécia e o Império Otomano passavam a ser potências marginais, e a Prússia, a Grã-Bretanha e a Rússia despontaram. A ascensão rápida da França à condição de primeira potência se deu em contexto de grande rivalidade nas relações intereuropéias, o que facilitou a consolidação do poderio francês, na medida em que os seus oponentes estavam entretidos em guerras de atrito uns contra os ou-

*Mapa 1*
A Europa sob a dominação dos Habsburgo, 1648

tros pelo menos até 1685. A Grã-Bretanha, por exemplo, esteve duramente envolvida em uma série de guerras de inspiração comercial com a Holanda (1652-1654, 1665-1667 e 1672-1674), e as suas atenções somente se deslocaram para o crescimento do poderio da França quando esta demonstrou vontade e capacidade de fazer pender a balança de poderes no continente para o seu lado, procurando expandir a sua presença repetidas vezes na Europa centro-oriental. O crescimento da França motivou, então, a intervenção das demais potências européias encabeçadas pelos ingleses, que procuraram ao longo de uma série de extenuantes guerras não apenas desgastar o poder francês diretamente, mas apoiar os inimigos da França, de modo a preservar os seus interesses em longo prazo. A

fase é caracterizada, antes de tudo, por ser um grande período de guerra (1689-1697, 1702-1714, 1739-1763, 1792-1802), permeado por breves distensões.

A própria consolidação da autoridade do moderno Estado-nação em todos os níveis, processo concluído no início dessa fase, é um aspecto crucial para compreender a evolução das relações intereuropéias nessa fase, uma vez que os diferentes países desenvolveram estruturas administrativas, tributárias e militares centralizadas e submetidas de fato à autoridade do poder nacional. A necessidade de manter grandes estruturas militares e a longa duração dos conflitos armados impuseram aos estados a necessidade de fomentar a economia e de criar condições financeiras que dessem sustento às demandas crescentes pelos recursos necessários para fazer a guerra. De acordo com Paul Kennedy, verifica-se nessa fase e, especialmente, entre o final do século XVII e o início do século XVIII, um processo de importância central para compreender a evolução das relações internacionais a partir de então, quando certos estados europeus criaram um sistema financeiro relativamente sofisticado. Verifica-se, então, uma estreita relação entre a capacidade financeira e a política de poder, tendo vantagem as nações que estivessem em condições de superioridade na área financeira, o que aumentava o seu poder na guerra, fomentava a sua estabilidade política e o crescimento econômico na paz, como aconteceu com a Grã-Bretanha. Esse aspecto também é muito importante para explicar a existência de um círculo virtuoso, que levou, indiretamente, à acumulação de capital e criou condições para a expansão da Revolução Industrial naquele país a partir do final do século XVIII (Kennedy: 60-82).

A etapa final do conflito anglo-francês que se iniciou em 1689 foi pontuado pela emergência de Napoleão Bonaparte no processo da Revolução Francesa, que teve grande impacto sobre as relações intereuropéias a partir de 1792. A última das guerras entre a França e a Grã-Bretanha se iniciou em 1803 e teve um final previsível, porque mais uma vez, a potência desafiante (no caso, a França) tinha inimigos demais.

## 1.3. A ascensão da Inglaterra



A Inglaterra no início do século XVI era uma potência marginal no contexto político-estratégico da Europa. O país se manteve afastado dos teatros de guerra continentais, tendo a segurança do seu território garantida pela insularidade e correu poucos riscos de invasão. As intervenções inglesas na cena européia de 1500 a meados do século XVII foram pontuais e dirigidas para ajudar a conter as ambições hegemônicas da Espanha e da Áustria, mas mesmo assim, em determinadas circunstâncias.

Com o fim da guerra com a França em 1492, o país teve condições de concentrar-se na estabilidade interna e na recuperação econômica, por meio de uma política de prudência implementada pelo primeiro monarca da dinastia Tudor, Henrique VII (1485-1509). O governo inglês conseguiu, a partir do fim da guerra civil, reduzir os gastos militares, sanear as finanças do Estado e estimular o crescimento da economia, por meio do incremento do comércio em geral e, particularmente, de tecidos e da pesca. Foi apenas a partir da coroação de Elizabeth I, filha de Henrique VIII (1509-1547) em 1558, que a Inglaterra passou a participar com maior determinação das coalizões anti-he-

gemônicas que se desenvolviam no continente, desempenhando um papel crescentemente importante na política européia. A determinação com que o país, que era a principal força protestante à época, se entregou à contenção da Espanha católica, agindo diretamente no mar ou em terra, contribuiu decididamente para a manutenção da pluralidade política e religiosa da Europa. Nesse sentido, a fracassada tentativa levada a cabo por Filipe da Espanha, em maio de 1588, de invadir o país, que se originou como uma "guerra santa" contra a herética rainha dos ingleses, era especialmente uma tradução do ressentimento espanhol com o apoio dado pela Inglaterra aos rebeldes holandeses. A partir de então, percebe-se com maior clareza uma tendência que se tornaria crescentemente importante na ação internacional da Inglaterra e, particularmente, na sua política para a Europa, que é o "desígnio elizabetano", pelo qual o país se entregava mais facilmente aos jogos da balança de poder na Europa, apoiando militar e financeiramente os inimigos das potências hegemônicas (Kennedy: 60-68).

Essa primeira participação de vulto da Inglaterra na grande política européia, entretanto, enfraqueceu as bases da estabilidade econômica do país. A morte em 1603 de Elizabeth I, que não deixou herdeiros, levou ao trono da Inglaterra a dinastia dos Stuart, de origem escocesa, e abriu um longo conflito que dominaria a política inglesa pelas quatro décadas seguintes, no qual a monarquia enfrentou uma grave crise de poder com o Parlamento, fato que levou o país a nova guerra civil e contribuiu para o fim do absolutismo. Entretida com o longo conflito que dominaria a frente doméstica, as intervenções inglesas na grande luta européia de contenção da Espanha, embora onero-

sas, tiveram poucas conseqüências sobre o curso da Guerra dos Trinta Anos, mesmo que nesse período a riqueza em geral no país, como também a sua população, o comércio e a exploração lucrativa das suas colônias tivessem crescido (Shennan, 1974: 74-82).

O primeiro rei da dinastia Stuart, Jaime I (1603-1625), tentou estabelecer na Inglaterra uma monarquia absolutista nos moldes das que ocorriam no restante da Europa, procurou fortalecer o anglicanismo, por meio de uma política de elevação dos dízimos pagos à Igreja e, para enfrentar a crise financeira que se mostrava persistente com os crescentes compromissos militares assumidos na frente externa, aumentou os impostos e a venda de concessões para as fábricas de têxteis e para a exploração de carvão. A tentativa de fortalecer o poder da monarquia com a elevação da tributação repercutiu desfavoravelmente na Câmara dos Comuns, que era composta por representantes eleitos nos condados e nas cidades, ou seja, por grupos ligados por interesses comerciais, provocando violentas disputas com o Parlamento e descontentamento generalizado.



Seu filho e sucessor Carlos I (1625-1649) perseverou com a mesma política, ignorando as novas forças sociais e econômicas que estavam se erguendo na Inglaterra. A prática de impor empréstimos forçados e de encarcerar aqueles que se recusavam a pagá-los motivou a reação do Parlamento que, em 1628, aprovou a "Petição de Direitos", lei que considerava ilegal a criação de impostos pelo rei, sem o consentimento do Parlamento, e proibia a prisão arbitrária. Em represália, Carlos I governou durante onze anos sem convocar o Parlamento – entrementes, para sustentar o Estado, criou novas taxas, restabeleceu tributos

feudais, multiplicou monopólios e estendeu o imposto do *ship money*, taxa que até então era paga apenas pelas cidades portuárias para a defesa da marinha real, às demais regiões do país. O Parlamento foi novamente convocado em 1640, quando o rei necessitou de apoio para levantar fundos para defender o reino contra uma invasão dos escoceses puritanos, que se debelaram com a tentativa do monarca de impor-lhes a liturgia anglicana. Ao entrar em funcionamento, o Parlamento aboliu os tribunais extralegais que a monarquia criara, estabeleceu a convocação parlamentar regular e reforçou os seus poderes sobre a tributação. Em 1641, uma revolta na Irlanda católica desencadeou nova crise, sendo que dessa vez o Parlamento recusou-se a entregar ao monarca o comando do exército destinado à reconquista do território rebelde. Os membros puritanos do Parlamento pressionaram por uma redução ainda mais drástica da autoridade da monarquia e da Igreja Anglicana, o que provocou a sua divisão: os puritanos e todos os partidários da supremacia parlamentar opuseram-se aos anglicanos e partidários do rei. Sem apoio no Parlamento, Carlos I retirou-se para o norte do país, onde organizou um novo exército e deu início à guerra civil (1642-1649), na qual os seguidores da monarquia lutaram contra os defensores do Parlamento.

Essa divisão fundamental não era, entretanto, de fundo simplesmente religioso, mas era econômico na sua essência, uma vez que as regiões que se posicionaram ao lado do Parlamento eram o sul e o leste do país, economicamente avançados, enquanto as forças da monarquia tinham as suas bases no norte e no oeste do país, ainda semifeudais. Entre os defensores da supremacia parlamentar,

em sua maioria puritanos – daí a denominação da guerra civil como "Revolução Puritana" – destacou-se Oliver Cromwell, que chefiou a cavalaria do exército do Parlamento, sendo o responsável pelas primeiras vitórias sobre as forças monarquistas, em 1644. Cromwell estabeleceu novos parâmetros para a organização do seu regimento: os soldados eram pequenos e médios proprietários rurais que se alistavam voluntariamente e o critério de promoção passava a ser o da eficiência militar. Esses parâmetros foram depois estendidos para a organização de todas as forças financiadas pelos partidários do Parlamento, produzindo um novo tipo de organização militar, que passou a se denominar "Novo Exército Modelar", mostrando-se imbatível nos campos de batalha. A guerra civil teve fim em 1649, com a deposição e execução de Carlos I e a subseqüente extinção da monarquia (Anderson: 328-255).

Sustentado pelo Novo Exército Modelar, Cromwell logo dominou o Parlamento e o Conselho de Estado, criado no lugar do rei, com 41 membros, passou a exercer o Poder Executivo, tendo condições também de eliminar a reação realista, que pretendia pôr no trono Carlos II, filho de Carlos I. Em 1653, foi dissolvido o que restava do Longo Parlamento e promulgada uma nova Constituição, que deu a Cromwell o título de Lorde Protetor, com poderes tão absolutos quanto os de um monarca do velho regime. A Inglaterra de Cromwell pôde, porém, desempenhar o papel de grande potência com mais êxito do que qualquer governo até então, ainda que por curto período. Um dos atos mais importantes do novo governo, especialmente para o desenvolvimento comercial e marítimo da Inglaterra, foi a promulgação do Ato de Navegação em 1651, que

estabelecia que o comércio de importação deveria dar-se exclusivamente por navios de bandeira inglesa, medida que visava fortalecer o comércio exterior e combater o poderio comercial dos rivais holandeses.

Do ponto de vista militar, a renovação de métodos proporcionada pela criação de um novo exército que se sagrou vitorioso na guerra civil e o reequipamento da marinha de guerra ao longo do conflito proporcionou ao país condições para voltar a intervir no conflito europeu, o que se deu depois de 1655, quando o país se viu com meios de lançar-se contra a Espanha, fazendo pender a balança do conflito europeu. Com efeito, graças à nova participação inglesa no conflito contra os Habsburgo, a Espanha extenuada se viu forçada a concluir a sua guerra com a França em 1659. Nesse momento, o país tinha já uma sólida base econômica, constituída graças ao crescimento do comércio interno e de além-mar, dos lucros da exploração colonial e da navegação. Entretanto, o aumento das despesas militares, conseqüência da nova participação na cena européia, provocou novas tensões internas, aumentando a aversão ao governo de Cromwell e fazendo com que a maioria das classes mercantis, as grandes vitoriosas da guerra civil, clamassem por um novo período de paz.

Cromwell governou a Inglaterra com rigidez até a sua morte em 1658, sendo substituído por seu filho Richard em 1659 que, sem apoio para governar, foi deposto pelo movimento monarquista, que logrou coroar o filho de Carlos I como rei da Inglaterra, em 1660. Carlos II (1660-1685) submeteu-se às limitações do poder real impostas pelo Parlamento, com o qual conviveu em harmonia até o final do seu reinado. O seu herdeiro, entretanto, Jaime II,

ao buscar restaurar o absolutismo e o catolicismo, desafiou o Parlamento e desagradou os interesses da maioria protestante, sendo deposto por um golpe de Estado na "Revolução Gloriosa" que, em 1688, convocou Maria Stuart, sua filha e mulher de Guilherme de Orange, governador das Províncias Unidas (Holanda), para ocupar o trono. Jaime II refugiou-se na França e um novo Parlamento proclamou Guilherme e Maria rei e rainha da Inglaterra. Os novos soberanos tiveram de aceitar a Declaração dos Direitos, baixada em 1689, que decretava as regras de funcionamento da primeira monarquia parlamentar: o monarca não tinha mais poderes para cancelar leis votadas pelo Parlamento, que por seu turno resguardava o direito de dar o trono a quem lhe aprouvesse após a morte do rei; existiriam reuniões parlamentares e eleições regulares e o Parlamento votaria o orçamento anual e inspetores por ele nomeados controlariam as contas reais. Ademais, os católicos foram afastados da sucessão e a manutenção de um exército em tempo de paz foi proibida. Em 1694, com a criação do Banco da Inglaterra, conformava-se, finalmente, o tripé fundamental que sustentava as instituições e a expansão econômica do país: o Parlamento, o Tesouro e o Banco.

A sucessão de 1688-1689 encerrou o processo revolucionário inglês do século XVII, conhecido como Revolução Inglesa, movimento precursor dos processos revolucionários que se alastrariam pela Europa Continental a partir de 1789, com a Revolução Francesa, nos quais os representantes da burguesia, apoiados pelas classes populares, opuseram-se ao poder absoluto dos monarcas. Na Inglaterra, ao longo do século XVII, os setores políticos mais conservadores, geralmente vinculados aos interes-

ses do Estado absolutista, foram gradualmente desgastados, levando a burguesia, aliada a outros setores da sociedade, como parte da aristocracia vinculada às atividades agrárias e comerciais, ao poder. A monarquia parlamentar criou as condições de estabilidade política para que a burguesia passasse a comandar o Estado inglês de acordo com os seus interesses, abrindo-se as condições para o avanço econômico que resultaria na Revolução Industrial.

## 1.4. A Revolução Americana e a independência dos Estados Unidos

O Continente Europeu viu-se envolvido nas lutas entre as diferentes orientações religiosas que surgiram com a Reforma Protestante e, mais especialmente, com a sua contenção, inspirada pela Contra-Reforma Católica, a partir do século XVI. Entretanto, à mesma época, outras importantes modificações aconteciam no plano econômico, afetando mais diretamente alguns estados europeus, como a Inglaterra, do que a outros, e que acabaram norteando as modalidades da colonização dos territórios ingleses na América. Basicamente, houve nessas colônias dois tipos de colonização, que se concentraram na costa leste norte-americana.

A maior parte dos colonos que se estabeleceram a partir da segunda metade do século XVII na região central (Nova York, Nova Jersey, Delaware e Pensilvânia) e norte (Nova Hampshire, Rhode Island, Connecticut e Massachusetts) das colônias inglesas era composta de famílias que fugiam dos conflitos políticos e religiosos que afligiam a Europa Ocidental. Essas famílias organizaram o seu modo de vida em comunidades baseadas na pequena pro-

priedade, na manufatura e na pequena lavoura policultora. Nessa parte setentrional da América, a semelhança de clima com a Europa não permitiu que a metrópole inglesa encontrasse bens que pudessem alcançar valor comercial no mercado externo, o que proporcionou a essas regiões a oportunidade de um desenvolvimento econômico autônomo, com base na produção de alimentos em pequenas propriedades, nas indústrias extrativa e manufatureira, com a predominância do trabalho livre e assalariado. Esses núcleos constituíram os nódulos conhecidos como colônias de povoamento. Por outro lado, na região sul da América do Norte (colônias da Geórgia, Carolina do Norte e do Sul, Maryland e Virgínia), devido às condições geográficas favoráveis, estabeleceram-se centros produtores de gêneros para exportação baseados em grandes propriedades monocultoras escravistas. Diferentemente do que ocorreu com as colônias setentrionais, as colônias do sul eram tipicamente áreas de exploração, e dependiam exclusivamente do comércio com a metrópole, que lhes impôs com vigor diferentes formas de controle político, administrativo e econômico. O conjunto de colônias americanas da Inglaterra inseriu-se no quadro internacional da expansão ultramarina enquadradas na economia política internacional do mercantilismo, atuando como economias complementares à da metrópole, por meio da produção de matérias-primas exportáveis.

No centro-norte criaram-se condições para o desenvolvimento do mercado interno, articulando as áreas interioranas, produtoras de alimentos, aos centros urbanos e às zonas pesqueiras do litoral. O relativo desinteresse da metrópole pela exploração econômica (apenas madeira, pro-

dutos de pesca e apetrechos navais atraíam o interesse dos comerciantes ingleses) desestimulou o comércio da Inglaterra com a região, o que acabou favorecendo o surgimento de manufaturas para o atendimento das demandas locais, apesar da proibição inglesa de criação de manufaturas nas colônias. Essas condições favoreceram, em médio prazo, o acúmulo de capitais nas colônias e o surgimento de uma burguesia local, interessada em expandir suas atividades. Os excedentes dessa nascente produção manufatureira nas colônias do norte, que não sofriam com os controles impostos pela administração inglesa, passaram a ser exportados para as colônias do sul, que por seu turno estavam sim, diretamente vinculadas ao comércio monopolista inglês, pelo qual importavam produtos manufaturados da metrópole e exportavam tabaco, anil e algodão. Quando o comércio colonial começou a concorrer com o comércio metropolitano, surgiram atritos que culminaram com a emancipação das treze colônias.

Um outro aspecto crucial nesse processo foi a evolução das relações intereuropéias a partir da década de 1750. Com efeito, apesar de a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que envolveu todas as principais potências européias – inclusive a Inglaterra – não ter produzido mudanças significativas na Europa, houve uma mudança substantiva na geopolítica mundial, e na divisão dos territórios de ultramar, que foram determinantes para a evolução do quadro político nas colônias americanas. Nos acordos de 1762-1763, a Inglaterra saiu-se como a grande beneficiária, uma vez que passava a dominar a maior parte do Continente Norte-Americano, tomando as colônias francesas na América do Norte. O envolvimento inglês na Guerra

dos Sete Anos, entretanto, onerou em demasia as finanças da Inglaterra, e o conseqüente aumento das dívidas nacionais levou o governo a buscar novas fontes de receita. O Parlamento inglês acreditava que o aumento da tributação sobre as colônias norte-americanas e o cumprimento efetivo das Leis de Comércio e Navegação era um caminho razoável para que se encontrasse um equilíbrio nas contas nacionais, uma vez que a metrópole havia comprometido a sua saúde financeira também para proteger os colonos dos franceses e ainda continuava a fazê-lo contra as investidas das populações nativas. O Parlamento inglês aprovou duas leis para arrecadar as somas necessárias para a defesa das colônias, a Lei do Açúcar (*Sugar Act*) e a Lei do Selo (*Stamp Act*).

O *Sugar Act* (1764) estabelecia altas taxas sobre o açúcar e seus derivados, principalmente o melaço, matéria-prima do rum, e sobretaxava produtos que não viessem das Antilhas Britânicas, acrescentando vários produtos à lista dos artigos enumerados, que só poderiam ser exportados para a Inglaterra. O *Stamp Act* (1765), por seu turno, exigia que todos os documentos, livros, jornais e papel impresso na colônia deveriam circular com o selo real, pelo qual os colonos pagariam uma nova taxa. Os colonos protestaram, argumentando que as novas taxas configuravam a criação de impostos internos, e não externos, como de costume, e que não tinham representação no Parlamento que havia votado a lei. Reuniu-se então em Nova York, em 1765, o Congresso da Lei do Selo, que, declarando-se fiel à Coroa, decidiu boicotar o comércio inglês. Os comerciantes ingleses pressionaram o Parlamento e a Lei do Selo foi revogada. Os colonos continuaram contestando o direito legislati-

vo do Parlamento inglês. Recusaram-se a cumprir a Lei de Aquartelamento (1765), pela qual lhes era exigido apoio logístico (alojamento, víveres e transporte) para as tropas enviadas à colônia. Em 1767, considerando que os colonos contestariam repetidamente as novas taxas sobre o comércio interno, o governo inglês resolveu editar novos atos baseados na tributação do comércio externo, aumentando então os impostos sobre produtos importados, como chá, vidro, papel e corantes. Mais uma vez, os colonos usaram o recurso do boicote ao comércio inglês e grande parte dos novos impostos foram abolidos em 1770, à exceção do imposto sobre o chá (Schnerb: 139-151).

Nova crise nas relações entre o governo inglês e os colonos eclodiu em 1773, com a Lei do Chá (*Tea Act*), que concedia o monopólio do comércio desse produto à Companhia das Índias Orientais que transportaria o chá diretamente das Índias para a América, sem intermediários. O receio dos meios mercantis nas colônias era que a nova lei abria um perigoso precedente, uma vez que as mesmas medidas poderiam ser adotadas pelo governo com relação a outros produtos. A reação dos colonos não demorou. Naquele ano, um navio da Companhia foi tomado por colonos no porto de Boston, e todo o seu carregamento foi destruído, trezentas caixas de chá tiradas dos barcos, episódio conhecido como "A festa do chá de Boston" (*The Boston Tea Party*). Em represália à agitação nas colônias, o rei Jorge III promulgou, em 1774, leis repressivas conhecidas como Leis Intoleráveis: o porto de Boston ficaria interditado até o total pagamento dos prejuízos causados pelos colonos à companhia monopolista; severa punição aos agressores de funcionários e prédios metropolitanos e a ocupação militar da colônia de Massachusetts.

Quando a querela entre o governo inglês e os colonos americanos chegou a esse ponto, urgiu um balanço sobre as condições gerais do poderio da Inglaterra e dos meios de que dispunha para conter a insurreição colonial. Após conhecer período de crescimento na conjuntura da Guerra dos Sete Anos, o comércio inglês estagnou-se durante a década de 1770, particularmente em função do boicote dos colonos, mas, também, devido ao conflito crescente com a França, a Espanha e os Países Baixos. Ao tempo em que o fim da guerra na Europa abria um período de distensão na cena continental, o governo de Londres, pressionado pelas premências financeiras, resolveu paralisar a modernização da marinha de guerra, o que levou ao enfraquecimento sistemático nos quinze anos que se seguiram ao fim da guerra anglo-francesa.

A promulgação das Leis Intoleráveis tem importância fulcral no processo de independência das colônias norte-americanas, levando os colonos a organizarem o Primeiro Congresso Continental de Filadélfia, de caráter não-separatista, no qual foi aprovada a suspensão do comércio com a Inglaterra (ou seja, um novo boicote) até que os atos fossem suspensos. A partir do início do ano seguinte os conflitos entre a metrópole e as colônias se radicalizaram, ganhando uma conotação militar. Por causa dos conflitos armados, os colonos convocaram o Segundo Congresso da Filadélfia, já com caráter separatista, no qual decidiu-se pela organização de um exército nacional, comandado por George Washington, e encarregou uma comissão, liderada por Thomas Jefferson, de redigir a Declaração da Independência. Em 4 de julho de 1776, reunidos na Filadélfia, delegados de todos os territórios promulgaram o documento,

pelo qual proclamavam a independência contra a Inglaterra, mas a independência de fato só foi concretizada após longa luta contra os ingleses, na qual os colonos receberam o apoio militar e financeiro da França e da Espanha.

Apesar da desproporção de forças em combate, a Inglaterra teve de enfrentar dois problemas centrais no conflito com os colonos americanos, que eram a extensão, tendo em vista que se tratava de conter uma rebelião generalizada por uma extensão de talhe continental, e a questão logística (suprimentos, reposição de forças, comunicações etc.), igualmente difícil de ser equacionada, uma vez que as forças britânicas lutavam a uma distância de cerca de 4.500 quilômetros de suas bases principais. Com a intervenção decisiva da marinha da França, a guerra ampliou-se para o Caribe e para as Índias e os colonos tiveram condições de manter aberto um importante canal de fornecimento de armas e de soldados. Em 1781, sitiado em Yorktown, o exército inglês capitulou.

O Tratado de Versalhes, em 1783, reconheceu a independência dos Estados Unidos da América, com fronteiras nos Grandes Lagos e no Mississípi. O surgimento dos Estados Unidos como país independente teria conseqüências muito importantes para a história das relações internacionais e para os padrões de interação entre as potências européias: passava a existir, pela primeira vez, um ator extra-europeu que teria condições de acumular poder e riqueza suficientes para, em médio prazo, rivalizar com as potências européias nas suas questões nas Américas e no Hemisfério Ocidental e, em longo prazo (até o final do século XIX), exercer influência sobre o equilíbrio global de forças. No mesmo tratado, a Inglaterra fazia concessões à

França, que recuperou Santa Lúcia e Tobago nas Antilhas e seus estabelecimentos no Senegal, e à Espanha, que recebeu a ilha de Minorca e a região da Flórida. As concessões inglesas no Tratado de Versalhes de 1783 realinhavam as forças das grandes potências, especialmente as da Inglaterra e as da França, cujo equilíbrio havia sido rompido com o final da Guerra dos Sete Anos, de resultados mais favoráveis à primeira; em Versalhes, por outro lado, a França podia orgulhar-se de ter desferido um duro golpe contra a posição global da Inglaterra, com a criação dos Estados Unidos independentes. Entretanto, esse novo equilíbrio seria precário.

Abriu-se na direção-geral dos negócios internacionais da Inglaterra uma nova fase, que favoreceu a recuperação gradual das condições de potência – viu-se que a perda das colônias americanas, por exemplo, não prejudicara por muito tempo o comércio transatlântico do país, e que a capacidade da marinha mercante foi mais que duplicada entre 1782 e 1788. As primeiras invenções que se inscreveriam na Revolução Industrial e que modificariam o modo de produzir e a qualidade da produção estavam em curso, estimulando, em um ciclo virtuoso, tanto a demanda interna, quanto a externa. O governo teve condições de empreender uma reforma fiscal que restabeleceu a saúde financeira e o crédito do Estado, enquanto o aumento da produtividade da agricultura dava conta das necessidades de alimentos de uma população crescente. Em pouco tempo, portanto, a Inglaterra recuperou-se dos revezes que culminaram em 1783 e, em breve, teria condições de fazer valer o desígnio elizabetano de conter as ameaças aos seus interesses na Europa e de promovê-los globalmente (Kennedy: 120-128).

Para a França, entretanto, os horizontes não se mostravam tão límpidos. Apesar de seu prestígio diplomático ter progredido sustentadamente na década de 1780, tendo sido especialmente catapultado pela intervenção na questão americana, os elevadíssimos custos financeiros do apoio prestado à independência dos Estados Unidos combinou-se com a incapacidade demonstrada pelo governo francês de reformar e reequilibrar as finanças nacionais para produzir, justamente a partir de 1783, uma situação política e social interna que levaria a uma brutal escalada de deterioração das instituições da monarquia absolutista.

## 1.5. A Revolução Francesa e os seus impactos internacionais

As instituições do Estado absolutista consolidaram-se na França a partir do reinado de Luís XII (1610-1643), com a adoção de políticas que visavam à centralização dos poderes em torno da monarquia, o que se fez com a redução da autonomia da nobreza, a modernização da burocracia e, no plano econômico, com o incremento das práticas mercantilistas. Durante a época moderna, a sociedade francesa conservou a sua divisão em três "ordens" ou "estados", mantendo o seu caráter aristocrático, herança do período feudal em que a terra era a principal riqueza.

O rei, autoridade máxima da monarquia absolutista de "direito divino", era a fonte de toda justiça, legislação e administração do país. O *Primeiro Estado* (alto e baixo clero) e o *Segundo Estado* (nobreza) equivaliam, em conjunto, a menos de 3% da população do país e gozavam de isenções de impostos e se sujeitavam a leis e a tribunais es-

peciais. Do *Segundo Estado* fazia parte, também, a alta burguesia mercantil urbana que, crescentemente enriquecida, havia adquirido terras, títulos e cargos administrativos, transformando-se em nobreza togada, integrada ao Estado absolutista, com os mesmos privilégios e direitos da nobreza de sangue. O *Terceiro Estado* (burgueses, artesãos e camponeses) abrangia cerca de 97% da população francesa. Ele era responsável pela sustentação financeira da monarquia e pelos privilégios dos outros dois estamentos. Os grupos sociais que dele faziam parte eram bastante diversificados, destacando-se a burguesia urbana formada por magistrados, profissionais liberais, médios e pequenos comerciantes, seguidos pela massa de trabalhadores urbanos, pequenos artesãos, aprendizes e diaristas. No campo, estava a maior parte da população da França e do *Terceiro Estado*, que eram os pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e servos.

Nas últimas décadas do século XVIII a França viveu uma crise profunda, que encontra as suas raízes nas atrasadas condições econômica, política e social. O atraso econômico, caracterizado pela estrutura produtiva essencialmente agrícola, e os retardos da produção manufatureira combinaram-se com diferentes problemas conjunturais – como o aumento populacional e a crise financeira decorrente dos custos elevados da manutenção das prerrogativas da monarquia e da política externa agressiva – para jogar a França em um turbilhão social e político que teria conseqüências imprevisíveis.

Ao ser coroado em 1774, Luís XVI buscou soluções para a grave crise financeira do Estado francês, causada principalmente pela precária estrutura fiscal, pelas pesa-

das despesas da corte e pela ineficiência da administração pública. Diante das sucessivas crises políticas que se abriram com o debate sobre as necessárias reformas tributárias e sobre o financiamento das instituições da monarquia absolutista (como os privilégios fiscais e a manutenção da Corte), os Estados-Gerais foram convocados em maio de 1789, o que não ocorria desde 1614. A Assembléia dos Estados-Gerais foi convocada como uma câmara consultiva do monarca, na qual estavam representantes de todos os setores da nação – ou seja, do clero, da nobreza e do povo.

Os trabalhos e as deliberações de cada um dos estamentos dar-se-iam em separado, o que foi rejeitado pelo Terceiro Estado, cujos membros consideravam que esse procedimento daria a vitória sempre à nobreza e ao clero – por isso, exigiram que as votações fossem individuais, uma vez que contavam com maioria absoluta no cômputo total dos votos dos três estamentos. O rei, entretanto, rejeitou essa mudança procedimental, o que provocou um impasse, decidindo os membros do Terceiro Estado pelo desligamento dos Estados-Gerais, proclamando-se Assembléia Nacional em julho daquele ano. A partir desse momento, os fatos desenrolaram-se com rapidez e o que era uma escaramuça parlamentar transformou-se no processo revolucionário que tumultuaria a França e a Europa nos anos seguintes. O monarca rejeitou a autoconvocação da Assembléia, perseguindo os seus membros e anulando as suas decisões, mas as manifestações já haviam tomado as ruas de Paris, o que favoreceu o estabelecimento de um clima de confronto aberto entre as forças reais e os populares. Em 14 de julho, parte da população parisiense avançou sobre a Bastilha, antiga prisão política que se transfor-

mara em um símbolo do poder da monarquia absolutista e, a partir de então, os atos políticos contaram com a crescente participação da população mais pobre, que passava a participar do processo revolucionário de forma determinante, impulsionando-o e emprestando-lhe novo viés radical (Furet, 2001: 72-94).

Temendo que a radicalização do processo político pudesse abalar as bases do Estado, Luís XVI comprometeu-se com diferentes medidas para enfraquecer a resistência e serenar o quadro de crescente insatisfação popular. A Assembléia Nacional deu continuidade aos seus trabalhos, que produziram reformas que minariam definitivamente as bases das instituições absolutistas. As obrigações feudais e os privilégios especiais de que gozavam a nobreza e o clero, por exemplo, foram extintas em 4 de agosto, com o que se subordinava a Igreja ao Estado e se destruía a estrutura aristocrática herdada da Idade Média. Poucos dias depois, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que assegurava e universalizava os princípios iluministas revolucionários – "liberdade, igualdade e fraternidade". Em setembro de 1791, a Assembléia Nacional promulgou uma Constituição, que limitava o poder da monarquia e garantia a todos os cidadãos igualdade de tratamento perante a lei, estabelecia uma profunda reforma administrativa e judiciária, reformava o sistema tarifário e facilitava a modernização econômica, com a eliminação das guildas e das corporações. A Assembléia Nacional, ao revogar os privilégios da nobreza e pôr fim ao absolutismo monárquico, abriu espaço para a consolidação do poder da burguesia, mas manteve o povo afastado do poder.

Apesar da nova Constituição e das conquistas em favor da cidadania, a situação política do país continuava instável e tomava rapidamente um cunho ainda mais radical. Os *sans-cullotes* – pequenos comerciantes, artesãos e assalariados – reivindicavam a ampliação do princípio da igualdade de direitos para proporcionar um estreitamento da distância entre ricos e pobres, propondo tributos mais elevados para as classes mais abastadas e a redistribuição das terras e outras reformas políticas e sociais que proporcionariam uma maior participação das classes populares no poder. A nobreza e o clero compunham uma frente contra-revolucionária, que visava restituir o equilíbrio das instituições da monarquia absolutista. E o monarca, por seu turno, jogava com as disputas internas e as diferenças políticas existentes na Assembléia Nacional para fortalecer-se. Em abril de 1792, surgiu a oportunidade que Luís XVI aguardava para estancar o processo revolucionário e golpear a Assembléia: a Áustria e a Prússia invadiram a França, o que exacerbou ainda mais o dissenso interno e agravou as condições econômicas. As forças estrangeiras penetraram profundamente o território francês, mas, sem apoio logístico, foram vencidas em 20 de setembro daquele ano. Nos dois dias seguintes, a Assembléia Nacional (agora transformada em Convenção Nacional, com poderes executivos) aboliu a monarquia e proclamou a república, dando início a uma nova fase de radicalização na Revolução.

O período republicano dirigido pela Convenção iniciou-se ainda sob a ameaça da invasão das forças estrangeiras e foi dos mais convulsionados da história do processo revolucionário. Três correntes disputavam a prima-

zia na Convenção Nacional: o grupo conservador, representado pelos deputados girondinos; o grupo que oscilava entre as posturas conservadoras e as mais radicais (de centro, portanto), que ganhou a alcunha de *Planície*; e o grupo radical, representado pelos jacobinos, que propunham o aprofundamento e a radicalização da revolução. Os debates que se seguiram à proclamação da República foram dominados pela questão do julgamento do rei. Venceram os grupos mais radicais, o que levou à execução do monarca e de outros membros da família real, em janeiro de 1793. A espiral de violência, e especialmente a simbologia dos atentados contra as instituições monárquicas, motivaram entretanto a união de importantes estados europeus que formaram a Primeira Coalizão (composta pela Prússia, Áustria, Grã-Bretanha, Rússia, Holanda, Espanha e Piemonte) para combater a ameaça da expansão dos ideais revolucionários (Furet, 1989: 122-134).

A nova ameaça de invasão estrangeira e a perda de prestígio dos grupos moderados (girondinos) na Convenção Nacional propiciaram as condições para um novo surto de radicalização, concretizado na formação de um Comitê de Salvação Pública, em abril de 1793, com a missão de encarregar-se das questões de defesa e de política externa. Dois meses depois, os jacobinos, liderados por Maximilien de Robespierre (1758-1794), dominaram o Comitê, que passou a ter as prerrogativas de um poder executivo, e afastaram os demais grupos do poder por meio da eliminação dos seus opositores. Abria-se a fase do terror, que executou milhares de pessoas, entre líderes, seguidores e pessoas do povo, entre junho de 1793 e julho de 1794. Os jacobinos no poder conseguiram conter as ameaças de frag-

mentação territorial, esmagaram a guerra civil, impuseram a centralização do poder do Estado sobre as visões federalistas e promulgaram leis que colaboraram para aquecer o clima político, como a do tabelamento de preços, a que impôs novo aumento de impostos para a alta burguesia, a do seqüestro dos bens da nobreza e do clero e a que aboliu a escravidão nas colônias francesas. Para enfrentar a invasão estrangeira, os jacobinos mobilizaram todos os recursos nacionais, instituíram o recrutamento de homens solteiros entre 18 e 25 anos e conseguiram preparar um exército de mais de 650 mil soldados que, inspirados pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, lograram derrotar as tropas da Coalizão ao norte, em julho de 1793, e invadir os territórios inimigos (Kennedy: 122-124). O sucesso militar, também, serviu para refrear o ímpeto da repressão política na frente interna e, paradoxalmente, enfraqueceu as lideranças extremistas, como o próprio Robespierre, detido em julho de 1794 (9 Termidor, de acordo com o novo calendário instituído pela Convenção) e executado logo em seguida.

Com a eliminação dos jacobinos, o poder da Convenção concentrou-se nas mãos das lideranças girondinas, que se, por um lado, rejeitavam o radicalismo da fase anterior, por outro também resistiam à restauração do Antigo Regime. A partir da contra-revolução girondina (denominada de reação termidoriana), as conquistas sociais e leis promulgadas na fase anterior foram restauradas. Uma nova constituição foi editada, pela qual se instituía o Diretório como órgão de caráter executivo, composto por cinco membros, e suprimia-se o sufrágio universal e restabelecia-se o voto censitário. O Diretório, entretanto, enfrentou

muitas dificuldades para impor a sua autoridade, compondo, ao final, um governo fraco, que sofreu com repetidas tentativas de golpe – dos monarquistas (1797) e dos *sans-cullotes* parisienses (1795-1796). Com o agravamento das pressões internas, o poder começou a depender das intervenções dos militares, freqüentemente solicitados para conter as ameaças à ordem. Em 1798, a vitória nas eleições levaria novamente os jacobinos ao poder, mas o jovem general Napoleão Bonaparte, que demonstrou bons serviços ao governo do Diretório, percebeu que a burguesia se inquietava com tanta instabilidade e começava a clamar por paz e por um governo que conduzisse a França à normalidade. Alguns dos membros mais destacados do Diretório favoreceram o golpe que levou Bonaparte ao poder, com a instauração de um gabinete executivo composto por três cônsules, em 9 de novembro de 1799.

A Revolução Francesa foi um marco fundamental na formação do mundo contemporâneo, orientando e influenciando com as suas idéias e ações o universo político no mundo ocidental até os dias de hoje. Napoleão Bonaporte, por seu turno, foi o mais importante difusor das instituições revolucionárias e a realização do seu sonho de grandeza para a França foi a mais importante ameaça que o sistema de balanço de poder europeu enfrentou nas primeiras décadas do século XIX.

## 1.6. O desafio internacional do sistema napoleônico

Napoleão Bonaparte teve uma ascensão fulgurante na estrutura do poder da França revolucionária, que se trans-

formara radicalmente sob o comando da sua personalidade. Como primeiro-cônsul, monopolizou o poder, sendo nomeado cônsul vitalício em 1802. Em janeiro de 1804, fez-se coroar imperador da França – demonstrando que seguia as boas tradições do despotismo esclarecido e reformador do século XVIII, que acabara de findar-se.

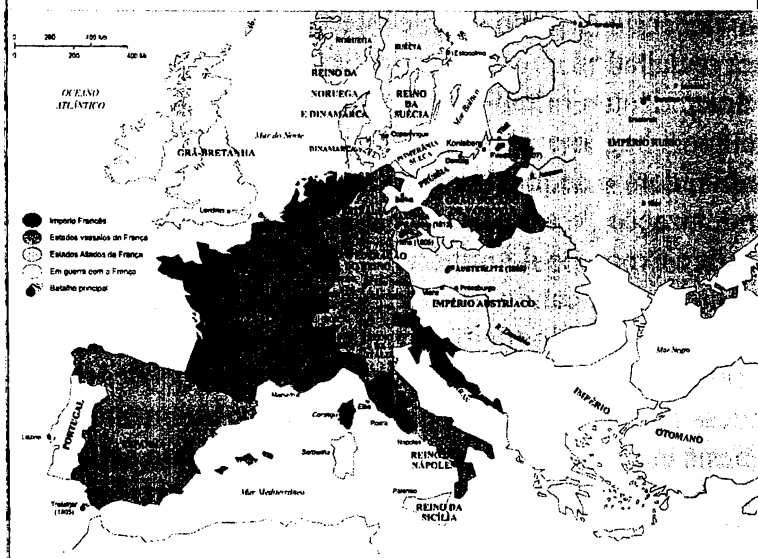
Como outros déspotas que administraram reinos que cresceram sustentadamente em diferentes momentos do final do século anterior, Bonaparte admirava a estabilidade política, a racionalidade e a eficiência administrativas proporcionadas pelo Estado forte. Fruto da Revolução Francesa, que defendeu como soldado, preservou algumas das mais importantes conquistas revolucionárias, como a igualdade perante a lei e o incentivo à educação secular, avançou em assuntos nos quais os instáveis governos anteriores haviam falhado, como na instituição de um Código Civil que punha fim ao conflitante sistema jurídico francês, no qual coabitavam ordenações feudais com a avançada legislação social promulgada nos melhores momentos da Revolução. Empreendeu também uma reforma econômica, para cativar a burguesia, que lhe favoreceu o acesso ao poder, implementando políticas de proteção, por meio de um novo sistema tarifário, e estimulou o comércio. Para proteger a moeda, fundou o Banco da França.

Na frente externa, Bonaparte logrou realizar o sonho do domínio francês sobre a Europa, acalentado desde o reinado de Luís XIV. De alguma maneira, representou a continuidade e a expansão dos ideais revolucionários, apesar da sua ambigüidade política na frente doméstica e, particularmente, nas relações com as demais nações européias. Nesse campo, a expansão do Império Napoleônico

representou a ruptura com o sistema de equilíbrio de poderes que caracterizava as relações entre os estados europeus a partir do século XVI.

Entre 1805 e 1807, Napoleão impôs decisivas derrotas à Áustria, Prússia e Rússia e, por volta de 1810, dominava praticamente toda a Europa Continental (exceto os Bálcãs). O grande império napoleônico incluía terras anexadas à França, estados vassalos e aliados forçados: a França republicana já havia, anos antes, anexado a Bélgica e a margem oriental do Reno. Os estados vassalos compreendiam cinco reinos governados por parentes de Napoleão: dois na Itália, e os reinos da Holanda, Vestfália e Espanha. Em 1806, Napoleão criou a Confederação do Reno, composta por dezesseis estados alemães e, após invadir a Prússia oriental e a Polônia (1806), obrigou a Rússia à aliança forçada. Finalmente, o grande império submeteu a Áustria, a Prússia, a Suécia e a Dinamarca. Em 1810, o Império Napoleônico atingiu o ápice do seu poder, com a anexação do litoral alemão. Com diferentes graus de sucesso, Napoleão expandiu as reformas da Revolução Francesa ao seu império, dando início a uma revolução social de amplitude européia, que atacou os privilégios feudais da nobreza e do clero e privilegiou a burguesia. O Mapa 2 apresenta a configuração do Sistema Continental europeu por volta de 1810.

Além da hostilidade dos países sujeitados, Napoleão enfrentou a oposição decidida da Grã-Bretanha, que se transformou no seu mais resoluto adversário. Incapaz de invadir a Inglaterra, a França resolveu sujeitá-la por meio da ruína econômica, decretando em 1806 um bloqueio continental, com a proibição de todo o comércio entre as re-

*Mapa 2*
A Europa sob o Sistema Continental de Napoleão (1810)

giões e os estados vassalos do império com os ingleses. A grande dependência do comércio externo em que se encontrava, tornou a Grã-Bretanha extremamente vulnerável ao bloqueio, o que levou à crise no comércio de exportação em 1808 e em 1811-1812, que foi apenas relativizada pelo aumento das exportações com regiões não compreendidas pelo Sistema Continental (Ásia, Antilhas, África, Oriente Próximo e América Latina). A revolução espanhola contra a dominação francesa em 1808 favoreceu uma breve recuperação da crise econômica na Grã-Bretanha, ao mesmo tempo em que se transformou em um importante sorvedouro dos recursos de força de Napoleão, permitindo aos ingleses obterem condições no continente para uma invasão do sul da França.

Foi justamente quando o Sistema Continental parecia imbatível que começaram a surgir as primeiras rachaduras no poder do império napoleônico. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que, apesar do discurso revolucionário que caracterizou o início da expansão napoleônica, em pouco tempo a hegemonia francesa transformara-se em uma tirania, com o seqüestro de bens, a imposição de pesadas indenizações e a instituição de impostos e taxas com os quais a expansão do império era financiada, mas especialmente, prejudicando os interesses econômicos dos estados dominados. O bloqueio continental, por exemplo, instituiu uma grande deformidade no sistema de relações econômicas intereuropéias, prejudicando crescentemente a burguesia que inicialmente recebera entusiasmada o discurso revolucionário dos franceses. Em pouco tempo, depois de 1808, o sentimento antifrancês expandia-se e passava a contaminar grande parte dos estados submetidos ao sistema continental: a Rússia abandonou o sistema continental em 1810, o que tanto favoreceu a recuperação do comércio inglês quanto a declaração de guerra da França contra o gigante do leste – quando teve início o fim rápido do império napoleônico.

O grandioso exército francês (cerca de 614 mil homens), que dera início à campanha russa em junho de 1812, reduzira-se a escombros em apenas seis meses, dizimado pela fome, pelos rigores do inverno e pelas escaramuças das forças russas. Depois da destruição do grande exército, o império de fato começou a ruir, devido a uma combinação de fatores: a insularidade da Grã-Bretanha tornou-a uma rival que gozava de segurança praticamente inviolável e que voltara a ter condições financeiras de in-

tervir crescentemente na cena européia com o desmoronamento do bloqueio continental. A extensão e a natureza do império napoleônico de fato proporcionara-lhe, mais do que glórias, muitos inimigos em várias frentes de batalha. Os europeus uniram-se, portanto, em uma coalizão que investiu pesadamente contra a França. Em outubro de 1813, as forças aliadas da Rússia, Áustria, Prússia e Suécia derrotaram Napoleão em Leipzig; em novembro do mesmo ano, as forças anglo-espanholas conseguiram invadir a França; finalmente, na primavera de 1814, as forças aliadas tomaram Paris, forçaram a abdicação de Napoleão, exilado na ilha de Elba, e lograram restaurar a dinastia Bourbon no trono francês. A campanha final de Napoleão, entretanto, dar-se-ia a partir de março de 1815, quando desembarcou no litoral da França e marchou triunfalmente até Paris, tendo condições de organizar um novo exército. Manobrando contra as forças aliadas na Bélgica, Napoleão foi finalmente batido na batalha de Waterloo, apenas três meses depois da sua breve restauração (Hobsbawm, 2003).

Ao disseminar os ideais revolucionários, Napoleão Bonaparte impediu a perpetuação das formas de governo absolutistas por toda a Europa, mesmo após a sua queda. A secularização da sociedade, a transformação do Estado dinástico no Estado moderno e o predomínio da burguesia estavam assegurados, enquanto o nacionalismo se transformara em uma força aglutinadora das sociedades, mas, também, perturbadora da ordem estabelecida. As monarquias européias aprenderam com o turbilhão causado pela expansão da França e tiraram importantes lições para a preservação futura do equilíbrio de poderes na Europa e para a prevenção de futuras hegemonias.

# 2 A hegemonia britânica em um mundo conservador (1815-1848)

## 2.1. A ordem internacional do Congresso de Viena – Uma visão geral

A Revolução Francesa e o surgimento da figura de Napoleão Bonaparte – juntamente com desenrolar da guerra européia, que foi impulsionada pelos dois fenômenos conjugados – foram os principais desafios ao sistema de equilíbrio europeu que caracterizou as relações internacionais nos séculos XVII e XVIII. Com a expansão francesa, a Europa conheceu o extremo das pretensões hegemônicas, mas não se deve relevar o fato de que em alguma medida e por algum tempo a expansão dos ideais revolucionários respondia a aspirações sociais e políticas de povos europeus – era, portanto, necessário também conter as idéias revolucionárias que ganharam fôlego na era napoleônica.

Por isso, os representantes das potências que desafiaram a hegemonia francesa reuniram-se em Viena, em 1814-1815, com o objetivo de resolver as questões emergenciais do pós-guerra, como também para decidir sobre o novo arranjo de poder que passaria a nortear as relações

internacionais a partir de então. Em 26 de setembro de 1815, a Rússia, a Áustria e a Prússia firmaram o Pacto da Santa Aliança, compromisso de caráter conservador que tinha a pretensão de reinserir nas relações internacionais o princípio da legitimidade dinástica e o direito de intervenção para recuperar os espaços perdidos com o avanço dos ideais revolucionários. A Grã-Bretanha, por seu turno, viu na proposta reacionária do Pacto da Santa Aliança uma limitação potencial dos seus interesses políticos e econômicos em médio prazo, e propôs, em alternativa, o Pacto da Quádrupla Aliança, que foi firmado em 20 de novembro daquele ano, estando aberto até mesmo à participação futura da França. A idéia fundamental era a da legitimação das políticas de intervenção de modo concertado pelas grandes potências, pelo qual não se admitiria doravante os exercícios de hegemonia individual.

Muitas compensações territoriais foram acordadas em Viena, produzindo um novo mapa da Europa. A França saiu do Congresso com um território um pouco maior do que o que possuía antes da Revolução. Para se prevenirem contra um eventual ressurgimento da hegemonia francesa, a Holanda recebeu a Bélgica e a Prússia obteve a Renânia e parte da Saxônia. A Rússia, por seu turno, obteve a Finlândia e uma parte expressiva dos territórios da Polônia, enquanto parte do norte da Itália foi devolvida à Áustria e a Inglaterra obtinha bases navais estratégicas no mar do Norte, no Mediterrâneo e no Índico, e a Suécia incorporava a Noruega. O Congresso estabeleceu uma nova Confederação Alemã, reunindo 38 estados soberanos, sob a presidência do monarca austríaco. Finalmente, todas as dinastias que foram depostas pela revolução e pelas guerras

napoleônicas foram restauradas na França, na Espanha, em Portugal e na Sicília.

O Congresso de Viena consagrava, pela primeira vez, o entendimento entre as potências, como em um condomínio de poder, para a manutenção da paz e do equilíbrio entre as potências na Europa, para a estabilidade e para a gestão compartilhada e negociada das relações internacionais, não apenas no continente, mas, também, em nível global. O sistema internacional que então emergia e que se desenvolveu nos anos seguintes tinha características peculiares: consagrou uma nova pentarquia européia, composta pela Grã-Bretanha e França (as potências "liberais") e pela Prússia, Áustria e Rússia (as potências conservadoras). As cinco potências agiram concertadamente (daí a expressão "Concerto de Viena") entre 1815 e 1848, usando o direito de intervenção coletiva, e divergiam, quando muito, sobre a administração do sistema. Por vezes, prevalecia o ponto de vista "liberal", em outras, o ponto de vista "conservador". Esse consenso, portanto, foi o que permitiu as independências na América Ibérica e na Europa (Bélgica e Grécia) e a sobrevivência de monarquias constitucionais na Espanha e em Portugal, entre muitos outros movimentos importantes nas relações intra-européias na primeira metade do século XIX (Cervo, 2001: 59-68).

Entre as grandes potências do sistema existia, sem dúvida, uma "primeira potência", que tinha mais poder e mais capacidade de ação do que as demais. A Grã-Bretanha, após o turbilhão napoleônico, aprendera a enxergar o equilíbrio de poder com os olhos de uma potência global. Levava em conta a presença e a expansão européia pelos quatro cantos do mundo e, particularmente, preo-

cupava-se com a sua própria expansão econômica, enquanto as demais potências permaneceram obcecadas com a lógica das compensações de influências no teatro europeu. A expansão britânica nos mares tinha dado àquele país o acesso a uma vasta riqueza que as demais potências não tinham meios para compartilhar, uma vez que a Grã-Bretanha não apenas dominava, por volta do início do século XIX, o comércio internacional e as rotas marítimas, como estava muito à frente das demais potências no processo de industrialização.



O país tornou-se o centro do crescimento de uma economia global integrada a partir da década de 1840, incorporou gradualmente as demais regiões do planeta em uma rede comercial e financeira, integrada pelas melhorias crescentes dos transportes e das comunicações transoceânicas, o que se deu em paralelo com a expansão do liberalismo econômico, ideário que tinha por objetivo colocar por terra os obstáculos mercantilistas existentes à expansão das correntes de comércio. Vale dizer que o princípio geral do equilíbrio entre as potências e o afastamento dos projetos hegemônicos, que foi ungido em Viena com o apoio dos ingleses, valia exclusivamente para a geopolítica da Europa, mas não se aplicava às esferas colonial e comercial, nas quais os ingleses tinham vantagens descomunais. A Grã-Bretanha manteve-se como primeira e incontestável potência européia até o final do seu período de apogeu econômico, ou seja, até o início da década de 70 do século XIX.

Uma segunda característica da nova ordem que se construiu em 1815 foi a ausência de guerras prolongadas entre grandes potências, ainda que alguns conflitos regio-

nais limitados tenham eclodido no período, como a guerra entre a França e a Áustria de 1859, a Guerra da Criméia (1854-1856) e as guerras de unificação alemã nos anos 1860. Por outro lado, as guerras de conquista em regiões afastadas, travadas, em geral, contra populações menos desenvolvidas para dar espaço à expansão global européia, caracterizaram melhor os conflitos militares no grande período da ordem de Viena.

## 2.2. A Revolução Industrial na Inglaterra

A proeminência indiscutível da Grã-Bretanha nas relações internacionais do século XIX, tanto na dimensão das relações intereuropéias quanto em nível global, é o resultado de uma longa transformação no perfil social, político e econômico daquele país. O país que se tornou o epicentro da Revolução Industrial na segunda metade dos setecentos, e na primeira metade dos oitocentos foi o dínamo da expansão do liberalismo econômico, transformara-se em uma "potência diferente", com muitas especificidades que devem ser ressaltadas para explicar a sua bem-sucedida ascensão como a primeira potência verdadeiramente global da história das relações internacionais.

O processo que se denomina de Revolução Industrial não foi tão impetuoso e rápido nos seus efeitos e, ao contrário de outras dinâmicas revolucionárias, não atingiu instantaneamente e de modo homogêneo a Europa e nem mesmo seu centro dinâmico, que foi a Grã-Bretanha. Mesmo assim, é denominado "revolução", porque teve um impacto descomunal sobre as estruturas econômicas e sociais, e foi acompanhado por notáveis transformações tecnológicas que encetaram um ciclo virtuoso de acumulação

de riqueza, expansão econômica, crescimento da influência e do poder políticos em níveis nunca antes percebidos.

Esse processo lento e gradual pode ser compreendido como o resultado distante da dinâmica histórica que envolveu toda a Europa Ocidental a partir do início da Idade Moderna. Nos séculos XVI e XVII, a rápida expansão dos espaços econômicos, que teve por base a incorporação das novas massas territoriais ao sistema europeu pelas grandes descobertas, e a funcionalidade que esse processo adquiriu na economia mercantilista (exploração das riquezas das colônias, rápido crescimento do comércio etc.) favoreceram a acumulação primitiva de capital e facilitaram a estruturação do moderno Estado Nacional. O mercantilismo protegeu os mercados internos nacionais e fortaleceu as nações que encontraram no comércio a via preferencial para a sua inserção internacional e para a produção de riquezas, como aconteceu com a Holanda e com a Inglaterra a partir do início do século XVII.

Na Inglaterra, especialmente, o crescimento econômico propiciado pela expansão das atividades mercantis criou condições para a estruturação de um dinâmico sistema financeiro, que tanto serviu para financiar as guerras contra as tentativas de hegemonia que se desenrolaram no teatro europeu (entre os séculos XVI e o final das guerras napoleônicas), quanto para apoiar a produção. A modernização das atividades agrícolas, que propiciou ganhos de competitividade no comércio da lã e de outros produtos, o que em parte explica o avanço sustentado do comércio exterior a partir do século XVI, também encontrou na Inglaterra condições especiais para se desenvolver como conseqüência de um lento processo de mudanças políticas e econômicas observadas desde o século anterior.

Com os Atos de Navegação (1651), a Inglaterra destruiu a supremacia marítima da Holanda e deu início a uma fase protecionista que teve a melhor expressão nas medidas adotadas durante a ditadura de Cromwell (1653-1658). A isso somou-se a existência, pioneira em toda a Europa, de condições políticas extremamente propícias para a expansão econômica, com a superação do Estado monárquico absolutista ainda na primeira metade dos setecentos, o que representou a ascensão da burguesia e fundamentou o sistema político liberal. A Revolução de 1688 – denominada "Revolução Gloriosa" – favoreceu a ascensão política da burguesia e estabeleceu formas de controle sobre a monarquia, criando condições políticas para a um novo surto de expansão do comércio e para a prosperidade agrícola. Com o mercado nacional unificado, com a hegemonia nos mares e com os recursos energéticos (carvão), a Inglaterra – dada a ênfase comercialista de sua política mercantilista – pôde acumular capitais para detonar o processo pioneiro de industrialização acelerada (Dobb: 185-192).

A crescente concentração da propriedade da terra facilitou, no início do século XVIII, a introdução de novas técnicas de cultivo e de novas culturas, aliadas à lenta, mas perceptível mecanização das atividades agrícolas. O fechamento dos campos transformou os pequenos proprietários rurais em trabalhadores livres que, atuando no campo ou na cidade, aumentaram a oferta de mão-de-obra disponível. Ademais, um fator não menos importante foi o espírito empreendedor e aberto à inovação de parte destacada da sociedade inglesa, o que facilitou a internalização nas atividades produtivas das importantes inovações tecnoló-

gicas que caracterizaram a Revolução Industrial (novas fontes de energia; mecanização crescente da produção e revolução nos transportes, com a abertura das primeiras linhas férreas e a invenção do barco a vapor etc.).

A indústria tradicional de lã foi a base do antigo sistema de produção, que antecedeu a Revolução Industrial, sendo caracterizada pelos rígidos controles impostos pelas necessidades da política comercial mercantilista. O historiador Eric Hobsbawm argumenta, entretanto, que os estímulos para o desenvolvimento da Revolução Industrial podem ocorrer apenas em determinadas condições socioeconômicas, todas presentes na Inglaterra do século XVIII, e que a presença desses estímulos é mais provável em uma indústria produtora de bens de consumo de baixo custo e destinados aos segmentos populares, fabricados com matérias-primas acessíveis e baratas e, muito importante, com custos de transporte com baixo impacto sobre o preço final do bem produzido. Uma indústria com essas características presta-se, de maneira especial, à expansão da industrialização se as mudanças tecnológicas tiverem baixo custo e se a sua gestão e operação não forem excessivamente complexas. Quanto mais simples e menos custosas forem as inovações, mais provável será a sua adoção geral. Por tudo isso, parece natural que a indústria do algodão se tornasse a base do novo sistema fabril, uma vez que já havia experiência acumulada no setor têxtil, com a indústria da lã, estando em melhores condições para a internalização das inovações tecnológicas características da revolução industrial. No caso, a introdução dos teares movidos a vapor, em substituição aos teares manuais, juntamente com as máquinas para o processamento do algodão e com

as fiandeiras, foram as inovações que deram início ao industrialismo moderno.

Na Inglaterra existiram, ainda, condições circunstanciais que estimularam a arrancada industrial. No caso, essas condições situaram-se na preponderância do sistema mercantil inglês, ou seja, nos seus vínculos dinâmicos com a economia internacional. Com efeito, a existência de uma vasta área de intercâmbio comercial, que incluía tanto as colônias inglesas e outras potências coloniais (que se inseriram na expansão da Revolução Industrial como supridoras de matérias-primas e como consumidoras de produtos manufaturados) quanto os mercados da Europa Continental, favoreceram de modo decisivo a expansão do sistema, uma vez que havia a perspectiva certa de escoamento da produção manufatureira (Hobsbawm, 1979: 112-125).

A convergência singular dessas dinâmicas que se desenrolaram desde o século XVI na Inglaterra fez desse país o único na Europa com as condições políticas, econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento inicial da indústria e, portanto, do capitalismo industrial. Mas o aprofundamento da Revolução Industrial dar-se-ia com o alargamento das condições de oferta de recursos que até o final do século XVII eram escassos ou de manipulação excessivamente cara, como o ferro, cujos artefatos – especialmente as armas – eram demandados prioritariamente pelo Estado. Portanto, o desenvolvimento da indústria siderúrgica, que se deu com o emprego intensivo das novas fontes de energia (substituição do carvão vegetal pelo carvão mineral ou hulha), barateou a manipulação industrial do ferro, o que teve enorme impacto na crescente vulgari-

zação de outras inovações típicas desses novos tempos – a locomotiva a vapor e as estradas de ferro.

A construção e a expansão das vias férreas, entre 1830 e 1850, deram condições para o desenvolvimento posterior da economia inglesa, particularmente nas suas dimensões financeiras e na sua capacidade de projeção internacional. Em 1830, a produção de aço britânico oscilava entre 600 e 700 mil toneladas, mas depois da expansão da rede ferroviária experimentada na década de 1840-1850 chegou (entre 1847 e 1848) aos 2 milhões de toneladas. Na verdade, as vias férreas transformaram o mercado de capitais, criando uma saída para a poupança acumulada pela expansão mercantil advinda dos ganhos de produtividade trazidos pela industrialização, e absorvendo, nas palavras de Hosbsbawn, "a maior parte dos 60 milhões de libras esterlinas que constituíam, a cada ano, o excedente de capital britânico à procura de oportunidades de investimento". Esse excedente de capitais favoreceu, portanto, tanto a expansão dos meios de transportes na Grã-Bretanha, quanto criou incentivos para os investimentos diretos em outros países.

A Revolução Industrial também teve conseqüências inesperadas para a sociedade. Parcelas crescentes da população rural foram atraídas para as cidades e os modos de vida tradicionais alteraram-se. As cidades cresceram em número, tamanho e em população – por exemplo, entre 1801 e 1851, a população de Birmingham saltou de cerca de 70 mil pessoas para 250 mil e a de Liverpool, de 75 mil a 400 mil. As penosas condições de vida da nova e crescente classe operária e o novo modo de exploração do trabalho nos grandes centros industriais favoreceram o surgi-

mento de movimentos de reação à industrialização (com a destruição de fábricas, por exemplo) e criou as condições para o surgimento de lideranças trabalhistas. O operariado tomaria consciência crescente da sua condição de nova classe ao longo do século XIX e seria auxiliado nas suas reivindicações pelo nascimento dos movimentos socialistas, que proliferaram na Europa a partir da década de 1830. As primeiras medidas de proteção do trabalho seriam tomadas para beneficiar a classe trabalhadora apenas em 1833, quando o parlamento inglês votou a Lei de Fábrica, que estabelecia a proibição do trabalho de crianças menores de 13 anos por jornadas superiores a nove horas por dia. Em 1847, nova legislação trabalhista proibiu jornadas diárias com mais de 10 horas para os menores de 18 anos e para as mulheres. Apenas em 1874 foi promulgada a lei que estipulava a jornada diária de dez horas para trabalhadores adultos do sexo masculino.

O historiador econômico David Landes lembra que a convergência de fatores propícios para o surgimento da revolução industrial na Grã-Bretanha, entretanto, não explicaria, por si só, o sucesso econômico daquele país, e o que se lhe seguiu na dimensão da política internacional. A Revolução Industrial permitiu o aumento dramático da produtividade econômica e o crescimento da riqueza nacional em níveis muito superiores ao do crescimento populacional. Apesar dos custos sociais elevadíssimos (exploração dos exércitos de mão-de-obra disponíveis, tensões sociais decorrentes da crescente mecanização da atividade manufatureira, inchaço dos centros urbanos etc.), a expansão da indústria na Grã-Bretanha proporcionou em médio prazo benefícios generalizados para o país, como o aumento da

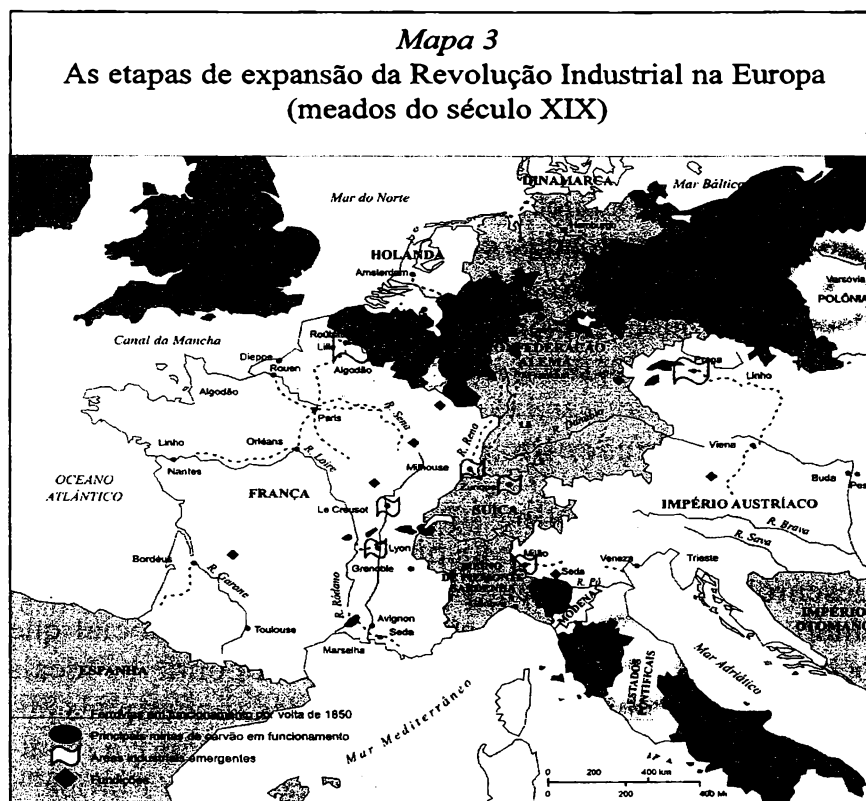
média dos salários reais, o que, por seu turno, propiciou o aumento da renda *per capita* geral (Landes, 1998). Estabeleceu-se um novo círculo virtuoso, no qual o aumento da renda levou à elevação do consumo e a demanda por alimentos e artigos manufaturados foi atendida pelo crescimento do comércio de excedentes agrícolas, o que gerou nova demanda pela expansão das comunicações, com o estabelecimento de novas ferrovias e linhas navais.

Entre 1760 e 1830, ou seja, no período inicial da Revolução Industrial, quando os processos de inovação estavam circunscritos à Grã-Bretanha, verificou-se um extraordinário incremento na participação do país na economia internacional. Segundo Paul Kennedy, nesse período, a produção industrial britânica correspondia a cerca de 75% das manufaturas européias e a sua participação na produção mundial de manufaturados saltou de quase 2% para 9,5% e chegaria, até o final da década de 40 do século XIX, a quase 20%. No início dos anos 1850, mais de um terço dos navios mercantes do mundo eram ingleses (Kennedy: 150-155).

O dinamismo econômico verificado teve impactos imediatos no crescimento dos índices do comércio exterior, tanto que na primeira metade dos anos 1800 as exportações inglesas correspondiam a cerca de um quinto das rendas nacionais, enquanto os mercados externos se tornavam vitais para determinados setores da nascente indústria britânica, como a dos têxteis. Em poucos anos, as importações de matérias-primas (para alimentar a demanda crescente provinda das manufaturas em expansão) e de alimentos também cresceram em importância, uma vez que, com o avanço da industrialização, a Grã-Bretanha deixava

gradualmente de ser uma sociedade agrícola e passava a ser predominantemente urbana e industrial. O Mapa 3 apresenta a disseminação da industrialização na Grã-Bretanha nesse período e a sua fase posterior, quando a Revolução Industrial atingiu a Europa Continental.

*Mapa 3*

As etapas de expansão da Revolução Industrial na Europa (meados do século XIX)

O mesmo aconteceu com o setor de serviços – a denominada economia "invisível" – que passava a ter índices de crescimento impressionantes, justamente porque era a roldana que fazia girar o ciclo econômico encetado pela Revolução Industrial: o mercado financeiro e de crédito

expandiu-se, as bolsas de mercadorias consolidaram-se e o setor de seguros e fretes cresceu no mesmo ritmo das correntes de comércio da Grã-Bretanha. O setor financeiro, em especial, cresceu como decorrência direta da expansão concomitante das manufaturas e do comércio, uma vez que os capitais necessários para fomentar a expansão manufatureira, com os lucros ascendentes da indústria, tiveram alta rentabilidade, o que permitiu uma acumulação ainda maior de capitais que se tornaram disponíveis para novos investimentos. Em poucos anos, os grandes empreendedores britânicos davam início à "internacionalização" das suas atividades, com o aumento crescente dos investimentos produtivos no exterior: entre 1815 e o final da década de 1840, a média anual dos fluxos de inversões britânicos no exterior praticamente quintuplicou (Kennedy).

## 2.3. As revoluções liberais (1815-1848)

Os primeiros desafios impostos à ordem de Viena foram conflitos políticos de inspiração revolucionária que se desenrolaram nas primeiras décadas do século XIX, refletindo, ainda, a transformação do pensamento social que ocorreu na França durante a Revolução, opondo os ideais liberais às instituições conservadoras das monarquias absolutistas. Nos primeiros 50 anos do novo século, à medida que a Revolução Industrial expandia-se pela Europa, a onda revolucionária que surgiu na França em 1789 chegou a recantos tão diversos, como Portugal, Espanha, Polônia, Alemanha, Bélgica, Grécia, Itália e, finalmente, retornou à França. Foram três grandes movimentos: o de 1820, o de 1830 e, finalmente, o de 1848. Nesse percurso, o ideário liberal foi amalgamado com o nacionalismo, para produ-

zir resultados imprevisíveis. Em muitos desses casos, a fúria das potências conservadoras voltou-se contra os insurgentes, sufocando energicamente, pelo menos por algum tempo, as reivindicações liberais. Em alguns outros, como aconteceu na Grécia e nas independências das colônias ibéricas nas Américas, prevaleceram outros interesses – políticos e, especialmente, econômicos.

Em 1820 Portugal, Espanha e Itália conheceram os seus movimentos revolucionários, com motivações semelhantes – acabar com o poder centralizador do Antigo Regime e instituir regimes constitucionais –, mas tiveram resultados desiguais. Em Portugal, a Revolução do Porto reivindicava o imediato retorno da família real, que se auto-exilara no Brasil para escapar da expansão napoleônica, uma constituição e o restabelecimento do regime colonial. A sorte do movimento revolucionário, que exigia a moderação dos poderes do Rei Fernando, foi, entretanto, diferente: instada pelas potências conservadoras da Quádrupla Aliança, que temiam que o levante espanhol inspirasse movimentos semelhantes em outras regiões, a França foi forçada a intervir, esmagando o movimento em 1823.

Na Itália, também em 1820, a sociedade secreta dos carbonários obteve do rei das Duas Sicílias uma constituição e um governo parlamentar, o que foi desfeito com a intervenção decidida da Áustria. Em 1821, foi a vez dos gregos reivindicarem a sua independência do Império Otomano, o que contou com a hostilidade do governo austríaco, que temia pela reação dos turcos, mas teve a simpatia de uma difusa opinião pública européia. Nesse caso, apesar das objeções do chanceler austríaco Metternich, a Grã-Bretanha, a França e a Rússia – considerando as questões

estratégicas envolvidas em eventual independência grega para o equilíbrio de poder europeu – empreenderam uma ação contra os turcos e a Grécia conquistou a sua independência em 1829.

A partir de 1830 as revoltas multiplicaram-se por toda a Europa. Na França, a restauração da monarquia e da dinastia dos Bourbon não foi suficiente para Carlos X, que tentou reintroduzir o absolutismo e alguns dos privilégios de que gozava a nobreza no Antigo Regime. A publicação das ordenações conservadoras, em julho daquele ano, que dissolvia a Assembléia de maioria liberal, modificava o sistema eleitoral e estabelecia medidas de censura prévia à imprensa, motivou a insurgência da burguesia e de grande parte da população, que depôs o rei e entregou o trono a Luís Felipe, nobre da família Orléans com tendências liberais.

A revolta liberal na França repercutiu por toda a Europa e o seu exemplo motivou a rebelião da burguesia da Bélgica, território com população majoritariamente católica que fora entregue à Holanda no contexto dos acertos territoriais de Viena. Em 25 de agosto daquele ano explodiu uma revolta popular contra as autoridades holandesas em Bruxelas e apenas dois meses depois a Bélgica declarava-se independente, constituindo-se em uma monarquia constitucional. O sucesso dos revolucionários na França e na Bélgica inspirou intelectuais, estudantes e uma parcela importante do oficialato do exército polonês, que resolveram levantar armas para livrarem-se da dominação da Rússia, entretanto sem o sucesso dos patriotas da Europa Ocidental: o seu levante foi brutalmente esmagado pelo poderio russo ainda em 1831. A Itália, também, convulsionou-se em 1831-1832, quando a sociedade secreta dos

carbonários obteve sucesso ao proclamar a república nos Estados Pontificais, movimento que foi revertido pela rápida intervenção das forças austríacas. Todos esses movimentos, de forte inspiração nacionalista (de independência ou unificação) foram manejados com maior ou menor sucesso pelas potências do Congresso de Viena. É importante ressaltar que o viés conservador prevaleceu na reação que esboçaram para tolerar (no caso das independências da Grécia e da Bélgica) ou para esmagar as revoltas da década de 1830 (Rémond: 35-39).

A Europa, contudo, permaneceu em estado de crise latente até o final da década de 1840, uma vez que os problemas econômicos e sociais alimentavam a instabilidade política que, além dos conflitos entre as forças liberais e conservadoras, incrementaram-se com o surgimento de novos movimentos sociais que emergiram nas classes operárias dos centros urbanos.

A situação, portanto, era tensa e mostrou-se insustentável mesmo na França, que avançou depois da revolução de 1830 para uma forma de governo constitucional. Nesse país, o governo de Luís Felipe desgastou-se rapidamente e, por volta de 1848, perdia rapidamente o apoio interno, tanto por causa da crise econômica causada pela safra irregular de 1846 e pela paralisia do setor manufatureiro que produziu novas hordas de desempregados, quanto porque se recusava a aprofundar as reformas políticas necessárias para alargar a participação democrática dos segmentos populares. Nesse aspecto, a França recuou bastante desde a época das reformas sociais e políticas da Revolução de 1789. Nesse país, que já teve o sufrágio universal, houve um retrocesso, que levou à sua revogação. Em 1848, ape-

nas 3% da população tinha direito a voto. A oposição ao governo, formada por republicanos e socialistas e engrossada pelos segmentos populares, tomou as ruas de Paris em fevereiro daquele ano para reclamar as reformas políticas, conseguindo destituir o governo e depor o monarca.

O governo provisório formado no vácuo de poder que se formou proclamou a república, aboliu a censura, pôs fim ao voto censitário e formulou políticas de compensação social, como a regulamentação das jornadas de trabalho, a legalização dos sindicatos operários e a implantação de oficinas nacionais que distribuíam alimentos, cuidados médicos e empregos em obras públicas, além de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. O clima de tensão, entretanto, não se desfez e explodiu em novas reivindicações apenas quatro meses depois, quando, sob a liderança dos socialistas, a classe operária protestou vigorosamente contra a insuficiência das medidas adotadas e, particularmente, contra o subseqüente fechamento das Oficinas Nacionais. Após três dias de lutas de ruas, o movimento foi sufocado pelas forças policiais, deixando um saldo de quase dois mil mortos e feridos, e mais um trauma na experiência política francesa – a do radicalismo do socialismo operário.

Em dezembro de 1848, entretanto, os franceses, ansiosos por estabilidade, foram às urnas para eleger o seu primeiro presidente da República. Do pleito saiu vencedor Luís Napoleão, sobrinho do imperador, que conseguiu seduzir o eleitorado com a mística da liderança do seu nome e com a promessa de que conseguiria prevenir futuras desordens da classe operária. Apenas três anos depois de eleito, Luís Bonaparte deu um golpe de Estado, aboliu a Re-

pública, restaurou a monarquia e proclamou-se Napoleão III, imperador dos franceses. Acabava melancolicamente o grande ciclo revolucionário francês que sacudiu o país diversas vezes, desde 1789, e que teve repercussões dramáticas por toda a Europa e no resto do mundo.

A situação de crise política, como se demonstrou, não era uma exclusividade da França no final da primeira metade do século XIX. Os demais países padeciam dos mesmos problemas econômicos e sociais e não equacionaram, no ciclo anterior, a questão da legitimidade, da nacionalidade e da inclusão política dos segmentos sociais que cresceram em importância desde o final do século anterior. A reação conservadora que se seguiu ao Congresso de Viena conseguiu apenas controlar, por alguns anos, as forças liberais que pressionavam por reformas políticas e sociais que pusessem fim efetivamente ao Antigo Regime, mas não extirpá-las. Desse modo, seria natural que um novo surto revolucionário ganhasse força assim que as notícias da deposição do monarca francês, em março de 1848, fossem conhecidas.

Ainda naquele mês de março, os governos da Prússia e de outros estados germânicos atenderam algumas das reivindicações sociais de reformas liberais, como a atenuação da censura, o estabelecimento de tribunais regulares e a formação de parlamentos nacionais. As forças liberais que ganharam repentinamente espaço político nos governos dos estados germânicos decidiram convocar uma Assembléia Nacional que reuniria representantes de todos eles, com o objetivo de discutir a sua unificação. Essa Assembléia, composta por 550 representantes, reuniu-se em Frankfurt em março de 1849, e aprovou a criação de

uma Federação dos Estados Alemães, que teria um único parlamento nacional e cuja coroa foi oferecida ao rei da Prússia, Frederico Guilherme, da dinastia dos Hohenzollern. Temendo a reação da Áustria, alijada dos debates e do projeto, e antevendo os ciúmes das demais dinastias alemãs, o monarca prussiano rejeitou a Coroa da Alemanha Unificada. Diante das pressões da Áustria, os príncipes alemães recuaram, destituíram os governos liberais, dissolveram a Assembléia de Frankfurt e restabeleceram o *status* político anterior. O fracasso do liberalismo assembleísta alemão, consubstanciado no recuo do projeto de unificação, teria conseqüências dramáticas para a história da Alemanha nas décadas seguintes. Em poucos anos, o único caminho viável, e que seria extremamente bem-sucedido no estabelecimento de um império alemão, seria aquele proposto pela Prússia autoritária (Duroselle, 1995).

O próprio império dos Habsburgo austríacos conheceu os perigos da combinação explosiva entre o pensamento político liberal e o nacionalismo. A Áustria controlava o seu império formado por múltiplas nacionalidades com mãos de ferro, por meio de um forte aparato policial. Em 1848, entretanto, movimentos revolucionários eclodiram por todo o Império, começando por Viena, onde os liberais, também inspirados pela deposição do rei da França, em março, exigiram o abrandamento do poder de censura e de polícia e uma nova constituição. O Imperador Fernando I viu-se coagido a acatar as reivindicações dos revoltosos, aceitando a renúncia do gabinete conservador liderado por Metternich, afrouxando os controles sobre a imprensa e convocando uma Assembléia Constituinte. Mediante o sucesso do movimento liberal vienense, eclodiram revoltas em outras partes do Império – Boêmia, Hungria e Itália.

Os tchecos da Boêmia, com extrema ousadia, reivindicaram a reconstrução do Império em bases federativas, o que daria igualdade aos povos que compunham o mosaico multinacional dos Habsburgo. Na Hungria, província de composição multiétnica formada por magiares, croatas, sérvios e romenos, os revoltosos exigiram autonomia local e reformas sociais. O movimento liberal húngaro, encabeçado por lideranças magiares, reformou o sistema eleitoral, introduziu a liberdade de culto e de imprensa, aboliu os privilégios da nobreza e do clero e pôs fim à instituição feudal da servidão. No início de 1849, os húngaros declararam a independência da Áustria e, não contentes com a transformação do país em um Estado liberal, as lideranças magiares pretenderam incorporar os territórios croatas, romenos e eslovacos ao novo país. As autoridades austríacas exploraram as tradicionais rivalidades étnicas e encorajaram as minorias incorporadas a resistirem, ao lado dos exércitos austríacos e apoiados por forças da Rússia, à incorporação húngara. Frente a tamanha desproporção de meios, a rebelião magiar foi sumariamente esmagada.

Nas províncias austríacas da Itália Setentrional (Milão e Veneza), a revolução chegou por contágio direto dos movimentos que eclodiram em Nápoles, na Toscana e nos Estados Pontificais, onde os monarcas viram-se, de fato, forçados a introduzir reformas liberais. Entre 18 e 22 de março de 1848, os cidadãos de Milão e de Veneza forçaram a retirada dos austríacos, mas em pouco tempo as forças dos monarcas italianos e dos Habsburgo encontraram condições de reagir e esmagaram os revolucionários. Em Roma, contudo, a história foi diferente: os tumultos forçaram o Papa a fugir em novembro de 1848 e uma república

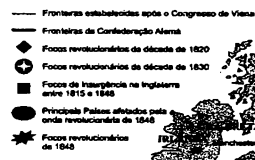
foi proclamada. Atendendo ao pedido do Santo Padre, o recém-eleito presidente da França, Luís Napoleão, enviou tropas que marcharam sobre Roma, desmantelaram a república nascente e restauraram a autoridade papal.

A vitória dos revolucionários, tanto em Viena, quanto alhures, teve, como se vê, vida curta. Ainda em 1848, a abdicação de Fernando I em favor de seu sobrinho Francisco José abriu espaço para a reação conservadora, que conseguiu sufocar os movimentos liberais antes que tivessem condições de se consolidar. Em março de 1849, o governo descartou o esboço de constituição liberal preparado pela Assembléia Constituinte e promulgou uma nova Carta Conservadora (Hobsbawm, 2003).

O balanço da onda revolucionária que varreu a Europa entre 1820 e 1848 é contraditório. Em 1850, parecia que quase tudo voltara a ser como antes – a França foi, no mesmo ano, de uma monarquia constitucional hesitante para uma república de vida curta e retornou à monarquia; a Alemanha continuava dividida e subjugada pela Áustria; a Itália não se realizara como nação unificada; e os Habsburgo continuavam controlando com mão pesada o seu império de muitos povos. Mas algumas coisas de fato mudaram. Se os propósitos liberalizantes e de unificação nacionalista não foram realizados, os movimentos revolucionários não foram totalmente perdedores, porque permitiram alguns ganhos: na Espanha e em Portugal instalaram-se governos liberais; a Bélgica e a Grécia tornaram-se independentes; na França, o sufrágio voltou a ser universal; parlamentos constitucionais foram estabelecidos na Prússia e em alguns dos estados alemães; e a servidão feudal foi abolida na Áustria e na Alemanha. Doravante, ou-

tras reformas liberais seriam gradualmente introduzidas nos principais países da Europa, mas a era das revoluções, que se iniciara na França em 1789, tinha efetivamente acabado. O Mapa 4 apresenta as etapas de expansão da Revolução Industrial na Europa (meados do século XIX).

*Mapa 4*
As revoluções na Europa (1820, 1830 e 1848)

## 2.4. As independências na América Latina e o refluxo do colonialismo

A ordem internacional que emergiu do Congresso de Viena de 1815 e que restabelecia a balança de poder girou sobre dois mecanismos até meados do século XIX: o primeiro deles reestabeleceu o princípio do equilíbrio de poder e funcionou como uma hegemonia coletiva, e diz res-

peito às questões da legitimidade dinástica e da contenção das revoltas liberais, uma herança direta da instabilidade característica da política européia desde a expansão da Revolução Francesa, que teve mais impacto na gestão das relações intereuropéias; o segundo se estabeleceu com a criação de condições de expansão das forças econômicas européias em nível global, articuladas e impulsionadas pelo liberalismo econômico internacional, cujo centro era a Grã-Bretanha.

O segundo mecanismo conferiu grande homogeneidade ao conjunto das relações que as grandes potências européias estabeleceram com o resto do mundo ao longo de todo o século XIX, pelas quais se procurou criar condições para a expansão dos mercados consumidores de produtos manufaturados e, em um plano mais geral, a perpetuação das condições de dependência dos centros economicamente avançados. As independências das colônias ibéricas na América e o refluxo do ímpeto colonizador europeu que se observou até a década de 1870 são duas das dinâmicas que se explicam pelo funcionamento concomitante desses dois mecanismos.

As colônias americanas de Portugal e da Espanha inseriram-se na expansão do capitalismo mundial, entre o século XVII e o início do século XIX, como importadores de produtos manufaturados e exportadores de matérias-primas, relações comerciais que se processavam com exclusividade com as suas metrópoles e configuravam o que se denomina de pacto colonial. Entretanto, a expansão da Revolução Industrial na Europa e, particularmente, na Grã-Bretanha, articulada com a instabilidade política que se instaurou em 1789 e se estendeu até o final das guerras na-

poleônicas, agiram para transformar o quadro político na América Latina.

Com efeito, a decretação do bloqueio continental contra a Grã-Bretanha prejudicou muito o comércio desse país com os territórios ocupados por Napoleão Bônaparte, mas os ingleses souberam encontrar alternativas que, se não se igualavam às correntes comerciais européias, ao menos compensavam temporariamente a perda desses importantes mercados. No caso, as vantagens que a Grã-Bretanha detinha na época, como a liderança no processo de industrialização (que criou uma economia de escala sempre a demandar por novos mercados) e o uso inteligente da preponderância naval serviram para reforçar a presença econômica inglesa em outras regiões do mundo e, especialmente, no seu espaço colonial e em áreas que não foram englobadas pelo bloqueio (América Latina, Ásia, Antilhas, África, Oriente Próximo). As guerras napoleônicas não tiveram um impacto direto na América Latina, mas a natureza das relações entre as metrópoles ibéricas e as suas colônias com certeza transformaram-se para ajustar-se à instabilidade européia.

As colônias espanholas, em sua maioria, gozaram de relativa independência durante o período e chegaram mesmo a manterem-se fiéis ao rei da Espanha quando aprisionado pelas forças francesas, e se recusaram a reconhecer José Bonaparte, em 1808, quando o seu irmão o fez monarca dos espanhóis. Na América portuguesa a situação foi distinta. O Estado português foi transferido para o Brasil em 1808, quando a corte de Lisboa fugiu apressadamente da invasão das tropas de Napoleão, contando com a proteção da marinha inglesa.

Nesse período, o comércio com a Grã-Bretanha cresceu sustentadamente – no caso das colônias espanholas, pela impossibilidade de fazê-lo com a metrópole; e no caso do Brasil, porque os bons serviços da diplomacia portuguesa foram pagos com vantajosos acordos comerciais (firmados em 1810 e depois renovados sucessivas vezes, estabeleciam a tarifa de 15% *ad valorem* para os produtos ingleses e limitava o consumo de produtos brasileiros no mercado inglês, onde concorriam com o açúcar e o café das colônias britânicas) que franquearam aos ingleses o acesso sem intermediações ao mercado brasileiro, deu-lhes as inomináveis vantagens da extraterritorialidade e cerceou o desenvolvimento de uma manufatura nacional. A Grã-Bretanha, portanto, esteve em condições extremamente vantajosas em um grande mercado consumidor, que se agregava pela via do liberalismo ao seu sistema de comércio e pôde pôr em prática um novo modo de fazer negócios e de criar e perpetuar dependências, anos antes de ter se transformado em um mecanismo de uso generalizado nas relações econômicas internacionais das grandes potências européias (Cervo, 2001).

A partir de 1815, o estabelecimento do princípio da legitimidade consagrado no Pacto da Santa Aliança, que propugnava a intervenção das potências quando e onde fosse necessário restaurar a ordem ferida, teve impactos diretos sobre a evolução dos processos emancipatórios das colônias americanas no início dos anos 20. Seria de se esperar que as grandes potências dessem ouvido aos pedidos de intervenção feitos pela Espanha, com o objetivo de restaurar a sua autoridade na região. Mas por que isso não aconteceu? Porque, no caso, o mecanismo da legitimidade

de Viena foi compensado pelo da expansão econômica pela via do liberalismo.

Com efeito, a restauração dos vínculos coloniais na região interessaria apenas a Espanha e a Portugal. Mas a diplomacia inglesa liderada por George Canning fez os governos das demais potências – especialmente a França e os Estados Unidos – enxergarem que isso seria prejudicial aos seus próprios interesses econômicos, diante dos promissores mercados que se abriam à penetração estrangeira, sem a mediação das metrópoles. Assim, por que proteger os interesses dos dois decadentes impérios coloniais, se um mundo de bons negócios anunciava-se com a concretização das independências na América? Portugal e Espanha estariam, portanto, entregues à própria sorte se decidissem reagir contra a insurgência de suas colônias, uma vez que as potências européias, e mesmo as mais conservadoras como a Áustria e a Prússia, haviam decidido manter-se afastadas do processo e abdicado de fazer valer, no caso, a transcendência do princípio da legitimidade que se mostrara tão importante na estabilização política na Europa na mesma época.

A conclusão dos processos de emancipação política das colônias ibéricas (no Brasil em 1823 e na América Hispânica em 1824) se fez acompanhar do surgimento de um pensamento americano que buscou legitimar um sistema de poder autônomo, com duas vertentes bem caracterizadas. Em 2 de dezembro de 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, em mensagem ao Congresso norte-americano, avisava que o país consideraria uma ameaça para a sua paz e segurança qualquer tentativa, por parte das potências européias, de tentar impor o princípio

da legitimidade do sistema de Viena a qualquer parte das Américas – era uma manifestação política de peso, considerando que o governo de Washington declarava-se previamente hostil a qualquer tentativa de restauração. É evidente que a declaração do presidente norte-americano tinha um componente de força implícito. Mas será que os Estados Unidos realmente fariam a guerra contra as potências reacionárias européias para garantir as independências das colônias ibéricas? Nesse sentido, a Doutrina Monroe tinha, também, as suas limitações. Foi instada pela Grã-Bretanha e, além de manifestar os bons argumentos da laboriosa diplomacia inglesa, incorporava as ameaças veladas e a vontade explícita dos ingleses de manter a Santa Aliança afastada das Américas.

A outra vertente era menos impositiva, mais idealista e procurou fundamentar a proteção das independências das colônias ibéricas na paz e na cooperação pan-americana: lastreada no pensamento de Simon Bolívar, foi anunciada no Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826, e advogava as prerrogativas do império da lei e do direito para dirimir as controvérsias. Essa vertente foi menos efetiva, uma vez que as antigas colônias já estavam efetivamente divididas, tanto pelas diferenças políticas anteriores ao processo de independência, quanto pelas que se seguiram: enquanto toda a América hispânica se fragmentou em pequenas repúblicas, na parte portuguesa das Américas ergueu-se uma monarquia que conseguiu manter o colossal território do Brasil unido. Mas, além das desconfianças subjacentes entre as partes do sistema que se esboçou, um dos aspectos mais importantes para compreender os limites dessa vertente é o fato de que a união das antigas

colônias proposta por Bolívar não interessava nem aos grandes atores regionais (como o Brasil), e muito menos à Grã-Bretanha, que temiam que no futuro uma eventual liga interamericana se colocasse sob a liderança dos EUA ou que resistisse à penetração econômica européia. As duas vertentes tinham, portanto, as suas limitações, e não foram adequadas e nem suficientes, como argumentos, para induzir um processo político diferente daquele que ocorreu, tocado diretamente pelos interesses da expansão do capitalismo industrial nas primeiras décadas do século XIX (Cervo, 2002: 17-23).

A conversão da América Latina em área privilegiada para a expansão econômica, pela via do liberalismo econômico imposto pela Grã-Bretanha, que logo foi seguida pelas demais potências européias, teve importância fundamental para as relações internacionais da primeira metade do século XIX. O sucesso da diplomacia inglesa nos processos de independência da América ibérica foi incontestável. Obteve dos novos estados latino-americanos inúmeras vantagens econômicas, na forma de tratados que conferiam à Grã-Bretanha muitas prerrogativas na área comercial (tarifas e navegação), impediram o desenvolvimento de manufaturas locais e perpetuaram o esquema de inserção tradicional na nova fase de expansão do capitalismo global, e também vantagens políticas (como os tribunais especiais para os súditos britânicos, por exemplo).

Esse modo de relacionar-se com a nova periferia das relações internacionais logo transformou-se em um "modelo", que enquadrou as relações das potências européias com os povos atrasados de todos os quadrantes do globo. Em pouco tempo, percebeu-se que esse novo tipo de inte-

ração mostrava-se até mais lucrativo do que o velho colonialismo de exploração, uma vez que permitia colher muitos frutos, sem ter que pagar os custos da defesa e da ocupação. Mas havia, também, uma crise moral generalizada que favoreceu o retraimento do colonialismo tradicional, na medida em que as independências na América Latina, alinhadas com o pensamento libertador secretado pela Revolução Francesa e com o sucesso da independência dos Estados Unidos, serviram para deslegitimar, frente às opiniões públicas européias, as empresas coloniais. Elas simbolizavam o atraso do mercantilismo e das práticas de exploração imorais intensivas em trabalho escravo – todas incompatíveis com as instituições do liberalismo econômico e do capitalismo industrial – e é por isso que os ingleses iriam dedicar-se com afinco à sua erradicação (Rémond: 184-192).

Isso não quer dizer que os empreendimentos coloniais tradicionais sucumbiram repentinamente, mas é um fato que essa tendência entrou em crise, mesmo que se perceba nas primeiras décadas do século XIX um alargamento territorial dos antigos impérios, como o britânico e o russo. A Rússia colonizava por contigüidade, e expandiu-se sustentadamente, com a anexação de territórios vizinhos a leste, oeste e sul; incorporou parte da Polônia, a Finlândia, a Bessarábia e a Sibéria, construindo um império de 17 milhões de quilômetros quadrados. O império britânico expandiu-se ao ritmo de 260 mil quilômetros quadrados por ano entre 1815 e 1865. Mas o foco agora era outro. Privilegiava-se o colonialismo de povoamento, o que levou a modificações importantes no modo como as metrópoles relacionavam-se com as suas colônias. Isso aconteceu

com a Grã-Bretanha, que manteve o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, concedendo-lhes, em meados do século XIX, crescente autonomia, e com Índia, que era a sua grande colônia de exploração, que ganhou um governo-geral com a missão de introduzir políticas públicas que proporcionassem condições de homogeneização da administração e de defesa, em substituição à exploração mercantilista das companhias de comércio. A França expandiu-se pelo norte da África, estabelecendo em 1830 a sua primeira colônia de povoamento na Argélia, que se transformaria mais tarde na base que daria condições para a expansão da sua influência por todo o Levante (Kennedy: 155-165).

## 2.5. A expansão dos Estados Unidos

Enquanto as antigas colônias ibéricas na América se inseriam nas relações internacionais empurradas pelo liberalismo econômico, que lhes forjou novos vínculos de dependência, uma experiência muito diferente se processava ao norte do hemisfério. Com efeito, mesmo estando de fora do Concerto das Grandes Potências, os Estados Unidos seguiram um caminho diferente, de construção e fortalecimento nacional pela via do desenvolvimento econômico autônomo e de afirmação política em um mundo dominado pelas potências européias. A ação internacional do país guiava-se pelos interesses do seu desenvolvimento e adaptava-se às suas necessidades.

Houve um tempo em que foi necessário reafirmar a independência nas relações com a antiga metrópole, e por isso, ainda no período de turbulências das guerras napoleônicas, os homens de Estado norte-americanos não hesi-

taram em chamar a Inglaterra para uma "nova" guerra de independência (1812-1814), na qual exigiram o controle nacional sobre a navegação, reafirmaram a sua autonomia na política de comércio exterior e obtiveram uma maior participação no comércio atlântico.

Mesmo mantendo uma distância sanitária e uma altitude altiva com relação ao imperialismo europeu, demonstrada em diferentes episódios que se sucederam nas primeiras décadas do século XIX, como a proclamação da Doutrina Monroe, os Estados Unidos também tiveram uma versão própria de imperialismo. Com o encerramento da fase da consolidação da independência e das instituições republicanas, a política externa buscou os meios para a expansão territorial, fosse a diplomacia ou a guerra, mas que atendessem às motivações psicossociais, ideológicas, econômicas e estratégicas que justificavam a construção de uma grande nação de talhe continental, do Atlântico ao Pacífico.

A consistente ideologia nacional que foi a doutrina do Destino Manifesto, pelo qual se justificava internamente o "direito" e a "necessidade" da expansão territorial em larga escala, em nome da liberdade e da democracia, emprestou grande coerência às ações de conquista interna e externa empreendidas pelos Estados Unidos pelo menos até a eclosão da Guerra da Secessão, em 1861. Um outro aspecto fundamental para compreender a demanda por novos territórios é a necessidade de equilíbrio federativo, com a diminuição do peso político dos estados escravistas. Além disso, existiam concretos interesses econômicos na expansão territorial, para atender às demandas sociais decorrentes das ondas migratórias que afluíam para a América,

que tiveram a virtude de criar fatos consumados mediante a ocupação de terras, geralmente alheias.

O fato é que entre o início do século XIX e o final da década de 1850 os Estados Unidos conheceram um importante processo de alargamento das suas fronteiras nacionais, que lhes deram uma configuração territorial muito semelhante à que têm atualmente. Esse processo iniciou-se ainda em 1803, quando o governo norte-americano adquiriu a Lousiana, até então território francês. Em 1819, aproveitando-se da debilidade da Espanha, no momento em que estava empenhada na contenção das independências na América Latina, incorporaram a Flórida. Ao mesmo tempo, a expansão deu-se gradualmente a oeste, por meio do conflito de atrito com as populações indígenas, vagarosamente encurraladas para dar espaço à abertura de novas fronteiras, e em outras direções, com a compra de novos territórios, como o Oregon, adquirido da Grã-Bretanha em 1846.

Em março de 1836, os texanos de origem norte-americana declararam a sua independência do México, soberania que foi reconhecida pelos Estados Unidos e, mais tarde, gozou de certo reconhecimento internacional – tanto que a Grã-Bretanha e a França também a reconheceram –, mas, em 1845, o governo de Washington anexou o Texas ao seu território. A partir de 1838, os norte-americanos definiram que a fronteira natural para a expansão do seu grande país, além do oeste, seria o sul, onde estava o México, com o qual foram a uma longa guerra de dez anos, culminando em 1848 na anexação dos territórios do Arizona, Novo México, Califórnia, Nevada e Utah.

Desse processo de alargamento surgiu um território com quase oito milhões de quilômetros quadrados, e que continuaria a crescer e a transformar-se. Dos 23 estados que o compunham em 1820, os Estados Unidos passaram a ter 33 em 1860, enquanto a sua face social transformava-se graças à atração de imensos contingentes de imigrantes e sua população crescia consistentemente, passando de pouco menos de dez milhões a pouco mais de 31 milhões no mesmo período.

# 3 O liberalismo e a expansão do modelo inglês (1848-1870)

## 3.1. O apogeu da ordem liberal britânica – Uma visão geral

No final da década de 40 do século XIX, o sentido de ordem estabelecido em Viena, em 1815, parecia resguardado, com o sufocamento das ondas revolucionárias que se abateram sobre a Europa, clamando por liberdade e pelos direitos da nacionalidade, e com a ação concertada das grandes potências que impediu o rompimento do equilíbrio de poderes e o surgimento de uma nova hegemonia no continente. Mas esses eram os únicos aspectos que tornavam o mundo de 1848 semelhante ao de 1815 – em todos os outros, particularmente na dimensão econômica, muitas coisas haviam mudado. O período em questão foi marcado pela ascensão rápida da liderança britânica, estabelecendo as bases de uma nova ordem econômica mundial, costurada pelo liberalismo econômico.

A partir de meados do século XIX, a transferência de tecnologia industrial de uma região para outra permitiu um novo aumento na produtividade e estimulou a busca de

novas fontes de matérias-primas, e, por outro lado, de novos mercados consumidores para a produção manufatureira ampliada pela expansão da Revolução Industrial por toda a Europa. Esse processo está na base da competição dos principais atores europeus por áreas de exploração direta, de colonização e de regiões para a expansão da sua influência econômica, em nova forma de imperialismo que jogou as potências européias em acirrada competição. Por outro lado, esse também é o período do apogeu da Grã-Bretanha, no qual a sua economia industrial tornou-se imbatível, sendo a um só tempo produtora de riqueza e grande indutora das transformações no perfil internacional do país, que se consolidou nessa época como o centro econômico do universo – com todas as vantagens e desvantagens que disso decorriam.

As necessidades da expansão econômica favoreceram no período o aprimoramento das fórmulas do liberalismo econômico, secretadas desde o centro da economia industrial. Esse foi o momento da criação de novas formas de relações entre as potências européias, especialmente da Grã-Bretanha, com o mundo extra-europeu, pelo fortalecimento das dependências econômicas estruturais, por meio do imperialismo comercial e financeiro.

Entre 1850 e 1870, a transformação da Alemanha e da França em potências industriais e o início da disseminação da industrialização por outras economias européias são fatores que permitem entrever os limites que o modelo liberal encontraria na fase subseqüente, uma vez que flexibilizaram a total hegemonia britânica sobre o comércio internacional. As unificações da Alemanha e da Itália, levadas a cabo ao longo da década de 1860, introduziram no siste-

ma europeu novos atores importantes, o que se deu em concomitância com a ascensão gradual dos Estados Unidos como potência extra-européia, após o final da Guerra da Secessão. Em especial, a construção de uma potência alemã, econômica e militar, efetivamente balançou a ordem internacional consagrada no Congresso de Viena, permitindo que se desenhassem as linhas de um novo desequilíbrio de poder.

## 3.2. A expansão da industrialização pelo Continente Europeu

Como se viu no capítulo anterior, as relações internacionais na primeira metade do século XIX tiveram um grande ator (a Grã-Bretanha), que se tornou preponderante sobre as demais potências européias porque teve condições de, pioneiramente, colocar em funcionamento o dínamo da modernização econômica proporcionado pela Revolução Industrial e foi capaz de obter ganhos de produtividade em grande escala provocados pela facilidade de internalizar as inovações tecnológicas. Além disso, a diplomacia britânica esteve a serviço da expansão econômica do país, abrindo-lhe mercados e facilitando a expansão dos negócios em nível global. Esse período também foi caracterizado pelo crescimento sustentado da economia internacional, para o que concorreu a expansão do capitalismo industrial e do liberalismo econômico e, especialmente, a relativa estabilidade política proporcionada pelo sistema de equilíbrio da ordem de Viena.

A supremacia britânica que se construiu no período também teve fatores endógenos extremamente importan-

tes. É importante observar que os impactos das transformações proporcionadas pela Revolução Industrial estiveram concentrados, pelo menos até o final da primeira década do século XIX, na Grã-Bretanha e atingiram apenas marginalmente os demais países europeus. Para isso, concorreram a fadiga econômica proporcionada pelas décadas ininterruptas de guerras, a escassez de capitais disponíveis para investimentos, as dificuldades para a obtenção e o desenvolvimento das novas tecnologias, a perda de mercados e de fontes supridoras de matérias-primas e, o que é muito importante, as deficiências na formação de uma cultura liberal empreendedora. Assim, entre 1815 e 1848, não se verificaram modificações tão fundamentais nas estruturas econômicas dos principais países da Europa Continental como aconteceram na Grã-Bretanha. A modernização industrial no continente foi um processo bastante heterogêneo e algumas sociedades e governos foram mais ágeis em internalizar as inovações.

David Landes propõe que o processo de difusão da Revolução Industrial na Europa seja percebido e analisado de acordo com um gradiente de disponibilidade mecânica e de abertura à inovação: assim, as sociedades mais abertas à inovação foram aquelas do noroeste do continente (França, Países Baixos, parte dos estados alemães, Suíça, nordeste da Espanha e Boêmia); conforme se avança para o leste e para o sul, freqüentemente esse nível de abertura cai, por vezes dramaticamente, o que fez com que a Revolução Industrial tivesse se retardado em parte da Alemanha, na Áustria, no restante da península ibérica, na Itália, na Rússia e, claro, nos territórios do Império Otomano. Em boa parte dessa porção do continente, *grosso modo*, a

produção agrícola continuou prevalecendo sobre a industrial, mesmo a partir da segunda metade do século XIX, quando boa parte das economias européias ocidentais já se classificavam como industrializadas ou em vias de rápida industrialização (Landes, 1998: 257-273).

Por outro lado, as condições que facilitaram a superioridade britânica tenderam a generalizar-se em médio prazo. O historiador francês Jean-Baptiste Duroselle, no livro *Todo império perecerá*, ensina que uma das mais importantes lições da história é que todo aperfeiçoamento técnico obedece a uma *regularidade* permanente e universal, que é a sua disseminação. Isso aconteceu tanto no neolítico, com a disseminação do manejo do bronze e do ferro, quanto na contemporaneidade, com as inovações tecnológicas da Revolução Industrial. A observação dessa regularidade histórica nos fornece uma outra importante lição, que ensina que nenhuma superioridade está indefinidamente assegurada, tanto na economia quanto na política. No caso, a própria natureza do capitalismo industrial fez com que as inovações que caracterizaram a Revolução Industrial se tornassem crescentemente difundidas.

O desenvolvimento da economia britânica, calcada na expansão manufatureira e, por conseqüência, das correntes de comércio, produziu modificações econômicas estruturais que afetariam, em longo prazo, a hegemonia industrial da Grã-Bretanha. A primeira dessas grandes transformações situa-se no fato de que o crescente acúmulo de capitais, proporcionado pela expansão da economia industrial, incentivou e facilitou o investimento externo em outras regiões do mundo, tanto no setor industrial quanto na agricultura, mas especialmente no setor de transportes

e infra-estrutura (portos, estradas de ferro, frotas de navios mercantes). Nesse contexto, é importante lembrar que, no início da década de 1840, os lucros obtidos pelos industriais britânicos com as encomendas de bens de capital (ferrovias, navios e máquinas industriais) dirigidas ao consumo doméstico tornaram-se decrescentes, porque a demanda diminuía com a relativa saturação do mercado. A crescente liberalização unilateral do comércio exterior britânico, que coincidiria com o fim da proibição de exportação de tecnologias e com a saturação do mercado inglês, facilitou o escoamento dos excedentes de bens de capital e, em longo prazo, aumentou os fluxos do comércio internacional.

A expansão consentida e mesmo favorecida das inovações tecnológicas britânicas, portanto, permitiram, em médio prazo, a equalização das condições de exploração dos recursos naturais de cada país, eliminando as vantagens até então desfrutadas isoladamente pela Grã-Bretanha. Parecia que o país estava favorecendo o surgimento de competidores, mas quando as conseqüências desse processo começaram a se fazer sentir, a economia britânica já avançava para um novo estágio de desenvolvimento, deixando de ter crescentemente base industrial para tornar-se principalmente um grande centro financeiro (Arrighi: 163-200).

O fato é que o início da industrialização da Europa Continental deu-se com considerável retardo. Enquanto a Grã-Bretanha estava envolvida na expansão da sua riqueza industrial desde a década de 1780, as principais potências européias puseram em marcha os seus processos modernizadores apenas a partir de 1815 – que demandaram esforços concertados, especialmente para a concentração

do capital necessário para a fundação e o financiamento de indústrias, a criação de infra-estrutura de transportes moderna e para a renovação tecnológica. Diversos mecanismos interagiram para prover essa estrutura: os capitais de investidores privados, os recursos de instituições financeiras privadas, a capacidade de investimento do Estado e os fluxos de capitais estrangeiros. Nesse jogo, valia a espionagem industrial, a tentativa de recrutamento de mão-de-obra especializada nas tecnologias de ponta (siderurgia, por exemplo), e o desenvolvimento de capacidade empreendedora própria, com a criação de escolas industriais especializadas.

Muitas iniciativas foram empreendidas pelos governos nacionais da Europa Continental para a realização de um grande impulso modernizador e, nesse sentido, percebia-se que a experiência modernizadora européia não foi homogênea. Em alguns países, a ação do Estado foi determinante para a consecução de infra-estrutura, por exemplo, com medidas importantes de financiamento público e mesmo com a adoção de legislações que facilitaram dramaticamente a reunião de capitais em torno de empreendimentos industriais (metalurgias, têxteis e outros bens de consumo) e de infra-estrutura (estradas de ferro, minas de carvão, canais de navegação etc.). A França foi pioneira no estabelecimento desses mecanismos, alargando o acesso ao financiamento bancário, facilitando a abertura de companhias (a Lei das Sociedades Anônimas foi promulgada em 1867) e a criação de bancos de desenvolvimento industrial, sociedades de ações em comandita e de bancos de investimentos por ações. Em poucos anos, essas experiências de fomento estavam generalizadas pela Bélgica, Países Baixos e pelos estados alemães. Em outros casos, os projetos de moderni-

zação foram direta e integralmente financiados pelo poder público, como aconteceu na Rússia (onde os empreendimentos ferroviários, de mineração e de metalurgia eram subvencionados ou eram propriedade estatal), que estabelecera um padrão de desenvolvimento fortemente tocado pelo Estado (Landes, 1998: 257-264).

Outros dois mecanismos foram muito importantes para a dinamização da economia industrial na Europa Continental. O primeiro deles foram os grandes fluxos de investimentos internacionais, que surgiram com a abundância de capitais que procuravam boa rentabilidade e oportunidades de negócios lucrativos, injetando recursos financeiros e tecnologias tanto na industrialização quanto no fortalecimento do sistema financeiro europeu. Assim, uma boa parte das estradas de ferro da França foi construída com capitais ingleses, enquanto empresários franceses e belgas investiram no estabelecimento de modernas metalurgias na Prússia e em outros estados alemães, que por seu turno aplicaram recursos nas instalações ferroviárias da Itália.

O segundo mecanismo fundamental foi a existência de políticas de comércio exterior extremamente protecionistas até a década de 1860. A própria Grã-Bretanha adotou o princípio do livre-comércio nas suas relações exteriores apenas em 1846 – isso quer dizer que os empresários britânicos gozaram, até então, de diferentes níveis de proteção tarifária que indiscutivelmente favoreceram a consolidação das indústrias inglesas. O mesmo aconteceu nos demais países europeus em vias de industrialização. O primeiro acordo de degravação tarifária de fato importante nas relações comerciais intereuropéias foi o Tratado an-

glo-francês de 1860 (também conhecido como Tratado Cobden-Chevalier), que aliado a outros decretos do novo regime imperial francês diminuiu significativamente os níveis de proteção da indústria do país – nesse momento já considerada um portento do industrialismo moderno. Daí por diante, outros acordos de degravação com a cláusula da nação mais favorecida foram firmados, expandindo o livre-comércio como princípio das relações econômicas entre as potências européias, como sucedeu com a Bélgica e com os estados alemães (o acordo da França com a União Aduaneira dos Estados Alemães, *Zollverein*, liderada pela Prússia, foi firmado em 1865). O mesmo mecanismo de proteção funcionou magistralmente nos Estados Unidos, que conseguiram alavancar as suas indústrias, tornando cativo o mercado interno e protegendo-as da competição internacional por meio de elevadas tarifas aduaneiras – que aliás permaneceram entre as mais altas do mundo –, não seguindo a tendência de liberalização que se verificava nos anos 1860 na Europa (Kennedy: 148-166).

A expansão da revolução industrial aumentou as participações relativas dos principais países europeus na produção manufatureira mundial. A França teve a sua fatia na produção industrial praticamente duplicada entre 1800 e 1860 e a participação dos estados alemães no mesmo período teve um acréscimo de 50%. Na mesma medida em que a generalização da industrialização aprofundava as tensões sociais nos grandes centros urbanos, que passavam a ser a cada ano mais densamente povoados e enfraquecia os vínculos tradicionais com a economia rural, também consolidou-se como a força motriz da economia internacional. As correntes de comércio passaram por

uma grande expansão entre 1850 e 1870, crescendo à taxa média de 4% ao ano, enquanto a concorrência crescente entre as nações industriais provocava um aumento generalizado da competitividade econômica – o que levou, em médio prazo, à tendência de queda dos preços dos produtos manufaturados.

No plano mais elevado da política internacional, na mesma medida em que o industrialismo tornava o sistema econômico mundial mais diversificado, ou crescentemente multipolarizado, com a existência concomitante de novos centros dinâmicos do capitalismo, também afetava diretamente as relações de poder no sistema europeu. Em pouco tempo, os signos do industrialismo e a grandiloqüência dos seus números – como a produção anual de carvão e de ferro, os níveis de mecanização da indústria, a tonelagem da frota mercante e os quilômetros instalados de linhas férreas, transformaram-se em fatores de poder das nações, ao lado de dimensões tradicionais, como o número de efetivos em armas, a densidade populacional e a extensão do território. Combinados, os novos atributos do industrialismo com os do poder tradicional permitiram que se vislumbrasse um desajuste latente no equilíbrio da Europa.

## 3.3. O "imperialismo liberal" e a hegemonia mundial britânica

A modernização e o crescimento da economia britânica decorrentes da Revolução Industrial foram a um só tempo a causa e a conseqüência do perfil da ação internacional que o país adotou a partir do final do século XVIII. Em grande medida, esse perfil decorreu da afirmação da

ideologia da economia política do liberalismo, que pregava a redução dos gastos governamentais e o controle do Estado sobre a economia e o indivíduo. Como preconizou Adam Smith em *A riqueza das nações*, publicado em 1776, era necessário limitar o poder do Estado ao mínimo necessário para a garantia da prosperidade – mesmo na área da defesa e da segurança – ou seja, a manutenção de um exército e de marinha de guerra regulares somente era aceitável para proteger a nação da violência dos outros estados.

O enraizamento do liberalismo político e econômico nas instituições da Grã-Bretanha teve um grande impacto na afirmação de um determinado padrão de comportamento, que valeu para todo o século XIX: os homens de Estado na Grã-Bretanha estavam a cada dia mais convencidos de que a prosperidade do seu país devia-se, também, à manutenção de uma política externa que facilitasse a expansão dos interesses econômicos da nação e que evitasse, sempre que possível, o surgimento de tensões nos níveis regional e global. Segundo o ideário do *laissez-faire* que se apoderou da elite britânica, a Grã-Bretanha tinha a cada dia menos interesses em adotar políticas que levassem a conflitos, porque a cada dia o seu comércio, finanças e indústrias eram mais integradas e dependentes da economia internacional. Em outras palavras, a paz traz sempre a prosperidade e vice-versa.

Esse padrão de comportamento internacional explica a obsessão com que a diplomacia inglesa se dedicou à busca de condições para a expansão internacional da influência política e econômica da nação, no que foi seguida pelas demais potências européias. Os britânicos souberam negociar ou impor, como lhes convinha, o liberalismo eco-

nômico aos países da periferia na forma de acordos de comércio que, evidentemente, beneficiaram a sua expansão econômica. É nesta perspectiva que se explica o interesse da Grã-Bretanha em favorecer e proteger as independências das colônias ibéricas na América Latina na década de 1820 e, do mesmo modo, a dedicação com que negociou e exigiu novas concessões para penetrar os mercados alheios.

A construção do liberalismo, como doutrina de expansão econômica internacional, é uma das conseqüências diretas da Revolução Industrial e se fez desde o centro do capitalismo industrial para a periferia internacional, ou seja, para o mundo extra-europeu – onde as suas fórmulas foram testadas com sucesso. Tendo como molde o tratado concedido em 1810 pelo rei de Portugal à Inglaterra, renovado pelo Brasil como pagamento pelo reconhecimento da sua independência até 1844, os ingleses estenderam o sistema de livre-comércio, ainda na década de 20 do século XIX, a toda a América Latina, e daí para o resto do mundo extra-europeu. Nesse caminho, a diplomacia inglesa não esteve sozinha – ela apenas abriu o caminho para as exigências das demais potências européias. Como a concessão do liberalismo na América Latina se fez sem negociação, uma vez que os novos estados submeteram-se às vontades da Grã-Bretanha para garantir as suas independências, os europeus entenderam que poderiam obter vantagens semelhantes nas suas relações com outros países.

Assim, todo o mundo não-europeu curvou-se às exigências da expansão econômica européia. O Império Otomano concedeu, em 1838, à Grã-Bretanha, em troca de proteção contra as ambições da Rússia, um tratado de comércio que taxava em apenas 5% os produtos importados,

significando a ruína das manufaturas locais. O mesmo aconteceu com o Egito, que gozava de relativa autonomia econômica e teve condições de implementar um projeto nacional de modernização, que foi abortado, entretanto, pelas imposições européias, forçando-lhe a extinção dos monopólios estatais e a abertura incondicional ao comércio internacional, em meados dos anos 1840.

O Império da China abriu-se à força à penetração britânica e ocidental. O episódio mais significativo foi a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), motivada pelas resistências das autoridades chinesas em autorizar a entrada do produto cultivado na Índia e comercializado pela Grã-Bretanha. A partir de 1842, com o Tratado de Nanquim, os ingleses passaram a dispor na China de enclaves costeiros e aos portos abertos ao comércio, privilégios que foram aumentados ao término da Segunda Guerra do Ópio, em 1858. A partir de 1844, França, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia conquistaram o controle de áreas do território chinês, como Xangai e Tientsin. Processo de abertura forçada também aconteceu com o Japão, entre 1854 e 1858 (Cervo, 2001: 86-89).

Apenas depois de esgotadas as possibilidades nas economias atrasadas, é que o livre-comércio passou a ser prática nas relações entre os países europeus, que persistiam nas práticas protecionistas para favorecer o surgimento e a consolidação das indústrias nacionais, enquanto impunham o comércio com baixas tarifas aos demais. A própria Grã-Bretanha adotaria o livre-comércio como um princípio da sua política exterior apenas em 1846, por meio da negociação de acordos comerciais calcados na cláusula da nação mais favorecida e ajustes para a diminuição recípro-

ca de tarifas. A França não seguiu estritamente os passos da Grã-Bretanha, mas a prosperidade que já se sentia com a expansão da Revolução Industrial, encorajou a redução dos direitos alfandegários nas suas relações comerciais com os ingleses, por volta de 1860. O mesmo caminho foi depois seguido pela Bélgica, Prússia, Itália etc. – e, em pouco mais de uma década, uma grande rede de acordos de comércio com níveis distintos de liberalização ligava as principais economias européias. Esse sistema vigorou até o recrudescimento do nacionalismo e o advento da grande recessão mundial que abalou a Europa na década de 1870.

Em decorrência desse perfil de ação internacional, laboriosamente adotado como conseqüência da sua expansão econômica, a Grã-Bretanha consolidou-se, por volta de 1850, como a maior potência do mundo. O longo reinado da Rainha Vitória (1837-1901) coincidiu com o período de apogeu da hegemonia mundial britânica, no qual a Grã-Bretanha assumiu a liderança incontestável nas áreas mercantil, industrial, militar e financeira. O apogeu da hegemonia britânica duraria pouco mais de duas décadas, e seria marcado pelo retorno gradual das tensões características das relações intereuropéias. O período compreendido entre 1853 e 1871 foi singularmente agitado. Colocou à prova a direção segura da política exterior diligentemente provida pelos gabinetes liberais e conservadores que se alternaram no poder desde o final do século XVIII e que foi caracterizada pela defesa da liberdade de ação britânica nos assuntos europeus e pelo apoio às medidas que preservassem o equilíbrio de poderes. Mas o mundo estável construído em Viena, em 1815, cuja natureza favoreceu a expansão britânica, estava prestes a ruir.

A primeira das grandes tensões que abalaram o balanço de poder europeu foi a Guerra da Criméia, que opôs a Rússia a uma coalizão franco-britânica entre 1854 e 1856. Essa foi a única guerra travada pela Grã-Bretanha em território europeu desde o fim das guerras napoleônicas, em 1815, e a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

O conflito teve início com pequena querela envolvendo religiosos franceses e monges ortodoxos russos sobre a precedência na guarda dos lugares santos de Jerusalém e, sob esse pretexto, o Czar Nicolau I resolveu avançar sobre os territórios dos principados otomanos da Moldávia e de Wallachia, no Danúbio (que compõem atualmente a Romênia). Na realidade, a Rússia tinha objetivos econômicos, procurando aumentar a sua participação nas correntes de comércio que escoavam pelo Mediterrâneo. O império dos turcos, por seu turno, subsistiu a partir da década de 1830 como cliente do expansionismo econômico britânico, contando com a proteção da Grã-Bretanha contra as pretensões das grandes potências, porque se erguia como um anteparo ao crescimento territorial da Rússia na Ásia Central. A diplomacia inglesa, ao contrário da francesa, não se moveu no caso, em busca do prestígio – interessava-lhe a sobrevivência do Império Otomano, com quem havia firmado, em 1838, importante tratado de livre-comércio, e a preservação do estatuto estratégico dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, fator-chave para a liberdade de ação inglesa entre a Ásia e a Europa.

As ações militares iniciaram-se em março de 1854 e, já no final do verão daquele ano, as forças anglo-francesas haviam conseguido expulsar os russos dos territórios otomanos invadidos. Mas, não contentes com isso, resolve-

ram combater o potencial naval da Rússia, invadindo a península da Criméia, em setembro daquele ano, com o intuito de destruir as forças navais ancoradas na base de Sebastopol, centro da ação russa no Mar Negro. A batalha de Sebastopol teve fim no início de 1856 com a derrota das forças russas e os assuntos da guerra foram regulados no Tratado de Paris (março de 1856), pelo qual a sobrevivência do Império Otomano era colocada sob garantia franco-britânica e a livre navegação pelo Mar Negro assegurada pela internacionalização dos estreitos.

O estado geral das forças inglesas foi severamente afetado pelo despreparo relativo (nas dimensões estratégica, logística e de comunicações) para uma ação militar daquelas proporções, o que chocou a opinião pública e abriu um caloroso debate sobre as dificuldades que a maior potência do mundo enfrentava para levar a cabo uma guerra de proporções limitadas. A Guerra da Criméia evidenciou os limites que o Estado liberal inglês tinha para lidar com as novas situações de crise na Europa.

A campanha da Criméia também teve resultados importantes para a política européia. Era o primeiro grande conflito envolvendo as grandes potências européias desde o final das guerras napoleônicas. À frente dos países envolvidos, já estava uma outra geração de homens de Estado, que talvez não tivessem o mesmo compromisso com a estabilidade do equilíbrio de poderes dos seus antecessores. A França de Napoleão III saía fortalecida na Europa centro-oriental e a sua diplomacia tornava-se novamente prestigiada. A Rússia czarista derrotada deu início a uma nova fase de introspecção, na qual cuidou de atacar os problemas do atraso econômico e social, por meio de refor-

mas que foram limitadas, mas que tiveram um impacto bastante positivo no reposicionamento do potencial estratégico do país, que já não equivalia mais à preponderância ocupada na política européia entre 1815 e 1848. A Áustria dos Habsburgo estava às voltas com os problemas do equilíbrio do seu império multinacional, enfrentando crescente oposição aos seus interesses na Itália e procurando conter os descontentamentos das nacionalidades na Hungria. A Prússia preparava-se para atuar mais decididamente em favor da unificação alemã. A Grã-Bretanha, por seu turno, desgastada pelos limites do sucesso na Criméia, teve que se concentrar nos debates internos sobre a reforma política e nos assuntos do império, especialmente no controle do motim cipaio que eclodiu na Índia em 1857.

O exercício da hegemonia, portanto, tem os seus custos. A campanha da Criméia demonstrou que o ator hegemônico deveria estar pronto para participar, em condições de superioridade, dos movimentos que se mostrassem estratégicos para a defesa dos seus interesses nos planos regional e global. Mas, enquanto a riqueza comercial e financeira transformavam-se na grande conquista da Grã-Bretanha na primeira metade do século XIX, garantidas mais pela diplomacia do que pela força, evidenciava-se que o país se havia descuidado de alguns dos atributos tradicionais do poder.

O pensamento liberal dominante limitou os gastos militares, especialmente os destinados à manutenção de um grande exército permanente, e a ação militar britânica tornou-se extremamente dependente da sua supremacia naval. A consolidação do império colonial, inclusive, reforçou essa tendência. A partir de 1848, a maior parte dos

efetivos do exército britânico estacionada no exterior foi destinada à defesa dos enclaves britânicos na Índia, que se tornaram cruciais para a expansão econômica global do país. A conquista definitiva do subcontinente indiano somente completou-se em meados dos anos 50, e as necessidades de estabilização do território recém-conquistado forçaram, com a revolta indiana de 1857, uma mudança administrativa importante, com a criação de um vice-reinado um ano depois.

A Guerra da Criméia abriu um período belicoso nas relações internacionais. Na Europa, a obra territorial do Congresso de Viena seria abalada, com a aceleração dos movimentos das nacionalidades, que produziria em poucos anos duas novas potências – a Alemanha e a Itália. Na América, os Estados Unidos seriam divididos por uma sangrenta guerra civil.

## 3.4. A construção de nações e o equilíbrio de poder na Europa

A ordem internacional de Viena, que proporcionou estabilidade à política européia a partir de 1815, construiu-se em um primeiro momento, principalmente sobre o princípio da legitimidade monárquica, que justificou a repressão dos movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX. Como se viu, as ondas revolucionárias que sacudiram a Europa após 1815 foram inspiradas pela conjunção do clamor popular por reformas liberais e por maior participação política e pela consolidação do nacionalismo como idéia de força, inspirado pela expansão dos ideais da Revolução Francesa, a partir de 1789, e depois,

pela reação "nacional" ao jugo do império napoleônico. Sob o Antigo Regime, a identidade nacional era particularmente construída em torno da monarquia e os conflitos que opuseram as potências européias eram especialmente rivalidades dinásticas. O sentimento nacional, entretanto, não pôde ser mais contido e, ao longo do século XIX, substituiu a fidelidade do povo ao monarca como traço de união das coletividades.

Ao longo do século, a "idéia nacional" ganhou ímpeto justamente porque os diferentes grupos lingüísticos e étnicos que estavam espalhados pela Europa tomaram consciência da existência de nacionalidades, que existiam justapostas às fronteiras nacionais estabelecidas. Foi em parte uma construção intelectual, na medida em que se evidenciou crescentemente a existência de uma história, de uma literatura e de línguas comuns, que mais uniam do que separavam os povos de determinadas regiões. Mas o seu amadurecimento como força profunda nas relações internacionais da Europa também foi uma construção política e econômica, na medida em que os interesses do desenvolvimento econômico foram constrangidos pelo excesso de particularismos e pela falta de unidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a unidade de nações como a alemã e a italiana, divididas pela história, é tanto uma idéia popular e revolucionária, quanto uma necessidade da expansão mercantil e industrial das burguesias.

O movimento das nacionalidades, portanto, não foi mais sufocado – e das poucas idéias que perpassou todo o século XIX, ele sobreviveu. As tentativas de imposição da idéia nacional que emergiram entre 1815 e 1848 pela via revolucionária e democrática foram caladas, mas a idéia

nacional se imporia de qualquer modo, pelas construções tradicionalistas que se inspiraram no romantismo literário e no historicismo que procurou dar ênfase às singularidades nacionais, com o culto aos particularismos dos passados nacionais. Essa segunda vertente do ideal nacional esteve em voga na Europa a partir de meados dos anos 1800, e as suas melhores expressões políticas foram os processos de unificação da Itália e da Alemanha.

A península italiana estava historicamente dividida em áreas de influência bem precisas. O Reino da Lombardia-Veneza e os ducados de Parma, Módena e da Toscana eram governados por príncipes Habsburgo; os Bourbon governavam o Reino das Duas Sicílias; o Papa reinava sobre os Estados Pontificais e apenas o Reino da Sardenha-Piemonte tinha uma dinastia verdadeiramente italiana. A unidade italiana tentada pela sublevação popular fracassou com os movimentos de 1848, contidos pela reação conservadora ou pela ingerência direta da Áustria, que conseguiram reverter eficientemente a situação política e esmagar os movimentos liberais.



A situação começou a mudar com a ascensão de Emanuel II ao trono do Reino da Sardenha-Piemonte (1849), que nomeou como primeiro-ministro, em 1852, Camilo Benson, conde de Cavour, que lançou as bases para a união da Itália. Para obtê-la, Cavour necessitava do apoio estrangeiro contra a previsível reação da Áustria – para tanto, fez com que o Reino da Sardenha participasse da coalizão franco-britânica na Guerra da Criméia, o que lhe deu direito a participar das negociações do Tratado de Paris de 1856. Nessa oportunidade, a diplomacia de Cavour aproximou-se de Napoleão III, com quem firmou um tra-

tado secreto de aliança em janeiro de 1859, pelo qual a França se comprometia a apoiar o Piemonte contra a Áustria, e em troca receberia os condados de Nice e de Savóia; Cavour teria as suas pretensões sobre a Lombardia-Veneza, pertencente à Áustria, reconhecidas. A guerra com a Áustria teve início em maio daquele ano. Franceses e sardo-piemonteses tiveram vitórias na Lombardia, mas a mobilização da Prússia e a reação dos católicos franceses fizeram Napoleão recuar, assinando a paz em separado com a Áustria. Apesar disso, a guerra continuou, conduzida por Cavour e pelos movimentos republicanos, liderados por Garibaldi. A derrota austríaca foi consumada com a anexação lombarda, mas os Habsburgo preservaram Veneza. As campanhas militares de 1859 repercutiram em toda a Itália e movimentos secessionistas eclodiram em Módena, Parma e Toscana, que se uniram ao Piemonte. Garibaldi comandou a luta contra as forças do rei da Sicília, destituindo-o – e a população do antigo reino decidiu em plebiscito unir-se ao Piemonte. Quando Cavour morreu, em 1861, a obra da unificação estava quase completa – Vítor Emanuel II declarou-se rei dos italianos e transferiu a capital para Florença. Para a conclusão da obra de unificação restavam a incorporação de Veneza e uma deliberação sobre os destinos dos Estados Pontificais.

A conquista de Veneza foi possível graças à guerra travada entre a Áustria e a Prússia, à qual os italianos se aliaram. Vencida em 1866, a Áustria foi forçada a ceder e Veneza passou à Itália após um plebiscito. O Papa contava com a proteção da França desde a revolução de 1848, mas a queda de Napoleão III, deposto em conseqüência da guerra franco-prussiana, liquidou as garantias que os fran-

ceses davam ao Santo Padre, que teve que se conformar com a invasão de Roma pelas forças italianas e a conversão da cidade eterna em capital dos italianos. Criou-se uma situação insólita, na qual o Papa Pio IX declarou-se prisioneiro na cidadela do Vaticano e recusou-se a qualquer conciliação com os italianos que lhe negaram os poderes seculares. A questão romana e do pontificado somente seria resolvida em 1929 pelo Tratado de Latrão, pelo qual se criou o Estado do Vaticano.

A unificação italiana teria uma conseqüência maior do que o surgimento de um novo e importante Estado na Europa. Quando Napoleão III resolveu apoiar as pretensões de Cavour em relação à Áustria, repercutindo o princípio das nacionalidades que teve uma aplicação importante na política externa da França na época, estava ao mesmo tempo, e talvez sem perceber, rompendo o delicado equilíbrio de poderes da Europa centro-oriental. Esse equilíbrio havia sido estabelecido em torno da primazia da Áustria, que liderava a Confederação Germânica, mas que balançava com a ascensão política e econômica gradual da Prússia. Os estados alemães já estavam divididos com relação às prerrogativas dos Habsburgo austríacos sobre as dinâmicas políticas e econômicas que lhes diziam respeito – tanto que a Áustria foi deixada de fora da Zollverein, uma união alfandegária constituída em 1834 sob a liderança prussiana, que favoreceu o crescimento do comércio e estimulou as atividades econômicas na região. O enfraquecimento da Áustria, derrotada na guerra de unificação italiana, fortaleceu ainda mais a liderança da Prússia e reativou o seu desejo de conquistar a hegemonia alemã por meio da unificação, para o que acionou os meios clássicos da guerra externa e da diplomacia de alianças.

Ao ser coroado rei da Prússia em 1861, Guilherme I, da casa dos Hohenzollern, nomeou como primeiro-ministro Otto von Bismarck, em 1862, um nobre conservador e obstinado defensor da autoridade da monarquia. Para Bismarck, uma guerra com a Áustria parecia inevitável, pois a seu ver, apenas o afastamento dos austríacos dos negócios alemães poderia favorecer o crescimento da influência da Prússia sobre os estados alemães e preparar a unificação. Objetivando levar a cabo a reforma da Confederação Germânica, a Prússia e a Áustria foram à guerra em 1864 contra a Dinamarca, para apoiar as pretensões de independência dos ducados de Holstein e de Schleswig, de população predominantemente germânica. Vitoriosos, os prussianos anexaram Schleswig, ao passo em que os austríacos ficaram com Holstein.

Menos de dois anos depois, entretanto, Bismarck declarou guerra à sua antiga aliada, enquanto esta estava entretida nas guerras de unificação italiana, com a pretensão de tomar-lhe o antigo ducado dinamarquês. Com as forças divididas, a Áustria foi derrotada em apenas sete semanas, para isso contou com a abstenção das demais potências européias obtida pela diplomacia prussiana. Com isso, Bismarck logrou o objetivo inicial de unir a região setentrional da Alemanha, criando a Confederação Germânica do Norte. Os estados alemães do sul, de maioria católica e hostis ao autoritarismo prussiano, permaneceram fiéis à Áustria – para atraí-los, e consumar a unificação total da Alemanha, Bismarck teria de lançar mão da "idéia nacional" para inflamar o patriotismo de todos os alemães, levando-os a ultrapassar as diferenças que os separavam do projeto unificador da Prússia. Isso teria de ser feito por

meio de uma nova guerra. O Mapa 5 apresenta o processo de unificação da Alemanha.

*Mapa 5*
O processo de unificação da Alemanha (1866-1871)

DINAMARCA
Mar Báltico
Mar do Norte
HOLANDA
IMPÉRIO RUSSO
R. Vístula
POLÔNIA
BÉLGICA
Sedan 1870
FRANÇA
BAVIERA
WÜRTTEMBERG
BADEN
Nuremberg
Munique
R. Danúbio
MORÁVIA
SUÍCA
ITÁLIA
0 100 200 km
0 100 200 MI.

Fronteira da Confederação Alemã, 1815-1866
Império Alemão de Bismarck
Prússia antes de 1866
Conquistado pela Rússia, 1866
Territórios austríacos excluídos da Constituição Alemã de 1867
Aliados da Prússia na formação da Confederação Alemã de 1867
Estados do sul da Alemanha que se uniram para formar o Império Alemão, 1871
Tomados da França, 1871
Batalha principal

A França de Napoleão III havia assistido estupefata o sucesso de Bismarck na criação da Confederação Germânica do Norte e a perspectiva de um eventual sucesso prussiano em atrair os estados do sul e formar uma grande Alemanha era simplesmente aterrorizante. Por isso, setores importantes da opinião pública, dos meios militares e da diplomacia francesa defendiam a necessidade de uma ação

rápida para conter o ímpeto unificador da Prússia – nem que para tanto fosse necessária uma guerra. O prestígio internacional da França estava comprometido pelo fracasso na tentativa de impor uma monarquia ao México (1862-1867) e os movimentos táticos da diplomacia de Napoleão III criaram muitos problemas para a estratégia européia da França: o apoio ao Papa indispôs a França com a Itália em vias de unificação; as suas pretensões sobre a Bélgica a indispôs com a Grã-Bretanha; e as exigências feitas à Prússia, para que esta aquiescesse com as pretensões da França sobre o Grã-Ducado do Luxemburgo e os territórios bávaros a oeste do Reno, irritaram Bismarck. A França estava, pois, diplomaticamente isolada.

O pretexto para uma guerra entre a França e a Prússia surgiu com a sucessão do trono vago da Espanha, que foi oferecido a Leopoldo von Hohenzollern, príncipe da casa do rei da Prússia. A França exigiu que Guilherme I renunciasse perpetuamente à candidatura alemã à coroa espanhola, o que irritou a monarquia prussiana, que não era dada a ultimatos. A publicação de um documento secreto da diplomacia francesa sobre o tema da sucessão espanhola, devidamente adulterado pela diplomacia de Bismarck, foi o estopim da crise diplomática que levou a França a declarar guerra à Prússia, em 19 de julho de 1870. Bismarck obtinha a sua guerra contra o único inimigo que, após a Áustria, poderia amalgamar as opiniões públicas alemãs em torno da causa nacional – o arrogante e prepotente império de Napoleão III.

Como Bismarck havia previsto, os estados do sul juntaram-se aos efetivos prussianos para, rápida e decisivamente, esmagar as forças francesas em Sedan em 4 de se-

tembro daquele ano, capturar o seu imperador e sitiar Paris, forçando a França a capitular. As demais potências européias assistiram à derrota da França, sem nada fazer. Em 18 de janeiro de 1871, os príncipes alemães reunidos no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, nos arredores de Paris, proclamaram Guilherme I da Prússia imperador da Alemanha. Na França, encerrava-se laconicamente o segundo império com a proclamação da Terceira República, que herdou pesadas indenizações a serem pagas à Alemanha e teve de carregar até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a inominável perda das províncias da Alsácia e da Lorena, anexadas por Bismarck (Duroselle, 1995: 131-138).

As décadas de 1850 e 1860 foram o período de expressão bem-sucedida das nacionalidades. A afirmação da "idéia nacional", que culminou nas unificações da Itália e da Alemanha, em grande medida atendeu aos interesses dos atores mais preponderantes nos cenários regionais e contaram com a relativa indiferença das demais potências, especialmente a da Grã-Bretanha, que observou de longe o rápido surgimento dessas novas potências. A Sardenha-Piemonte, no caso italiano, e a Prússia, na Alemanha, foram as grandes vencedoras da causa nacional, que teve também um grande derrotado – o império austríaco. Com efeito, as derrotas para a França e o Piemonte em 1859, e para a Prússia em 1866, custaram à Áustria a perda das suas províncias italianas e germânicas. A derrota para a Prússia, particularmente, teria outras conseqüências para o equilíbrio do império de múltiplas nacionalidades da Áustria, forçando-a a rever o delicado arranjo de povos que compunham o seu território. Em 1867, a monarquia

dos Habsburgo foi forçada a fazer concessões aos magiares – a mais forte das nacionalidades não-germânicas que compunham o império austríaco –, dando-lhes autonomia administrativa, judiciária e de educação. O acordo de 1867 dividiu os territórios dos Habsburgo em Áustria e Hungria, mantendo os dois países uma única monarquia, à época encabeçada por Francisco José (imperador da Áustria e rei da Hungria), e a administração compartilhada dos negócios de Estado (relações exteriores, assuntos econômicos e defesa), que passaram a ser conduzidos por um ministério constituído por representantes das duas nacionalidades. Com a constituição do "novo" Império Austro-Húngaro, as nacionalidades alemã e magiar mantiveram a sua preponderância sobre os demais grupos nacionais, que tiveram as suas próprias aspirações sufocadas pelo novo arranjo. A partir da década de 1870, o governo austro-húngaro fracassou em solucionar os problemas das minorias, que passou a constituir um dos mais persistentes problemas da política européia e contribuiria, em última instância, para a dissolução do império ao final da Primeira Guerra Mundial.

O balanço do movimento das nacionalidades da década de 60 e 70, entretanto, é auspicioso. O século que se iniciara sob os escombros da Revolução Francesa viu despontar o liberalismo e o nacionalismo como idéias de forças, que foram impulsionadas em movimentos revolucionários, contidas em contra-revoluções e consolidadas na unificação. Novas tensões surgiram nessa longa evolução, novos fatos mudaram a feição da política internacional e das relações intra-européias. O principal deles foi o surgimento de uma poderosa nação na Europa Central, com a

unificação da Alemanha. Em 1870, a sua população já era maior do que a da França, com o diferencial de que tinha um nível educacional muito mais elevado e já tinha uma boa estrutura universitária e científica. A Alemanha unificada surgira repentinamente como a maior potência da Europa Continental, com um grande e bem treinado exército, forças navais em expansão e, especialmente, dotada de excelente estrutura de transportes e comunicações e de um parque industrial moderno e em franca expansão. Com o surgimento desse novo e fortíssimo ator nas relações internacionais da Europa, o equilíbrio do sistema construído no Congresso de Viena de 1815 estava definitivamente rompido. A diplomacia européia teria de encontrar um novo modo para ajustar as diferenças que naturalmente surgiriam entre as potências e para definir um novo eixo de equilíbrio entre elas.



### 3.5. O desenvolvimento dos Estados Unidos

Enquanto a Europa assistia ao avanço da causa das nacionalidades, do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos continuavam no seu caminho de rápido crescimento, beneficiando-se da expansão das correntes de comércio e do aprofundamento das transformações econômicas proporcionadas pela Revolução Industrial. O país se inserira com singularidade na expansão econômica britânica que se processou desde o início do século XIX, como principal fornecedor de matérias-primas, em especial do algodão, que alimentava as manufaturas da Grã-Bretanha ao mesmo tempo em que recebia aportes crescentes de capitais ingleses, que eram investidos na modernização da infraestrutura produtiva e de transportes.

Por volta de 1860, a participação norte-americana na produção mundial de manufaturados já era maior do que a da Alemanha e a da Rússia. Nesse momento, o país era cortado por cerca de 50 mil quilômetros de ferrovias, extensão adequada para um país de talhe continental, mas que era trinta vezes maior do que a malha ferroviária da Rússia e três vezes mais extensa do que a pioneira das estradas de ferro, a Grã-Bretanha. No início dos anos 1860 os empreendedores norte-americanos preparavam-se para o grande salto da integração nacional, que seria a construção das primeiras estradas de ferro transcontinentais, ligando a costa atlântica ao Pacífico.

A expansão interna prosseguia, com a consolidação do território e com a ocupação efetiva das fronteiras, levada a cargo por levas crescentes de migrantes internos e imigrantes europeus. A população dos Estados Unidos cresceu significativamente desde o início do século XIX, o que se deve à expansão da imigração européia, que passou de cerca de 14 mil pessoas por ano na década de 20 para quase 260 mil nos anos 50, contingentes em boa parte alfabetizados e com conhecimentos técnicos. Apesar do grande fluxo de imigrantes, a disponibilidade de terras e a facilidade para ocupá-las (em 1862, o *Homestead Act* autorizou a distribuição de terras aos estrangeiros, acelerando a ocupação do território, rumo ao oeste e ao Pacífico), aliados ao grande crescimento industrial do norte do país, tornou a mão-de-obra escassa, o que incentivou o aprofundamento da mecanização da produção, estimulando os ganhos de produtividade no campo e na indústria.

O crescente dinamismo dos Estados Unidos, entretanto, evidenciou as enormes diferenças existentes no país –

entre o norte urbano, mercantil e industrial e o sul rural e agroexportador – comprometendo o equilíbrio federativo, justamente porque começaram a pesar em muitas dimensões da vida social, política e econômica do país. Com efeito, a industrialização do norte deu-se ao longo do meio século anterior à base de políticas comerciais protecionistas, que favoreceram a consolidação do mercado consumidor interno de produtos manufaturados, enquanto o sul manteve a sua feição econômica tradicional, integrado às correntes de comércio internacional como exportador de matérias-primas, especialmente de algodão, que passou a ser mais demandado com a expansão da Revolução Industrial inglesa. As visões de economia política dos grupos dominantes nas duas regiões tornaram-se irreconciliáveis: enquanto o norte advogava a manutenção de altas tarifas de importação para favorecer o crescimento do mercado interno, que poderia ser integrado pelo beneficiamento local do algodão (favorecendo a expansão da indústria têxtil do norte), o sul pleiteava a diminuição dos encargos que pesavam sobre as exportações e importações, facilitando o aumento das vendas de produtos primários e a manutenção do mercado cativo das manufaturas inglesas.

A importância do comércio exterior cresceu sustendamente até meados do século XIX, e por volta de 1860, as exportações de fibras representavam mais de 50% das vendas externas dos Estados Unidos, fazendo com que o peso econômico dos estados sulistas aumentasse consideravelmente. A economia do sul era baseada na mão-de-obra escrava, cujo tráfico estava proibido desde 1807, e contra a qual pesava desde a década de 1820 um consistente debate nacional que dividiu a opinião pública dos estados nortis-

tas e sulistas. Em 1820, o Acordo do Mississípi estabeleceu uma linha divisória na federação, pela qual a escravidão era autorizada apenas nos estados que se situavam abaixo do paralelo 36. A sociedade norte-americana estava dividida sobre a escravidão e o debate interno ganhou uma clara divisão geográfica – os movimentos abolicionistas cresceram e ganharam importância política no norte, enquanto o sul oligárquico e conservador os reprimia. Essas contradições ganharam a forma de um conflito latente, que culminou em 1861 na eclosão da Guerra de Secessão.

Em dezembro de 1860, a Carolina do Sul desligou-se da União Federal, no que foi seguida por outros seis estados sulitas. Em fevereiro de 1861, representantes dos sete estados decidiram formar uma nova federação, os Estados Confederados da América, com capital em Richmond, Virgínia, separando-se definitivamente dos estados do norte. Em pouco tempo, outras unidades juntaram-se à nova confederação, que passava a ser composta pela Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Geórgia, Flórida, Alabama, Mississípi, Louisiana, Arkansas, Texas e Tennessee. Mesmo separados do norte, os sulistas iniciaram a ofensiva. Em 12 de abril de 1861, a Confederação declarou guerra à União, formada pela Virgínia Ocidental, Maryland, Delaware, Nova Jersey, Connecticut, Rhode Island, Massachusetts, Maine, Nova Iorque, Vermont, Pensilvânia, Ohio, Indiana, Kentucky, Illinois, Missouri, Iowa, Wisconsin, Michigan, Minnesota, Kansas, Oregon e Califórnia.

A Confederação estava desde o início em franca desvantagem estratégica – tanto de efetivos em armas quanto de meios tecnológicos e econômicos para sustentar um conflito de largas proporções. A União contava com me-

lhores condições militares, com uma extensa malha ferroviária (que facilitaria o transporte de suprimentos e de tropas), com uma força naval maior e mais aparelhada e, evidentemente, com melhores condições econômicas para financiar o seu potencial militar por mais tempo. A União foi ágil ao estabelecer um severo bloqueio aos portos do sul, depois estendido a todo o litoral da Confederação, o que levou o sul ao sufocamento causado pela interrupção das correntes de comércio que lhe proporcionava o acesso a manufaturados europeus, especialmente de armas. A Guerra Civil americana estendeu-se até abril de 1865, sendo vencida pela União, deixando um saldo de 600 mil mortos (Kennedy: 175-179).

A Guerra da Secessão marcou o encerramento de um ciclo longo da história dos Estados Unidos. A partir de 1865, com a superação gradual das tensões da Federação e o reequilíbrio do sistema econômico, o país envolver-se-ia em uma nova fase de desenvolvimento, calcado na crescente difusão do industrialismo. O poder da indústria nos Estados Unidos fundamentar-se-ia na exploração dos recursos naturais de um país de tamanho continental, na consecução de uma moderna infra-estrutura produtiva, na expansão da agricultura moderna e na implementação de uma política comercial altamente protecionista, o que favoreceu ainda mais a consolidação do mercado doméstico, que crescia qualitativamente com o aumento da renda nacional e numericamente com a atração de novos fluxos de imigrantes. Até o início do século XX, o país abandonaria as feições de uma potência introspectiva, que crescera para dentro, e se converteria em um poder de talhe mundial, transformando-se em uma das maiores potências industriais do mundo.

# 4 O declínio da *Pax Britannica* (1870-1890)

## 4.1. O desafio à hegemonia britânica – Uma visão geral

O período que se abriu em 1871, com a conclusão das guerras de unificação da Alemanha, e que se estendeu até 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, teve como principal característica a ausência de conflitos armados entre as potências européias – o que não significa que tenha sido um tempo sem grandes tensões. Nesses quarenta e três anos de paz, o sistema de Estados construído no Congresso de Viena foi completamente reestruturado, processo que foi provocado por mudanças singulares da política e da economia européias. Essa reestruturação teve como conseqüências principais a universalização da hegemonia européia por todo o planeta e a transformação do equilíbrio de poderes, que abandonava gradualmente a sua tradicional configuração multipolar para assumir novas formas, calcadas na existência de dois pólos que se bateriam em guerra a partir de 1914.

Esse grande período é dividido em duas fases com características bem precisas, que têm em comum apenas a

gradual derrocada da proeminência econômica britânica e a predominância política da Alemanha na cena internacional. Processou-se nesse momento da história das relações internacionais o movimento que se tornaria crucial para a política mundial no século XX, que foi a ascensão dos Estados Unidos, principalmente, e de outros países, na escala mundial da riqueza e da modernização industriais. Entre os anos oitenta e o final do século XIX, os Estados Unidos se transformaram na maior economia industrial do mundo e, em pouco tempo, passariam a ser o motor do comércio internacional, enquanto a Grã-Bretanha, afetada pela crise da grande depressão que se abateu sobre a economia mundial entre 1873 e 1896, deixava gradualmente (e de modo ainda imperceptível) de ser o centro dinâmico do capitalismo industrial.

De 1871 a 1890, as relações entre as grandes potências foram dominadas pelo sistema de alianças construído por Bismarck, e pela corrida por novos territórios coloniais, retomando o processo que fora contido logo após as independências das colônias ibéricas na década de 1820. Nesta fase, embora a Alemanha se apresentasse com potencial econômico e militar suficientes para romper as regras do equilíbrio de poderes consagrados na política européia desde 1815, preferiu apostar em uma política cautelosa que não pusesse em risco a sua unificação, e especialmente no isolamento internacional da sua grande rival, a França. A Grã-Bretanha persistia na política que já se tornou tradicional, de manter-se afastada das disputas de poder na Europa Continental que não afetassem diretamente os seus interesses, que passara a ser conhecida como *isola-*

*mento esplêndido* – justamente porque se alimentava e dava condições para a expansão dos seus interesses políticos e econômicos. As dinâmicas internacionais sofreram importantes inflexões proporcionadas pela universalização de um novo paradigma científico e tecnológico, que teve conseqüências descomunais nos níveis de crescimento e de competitividade econômicos das grandes potências, no que se convencionou denominar de *Segunda Revolução Industrial*. Entrementes, os Estados Unidos e o Japão, que estiveram alheios aos conflitos da grande política européia, consolidavam a sua modernização e crescimento econômicos e preparavam as bases para a expansão que marcaria a política mundial na fase subseqüente.

A fase que se abriu em 1890, com a queda de Bismarck, e se encerrou em 1914, não é objeto deste livro, mas é importante que as suas características gerais sejam rapidamente reprisadas. Nela, a política européia foi marcada pela crescente tensão entre as grandes potências, que se arranjaram em blocos de poder com interesses cada vez mais divergentes. Ainda era um arranjo caracterizado pela busca do equilíbrio, que se tornava entretanto mais instável. A Alemanha passou a reivindicar um novo *status* internacional, condizente com as suas condições econômicas e militares, enquanto a divisão do mundo em impérios coloniais e em áreas de influência econômica constituía um novo ponto de fricção entre as potências. O mais importante de tudo é que é nessa fase em que começam a se romper as regras da tradição anti-hegemônica que caracterizavam a política internacional desde 1815, o que levaria à catástrofe da Primeira Guerra Mundial em 1914.

## 4.2. A economia mundial em transformação

O período que se iniciou em 1871 e se estendeu até meados da década de 90 foi marcado por dinâmicas que solaparam o sistema de equilíbrio de poderes estabelecido em 1815, com repercussões inquestionáveis no modo como as potências européias se relacionavam entre si e como estabeleceram novas formas de dominação sobre as demais regiões do mundo. A origem dessas novas dinâmicas da política internacional estão localizadas nas importantes transformações que se processavam na economia mundial a partir de então.

O período em questão é caracterizado como uma longa depressão econômica, que se estendeu entre 1873 e 1896, com sintomas contraditórios. Por um lado, ainda que as correntes de comércio tenham crescido a ritmos mais lentos no período, a produtividade industrial mundial aumentou sustentadamente, de acordo com a generalização da industrialização. Nas palavras de Eric Hobsbawm, a economia mundial tornava-se, finalmente, mais pluralista, uma vez que, ao mesmo tempo em que o domínio econômico europeu se tornava verdadeiramente global, nos últimos vinte anos do século XIX surgiram novos atores de peso, que dividiam as correntes de comércio e as áreas de influência econômica de modo relativamente equilibrado, fazendo com que a preponderância da Grã-Bretanha no comércio internacional arrefecesse vagarosamente. Os Estados Unidos se consolidaram nesse período como o líder industrial do mundo, aproveitando-se do crescimento do seu mercado interno após a Guerra Civil para impulsionar a sua modernização econômica. A Alemanha passava por rápido e dinâmico processo de industria-

lização, juntamente com outras economias européias que foram apenas marginalmente tocadas pelo ímpeto modernizador que se processou a partir dos anos 50 do século XIX.

As relações econômicas internacionais atingiram um novo patamar de complexidade, com o crescimento exponencial dos fluxos de investimentos externos diretos (em ferrovias, portos, serviços de comunicação e *utilities* urbanas – como iluminação pública, transportes etc.), feitos pelas maiores economias industriais (lideradas pela Grã-Bretanha, à qual seguiam os Estados Unidos, a França e a Alemanha), propiciando a inclusão no capitalismo global de regiões inteiras do até então desconectadas dos circuitos econômicos. Os fluxos financeiros aumentaram na mesma velocidade dos investimentos diretos no estrangeiro, sendo esta uma das características mais marcantes das transformações que ocorreram na economia mundial no período em tela. Com efeito, a acumulação de capitais proporcionada pela proeminência da produção industrial no comércio internacional da Grã-Bretanha nas décadas anteriores permitiu que Londres se transformasse na maior e mais importante praça das finanças internacionais, fazendo com que a economia britânica deixasse de ser predominantemente industrial. Na mesma proporção em que a concorrência dos novos países industrializados ia corroendo as participações britânicas nas correntes do comércio internacional, crescia a importância do setor financeiro na economia do país, que passara portanto a ser o maior exportador de capitais e de serviços (fretes e seguros) do mundo e a partir de 1870 o mercado financeiro londrino e a marinha mercante inglesa se tornaram verdadeiramente imprescindíveis para a economia mundial. Em poucas pa-

lavras, a Grã-Bretanha deixara de ser o motor industrial para ser o dínamo financeiro do mundo.

O período que se abriu em 1870 é caracterizado também por dramáticas transformações nas relações do homem com o seu meio e, em conseqüência, por grande desenvolvimento científico que teve conseqüências dramáticas sobre a economia e a sociedade. A esse tempo assistiu-se à formação de um novo paradigma científico e tecnológico, que se convencionou denominar de Segunda Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-científica, muito diferente da primeira, porque as transformações nos processos produtivos que dela decorriam não eram resultados de experimentos ocasionais de homens práticos, ou seja, do empirismo tecnológico, sendo antes cientificamente planejados pelas grandes empresas – ou seja, a ciência era utilizada como instrumento para o desenvolvimento de novas tecnologias e de novos materiais industriais. Foram desenvolvidos novos métodos para a produção em grande escala de aço e de produtos químicos, graças à utilização sistemática de novas fontes de energia em substituição ao carvão, como a eletricidade e o petróleo. O historiador Geoffrey Barraclough entusiasticamente afirma que o cotidiano depois de 1870 tornou-se muito diferente, graças às aplicações tecnológicas decorrentes dos novos conhecimentos científicos, como o motor de explosão, os transportes públicos mecanizados, a circulação maciça de notícias impressas a baixo custo, a radiotelegrafia, as primeiras fibras sintéticas etc. O aprimoramento dos conhecimentos na medicina, na nutrição, na química e o florescimento da bacteriologia provocaram verdadeira revolução social. O desenvolvimento de técnicas como a

refrigeração, a pasteurização e a esterilização permitiram a conservação de alimentos em grandes quantidades e o seu transporte por grandes distâncias, facilitando o comércio de gêneros alimentícios produzidos em regiões afastadas dos grandes centros consumidores e, por extensão, a queda dos seus preços. O aumento da expectativa de vida do homem comum foi um dos resultados mais impressionantes desse estado de desenvolvimento científico, e só não se transformou em um problema de conseqüências mais graves para as estruturas econômicas e sociais porque se deu em paralelo com o aumento da produtividade agrícola em nível global.

Entre 1870 e 1890, segundo Hobsbawm, a produção de ferro dos cinco principais países produtores foi mais do que duplicada, passando de 11 para 23 milhões de toneladas, enquanto a produção de aço foi multiplicada por vinte, para citar um exemplo dos impactos que as novas tecnologias tiveram sobre determinados mercados. Por outro lado, em decorrência dos ganhos de produtividade que se verificaram graças aos progressos técnicos que caracterizam nesse momento a consolidação da indústria, a oferta de produtos manufaturados aumentou em descompasso com a demanda, levando à queda dos preços e ao acirramento da competição em torno dos mercados consumidores (que não cresciam na mesma proporção da produtividade), o que culminou na diminuição dos lucros das atividades manufatureiras.

As novas tecnologias foram responsáveis pelo processo de crescente concentração empresarial que se verificou a partir de então, uma vez que o negócio industrial de pequeno porte perdeu condições de competição diante da

crise de superprodução que estava nas origens da depressão econômica que caracteriza o período em análise. A pequena empresa não tinha condições de sobreviver em conjuntura tão desfavorável, mesmo porque faltou-lhe crédito para financiar a instalação das novas tecnologias, o que era necessário para os ganhos de escala de produção necessários para enfrentar a concorrência acirrada desses novos tempos. A crise econômica forçou as empresas em condições de sobreviver à busca de alternativas para um novo ritmo de crescimento, levando-as à integração vertical, por meio de processos de fusões e incorporações e de racionalização dos métodos produtivos. Em todos os setores em que havia a possibilidade técnica de exploração de ganhos de escala surgiram grandes conglomerados, integrados verticalmente em suas cadeias produtivas e aptas a operar nos grandes mercados nacionais e internacionais. Em paralelo ao processo de concentração industrial, surgiram as necessidades de novas técnicas de controle da produção e da administração nos grandes conglomerados, respondidas pelo desenvolvimento da "administração científica", experimentada pioneiramente nos Estados Unidos por F.W. Taylor na racionalização dos procedimentos produtivos da indústria siderúrgica norte-americana.



Algo semelhante aconteceu no setor financeiro, especialmente nas principais praças do mercado. A partir de 1880, o setor bancário passou por uma espetacular concentração, que fez desaparecer os bancos de província e as tradicionais casas bancárias familiares, absorvidos por grandes conglomerados financeiros que se organizavam em sociedades por ações e desenvolviam as suas atividades nacional e internacionalmente por meio de uma vasta rede

de agências e de correspondentes bancários. O resultado de todas essas dinâmicas, quando percebidas em conjunto, foi a criação de grandes trustes e cartéis, alguns dos quais com tamanha preponderância sobre o mercado que rapidamente criaram oligopólios e monopólios, processo observado particularmente nas indústrias emergentes, como a química e a de exploração de petróleo e de comercialização de seus derivados, modificando a face do grande capitalismo em países como os Estados Unidos e a Alemanha. No setor financeiro, a concentração empresarial foi mais característica na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos.

A expansão das redes de transporte, com a construção dos principais sistemas ferroviários e o desenvolvimento da construção de navios a vapor de grande tonelagem, ao lado da queda dos fretes internacionais, proporcionados pela abertura do Canal de Suez em 1869, que reduziu a distância entre a Europa e o Oriente, facilitou o comércio da produção agrícola das regiões que até então estiveram apartadas da economia global. Isso provocou uma queda acentuada dos preços dos alimentos nos países europeus e, portanto, da renda das atividades rurais, ainda muito importante para as economias européias, uma vez que, na média, quase a metade dos homens trabalhadores da Europa Ocidental, à exceção da Grã-Bretanha, tiravam o seu sustento do campo. A crise do setor agrícola e a concentração empresarial do setor industrial tiveram por conseqüência o rápido aprofundamento da tendência ao adensamento dos grandes centros urbanos, produzindo dinâmicas sociais totalmente inéditas e que originaram a moderna sociedade de massas.

A grande depressão teve portanto repercussões cruciais sobre a estrutura social, uma vez que a crise econômica forçou a queda dos salários reais (ou a sua estagnação) enquanto a modernização tecnológica das atividades industriais refreava a crescimento dos índices de emprego. As pressões sociais aumentaram na mesma proporção em que os efeitos da depressão se faziam sentir sobre a estrutura econômica, e foram apenas controlados pela migração ultramarina, cujo volume se adensou consideravelmente nos anos 1880, até configurar-se em fenômeno de massas, que ofereceu uma importante válvula de escape para as pressões sociais em países como a Itália, Espanha, Áustria-Hungria, Rússia e nos territórios dos Bálcãs.

A crise econômica do período uniu os dois setores – o agrário e o industrial – na reivindicação comum que fizeram aos governos nacionais de restabelecer medidas que preservassem a indústria e a agricultura da concorrência estrangeira. Assim, a partir de 1878 as tarifas protecionistas retornaram ao rol de instrumentos de que lançavam mão os governos nacionais para alavancar os setores dinâmicos e para proteger os menos competitivos das suas economias, transformando-se em um elemento fundamental do cenário econômico internacional.

Entre o final dos anos 1870 e o início dos anos 90, assistiu-se ao triunfo do protecionismo e à reversão do livre-cambismo como prática no comércio internacional. Os Estados Unidos estabeleceram as primeiras tarifas protecionistas ainda durante a Guerra Civil (1861, Tarifa Morril), que foram elevadas a quase 50% em média até o início dos anos 90, quando foram promulgadas as Tarifas McKinley (1890). A Rússia o fez a partir de 1877, seguida

da Itália e da Áustria. O Império Alemão sucumbiu à pressão dos setores agrários e estabeleceu as taxas protecionistas em 1879. Na França, as tarifas protecionistas foram introduzidas para proteger o setor agrário, particularmente afligido pela infestação de filoxera que dizimou as vinícolas do país entre 1872 e 1889, e para proteger as indústrias nacionais contra a invasão da produção estrangeira – desse modo, o país transformou-se no campeão das tarifas punitivas com a promulgação em 1892 das denominadas Tarifas Méline.

A Grã-Bretanha ficou solitária na defesa do liberalismo comercial. Com efeito, a grande depressão característica do período impôs ao governo e às elites econômicas britânicas uma escolha curiosa, diametralmente oposta à que foi feita pelos governos dos demais países do núcleo capitalista. Apesar de a participação britânica nas correntes de comércio internacional ter decrescido no período compreendido entre 1870 e 1890, o *volume* exportado cresceu sustentadamente, impulsionado pela perseverança da simbiose que se desenvolvera entre a economia manufatureira exportadora britânica e as economias agroexportadoras das Américas, dos domínios (Canadá e Austrália), das colônias e mesmo de outros países europeus. Devido aos custos elevados da produção nacional comparados com os dos produtos agrícolas importados, a Grã-Bretanha nada fez para deter o declínio do seu próprio setor agrícola, abandonando-o à própria sorte com a importação crescente de parcelas de matérias-primas e dos gêneros alimentícios consumidos no país, ao ponto em que, no período em tela, pouco mais da metade dos alimentos consumidos na Grã-Bretanha era importada. O fato é que as altas taxas

de lucratividade do setor financeiro londrino tornaram-se mais atraentes do que as atividades agrícolas, mesmo para os grandes proprietários rurais britânicos.

Não existe consenso na análise histórica sobre as conseqüências da escalada protecionista que acometeu os países do núcleo capitalista no período em análise. Por um lado, é fato que as tarifas elevadas, ao tornarem proibitivas as importações de produtos manufaturados estrangeiros tornaram cativos os mercados nacionais e de fato estimularam o crescimento do setor industrial, mas não se verificou a criação de desvios de comércio importantes e nem mesmo a diminuição do volume transacionado pelos países afetados pelo fenômeno. Dessa forma, o protecionismo industrial favoreceu o aumento global da produção, em níveis até maiores do que na fase anterior, caracterizada pela preponderância do livre-comércio. Por outro lado, a escalada protecionista teve conseqüências dramáticas para a política internacional do último quartel do século XIX, uma vez que a competição comercial acrescida entre os Estados europeus levou à repetição freqüente de guerras comerciais, como aconteceu entre a França e a Itália entre 1887 e 1896, ou contribuiu decisivamente para a deterioração das relações políticas entre as partes, como aconteceu com a Alemanha e a Grã-Bretanha (ao longo da década de 1890), e entre a Alemanha e a Rússia, a partir de 1887.

Esses conflitos foram causas determinantes das inflexões que se processaram nas políticas externas dos principais países do continente a partir dos anos 80, traduzidas no enrijecimento do sistema de alianças que então se construía e que levou à formação de blocos de poder antagônicos. As ligações entre a economia política internacional

desse período com a ação internacional das potências européias também se fizeram sentir na dimensão das mentalidades, contribuindo decisivamente para a ascensão do nacionalismo radical que transformou o cenário político na Europa e nos Estados Unidos. O fortalecimento gradual das propostas políticas nacionalistas repercutiu sobre o pensamento político e econômico das principais potências da época, levando à popularização das doutrinas neomercantilistas que conjugavam argumentos de natureza econômica e política para a e afirmação e a recuperação das condições nacionais de poder e de influência nas relações internacionais. Sob essa perspectiva, a concorrência não opunha apenas os conglomerados empresariais, mas as nações inteiras, cujos governos eram impelidos a pensar e a agir como se os ganhos econômicos e políticos dos oponentes representassem perdas irreparáveis para os seus próprios interesses vitais.

A depressão econômica que marcou o período, juntamente com a rapidez e a intensidade da industrialização e a repercussão das idéias nacionalistas amplificaram as pressões sobre a ação internacional dos Estados do núcleo capitalista, incentivando as políticas imperialistas e o desenvolvimento de novas formas de dominação dos povos atrasados – inclusive e principalmente a conquista colonial. Essa é uma das características mais marcantes do período compreendido entre 1870 e 1890, que é um capítulo à parte do processo de europeização do mundo que marca essa época.

### 4.3. A Europa sob a diplomacia de Bismarck

Ainda que a política européia continuasse organizada como a pentarquia definida em 1815, o equilíbrio de poder

tornou-se muito diferente a partir de 1870-1871. A França derrotada pela Alemanha experimentou uma fase de introspecção, na qual se dedicou à restauração das condições do seu prestígio internacional. A Grã-Bretanha, que dominava a economia global, passava a conhecer a partir de então o inédito incômodo da concorrência das demais potências industriais, vendo-se também forçada a reconsiderar a política de isolamento dos assuntos da Europa Continental que implementara com sucesso desde o início da fase anterior. A Áustria-Hungria, alijada da tradicional influência que exercia na Europa Central pelo advento da Alemanha, dedicou-se ao manejo dos problemas que caracterizavam o mosaico de nacionalidades que compunham o seu império e à competição com a Rússia pelas áreas de influência no combalido Império Otomano. A Rússia, perdedora da corrida da modernização industrial, continuava sendo o gigante do Oriente, dono de um impressionante império de talhe continental, que pretendia fazer crescer sobre os escombros do Império Turco, competindo com os austríacos nos Bálcãs, e com os ingleses na Ásia Menor. A Itália recém-unificada padecia com o atraso econômico e por isso nunca chegou a fazer parte do panteão dos países poderosos, mas estava em melhores condições para influenciar a grande política continental do que a Espanha e a Suécia, que perderam irreversivelmente o *status* de potência. Finalmente, o fato verdadeiramente novo nas relações internacionais a partir de 1870 foi o surgimento da Alemanha como ator preponderante da política européia.

A construção vitoriosa do Império Alemão constituiu uma das principais inflexões da história das relações inter-

nacionais do último quartel do século XIX. O arranjo de poder na Europa foi efetivamente alterado, e nenhuma das grandes potências da época podia se declarar indiferente ao surgimento desse novo e poderoso ator. A partir de então as relações intereuropéias seriam dominadas pela Alemanha unificada, que surgiu no concerto das nações impulsionada pelo crescimento da economia de forte base industrial, pela capacidade de criação científica e tecnológica e, especialmente, pelo exército e pela diplomacia laboriosos que atuaram decisivamente para garantir a independência do novo império. Fruto da engenharia política do chanceler prussiano Otto von Bismarck, o Império Alemão ocupou o centro da política européia, influenciando diretamente boa parte das suas dinâmicas mais fundamentais. A preponderância das concepções políticas e de segurança do chanceler alemão na política européia foi tão grande que se falaria, para qualificar o período 1870-1890, em uma Europa bismarckiana, uma vez que em todos os Estados europeus a questão das relações com a Alemanha tornou-se central e a todos inquietava. Afinal, quais eram as intenções do novo Império Alemão? Pretenderia Bismarck transformar a preponderância política alemã sobre a Europa em uma nova hegemonia?

A partir de 1871, a Alemanha sob a liderança de Bismarck tinha ambições comedidas. As grandes metas do líder prussiano estavam circunscritas à obtenção de garantias para a independência e a integridade do novo Estado. Para tanto, duas frentes foram definidas. No plano doméstico, além de criar condições para o crescimento econômico, era crucial reforçar a coesão do Império, eliminando as resistências das minorias absorvidas no processo de unifi-

cação das províncias francesas da Alsácia e da Lorena, mas também das minorias polonesas e dinamarquesas incorporadas na guerra contra a Áustria. No plano externo, era urgente garantir a integridade do Império Alemão contra os seus vizinhos e evitar que a França tivesse condições de reerguer-se e de reclamar uma revanche. Para isso, empenhou-se na preservação do *status quo* das relações internacionais da Europa, sugerindo à opinião pública européia que a Alemanha era um Estado territorialmente satisfeito, não tendo, portanto, interesse em qualquer aumento de poder. Bismarck visava, com isso, desarmar eventuais coligações que surgissem contra o Reich, mas também atuou em uma linha preventiva, buscando aliados que o ajudassem a manter o isolamento internacional da França, construindo um complexo sistema de alianças que subverteu o *modus operandi* da diplomacia européia estabelecida desde 1815.

O primeiro dos sistemas de alianças erguido por Bismarck data de 1872-1873 e coincide com o fim da ocupação militar da França, que conseguiu pagar integralmente as pesadas indenizações de guerra impostas pela Alemanha em tempo recorde. Na ocasião, urgia jogar com as rivalidades da política européia para levantar um sistema de alianças que reforçasse o isolamento internacional dos franceses. Contando com a abstenção britânica dos assuntos da Europa Continental, sintetizada na política do *splendid isolation* (isolamento esplêndido), e com a hostilidade que opunha a opinião pública francesa da Itália unificada, Bismarck calculou que as únicas potências que poderiam eventualmente aliar-se à França eram a Áustria-Hungria e a Rússia. Portanto, era urgente comprometê-las sob

qualquer pretexto e prevenir uma eventual aproximação da França. O argumento que reuniu os três imperadores – Guilherme I da Alemanha, Francisco José da Áustria-Hungria e Alexandre I da Rússia – em setembro de 1872 foi a solidariedade monárquica, e desse encontro resultou uma série de acordos: o acordo firmado entre a Alemanha e a Rússia em março de 1873 estabeleceu uma aliança militar, garantida pela promessa de neutralidade da Áustria-Hungria. O arranjo, que passou a ser conhecido como "Entente dos Três Imperadores", foi ainda encorpado com a adesão da Itália, em 1874.

O primeiro dos sistemas de alianças de Bismarck, entretanto, foi efêmero. O principal problema na sua manutenção eram os interesses irreconciliáveis que tinham a Rússia e a Áustria-Hungria, que competiam pela supremacia sobre os territórios turcos dos Bálcãs. A eclosão das revoltas contra o domínio turco na Bósnia-Herzegovina e na Bulgária em 1875 motivou a intervenção da Rússia, que declarou guerra contra o Império Otomano, dela saindo vencedora em 1878. Nesse ano, a Rússia obteve dos turcos o Tratado de San Stefano, pelo qual era criada a Grande Bulgária, tornando independentes os territórios otomanos dos Bálcãs. A Áustria-Hungria rejeitou violentamente os termos do tratado, pelos quais eram criadas as condições para afirmação da hegemonia russa sobre os Bálcãs, e exigiu a sua revisão. O Tratado de San Stefano foi revisado na conferência convocada por Bismarck e realizada em Berlim em junho-julho daquele ano. Na conferência, as áreas de influência nos Bálcãs foram remanejadas e divididas entre a Rússia e a Áustria-Hungria, mas o seu resultado melindrou a diplomacia russa, que percebeu a indisfarçá-

vel preferência de Bismarck pelos interesses austríacos (Zorgbibe: 8-37).

Nesse momento, a Rússia começava a se afastar da Alemanha, que por seu turno dava início à construção do seu segundo sistema de alianças, tendo por base os entendimentos com os austríacos (Dupla Aliança), pelos quais se firmava em outubro de 1879 uma aliança preventiva contra a Rússia. Contraditoriamente, Bismarck ainda buscaria a reconstrução da aliança com os russos e, assim, propôs a restauração da Entente dos Três Imperadores. Pelo acordo firmado em junho de 1881, com duração inicial de três anos, o chanceler prussiano obteve a neutralidade da Rússia na eventualidade de uma guerra franco-alemã e a Rússia em troca ganhou promessa análoga, no caso de uma guerra contra a Áustria-Hungria. O segundo sistema de alianças seria aprimorado em 1882 com a adesão à Dupla Aliança da Itália (que estava melindrada pela conquista da Tunísia, por onde tentava iniciar a construção do seu império colonial, pelos franceses), seguida pela Romênia, que a ela se juntou em 1883. Entretanto, a eclosão da "crise búlgara", que se desenrolou entre 1885 e 1888, na qual os interesses da Rússia se chocaram mais uma vez com os da Áustria, comprometeu a Entente dos Três Imperadores, que teve fim em 1887. A preocupação de Bismarck, entretanto, era evitar que a Rússia, sentindo-se isolada e preterida pela diplomacia alemã, se aproximasse da França. Para evitar tal reversão na estratégia de isolamento internacional da França que construíra com esmero desde a fundação do Império Alemão, Bismarck negociou com a Rússia o Tratado Secreto do Resseguro, firmado em junho de 1887, pelo qual as partes garantiam

neutralidade recíproca na eventualidade de uma guerra defensiva, a Alemanha reconhecia a proeminência sobre a Bulgária, em detrimento dos interesses da Áustria, e prestava apoio político à pretensão de abertura dos Estreitos de Dardanelos e de Bósforo às naves de guerra russas.

Ainda em 1887 Bismarck obteve a renovação do Tratado da Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) por cinco anos, favorecendo também a assinatura dos Acordos do Mediterrâneo. Fundados sobre perspectiva da manutenção do *status quo* no Mediterrâneo e no Estreito de Bósforo, com o objetivo de deter o crescimento da influência da Rússia e da França. Os dois acordos foram firmados em fevereiro e em dezembro daquele ano pela Grã-Bretanha e Itália, a eles aderindo a Áustria-Hungria no mês seguinte e a Espanha logo depois. Com a conclusão dos Acordos do Mediterrâneo, Bismarck obtinha indiretamente a vinculação formal da diplomacia britânica ao seu sistema de alianças. O conjunto dos tratados de 1887 constitui o terceiro sistema de alianças de Bismarck.

Os sistemas de alianças construídos por Bismarck tornavam as relações intereuropéias extremamente complexas. É fato que com eles conseguiu a proeza de tornar as relações da totalidade das potências européias com a Alemanha verdadeiramente centrais, e, em alguns casos, estabelecendo uma relação de dependência política, como aconteceu com a Áustria-Hungria e com a Rússia. Por outro lado, a intrincada trama de engajamentos tecida pelas alianças bismarckianas tornara todo o sistema bastante contraditório. Ao tempo em que assumia uma postura marcadamente favorável aos interesses da Áustria-Hungria no contexto da Dupla Aliança, Bismarck agia no sen-

tido contrário no episódio do Tratado do Resseguro com a Rússia. A ambigüidade diplomática alemã, entretanto, se desfez com atenção conferida aos Acordos do Mediterrâneo, pelos quais se formava um bloco de Estados que se engajavam formalmente para deter a expansão da Rússia sobre os Bálcãs.

Os sistemas de alianças construídos pelo chanceler alemão visavam encaminhar os problemas fundamentais das relações internacionais na Europa no período, que eram a competição entre a Rússia e a Áustria e entre a França e a Alemanha, mas a sua evolução contraditória acabou por frustrar em médio prazo essas intenções. A Rússia percebeu a preferência velada da diplomacia alemã pela Áustria-Hungria, e por isso as relações teuto-russas passaram por tensão crescente, agravada por problemas que se acumularam na vertente econômica, causados pelo aumento das tarifas de importação imposto pela Alemanha à produção agrícola russa, em 1879, e pela proibição decretada em 1887 de negociação dos títulos da dívida externa russa no mercado financeiro alemão. A deterioração das relações teuto-russas desembocou justamente onde Bismarck não desejava – na aproximação da Rússia e da França (Zorgbibe).

Por outro lado, a diplomacia de alianças obteve um resultado muito importante, diretamente vinculado à consolidação do Império Alemão, agindo para a preservação da paz e para desfazer eventuais coligações contra o país. A eclosão de uma guerra entre a Áustria-Hungria e a Rússia, por exemplo, foi evitada pelo menos em duas ocasiões graças à habilidade da diplomacia alemã, que soube preservar os interesses do Reich, contentando os

seus aliados com compensações efêmeras. A preservação da paz, portanto, ainda que não parecesse aos observadores da época como uma das grandes ambições de Bismarck, era um dos grandes objetivos da sua política externa e no seu cálculo estratégico, ainda que brandisse a ameaça do uso da força, não convinha deixar transparecer aos inimigos esse ânimo pacifista.

O clima político na França e na Alemanha, fortemente marcado pela ascensão do nacionalismo chauvinista como força política de expressão, colaborou para a permanência da tensão entre os dois grandes rivais europeus. Alguns episódios que marcaram as relações franco-alemãs no período em tela sintetizam esse estado de ânimo. O primeiro deles ficou conhecido como "a crise do alerta de 1875", no qual Bismarck ameaçou a França com a decretação de uma guerra preventiva após a promulgação da nova lei militar francesa, em momento em que o governo de Paris promovia o rearmamento. O "caso Schnaebelé", de 1887, foi provocado pela prisão de um comissário de polícia francês pela guarda imperial alemã, e ajudou para que os ânimos nacionalistas se exaltassem, de um lado e do outro. Mas o episódio que melhor sintetiza esse estado é o da crise aberta pelo General Boulanger e que se estendeu de 1885 a 1887. Membro do gabinete de governo na França, Boulanger defendia abertamente a revanche contra os alemães, incitando a opinião pública francesa após a promulgação da nova lei militar da Alemanha.

A Alemanha sob o comando decidido de Bismarck desempenhou um papel extraordinário nas relações internacionais da Europa. A sua diplomacia procurava a estabilidade das relações intereuropéias como condição para a

consolidação do Império e a sua afirmação como potência de primeira grandeza, mas acabou sendo a causa de novas tensões. Com efeito, o sistema de alianças bismarckiano pôs a Europa no caminho das alianças permanentes que produziriam poucos anos depois os blocos de poder que se oporiam na Primeira Guerra Mundial. Emprestou, portanto, rigidez e complexidade ao sistema que funcionava desde 1815 de modo extremamente fluido. Os esquemas pelos quais Bismarck regulou as relações da Alemanha com a Europa tiveram influência duradoura sobre a estrutura das relações internacionais.

Os marcos da política interna alemã nos quais a política de Bismarck se fundou mudaram ao final dos anos 80. O velho imperador Guilherme I, fundador do Reich, morreu em março de 1888, sendo sucedido por seu filho já sexagenário, Frederico III. Príncipe de orientação liberal, Frederico simbolizou por muitos anos uma opção democrática para a Alemanha, cujo sistema político fora fundado pelas forças conservadoras, mas pouco tempo teve para iniciar a reforma das instituições e para prepará-las para a evolução constitucional, falecendo apenas três meses depois de coroado. O herdeiro então coroado, o jovem e impetuoso Guilherme II, era uma personalidade extremamente complexa: conservador e autoritário, pretendeu desde o primeiro momento do seu reinado uma concentração de poderes ainda maior do que aquela de que dispunha já tradicionalmente o Kaiser. Em outras palavras, pretendia exercer diretamente o poder, sem intermediários, como expressão tardia da melhor tradição absolutista que já se tornara antiquada na Europa. Indisposto com o herdeiro do trono alemão devido ao manejo de problemas da

política doméstica, Otto von Bismarck renunciou ao posto de chanceler em 18 de março de 1890 (Duroselle, 1995).

A renúncia de Bismarck evidenciou a existência de um conflito político fundamental na Alemanha, que opunha duas visões nacionais de relações internacionais. De um lado, Bismarck formulou e implementou consistentemente uma política externa que pretendia garantir a independência e a integridade do Império, obtendo-lhe a preponderância na política continental. Com isso, pretendia conservar as condições do poder alemão e não dispersá-las em aventuras como a expansão colonial, à qual outras potências se entregaram com ânimo a partir da década de 80. A visão oponente, agora consagrada com a coroação do jovem imperador, considerava, em contrário, que o desenvolvimento industrial e financeiro do Império impunha a necessidade da expansão do poder alemão, que não se continha mais ao território nacional e nem poderia se limitar à Europa. O poder nacional alemão deveria encontrar a escala mundial, na qual saciaria a sua sede de prestígio e a sua vontade de exercer a potência. O advento dessa *Weltpolitik* (política mundial), em substituição à política conservadora do sistema europeu bismarckiano, passava a caracterizar as ambições internacionais da Alemanha a partir de 1890, e os seus desígnios de expansão seriam a fonte de todas as tensões que sacudiram a Europa e as relações internacionais, eclodindo na Primeira Guerra Mundial.

## 4.4. O novo imperialismo

A partilha da África, em uma nova corrida colonialista que retomou o processo estancado no início do século XIX, e as novas formas do imperialismo econômico, que

sujeitaram política e economicamente as regiões atrasadas do mundo, são duas das dinâmicas que influenciaram mais intensamente as relações internacionais no grande período que se estende de 1871 a 1914. As duas dinâmicas são em grande medida complementares, e por vezes torna-se difícil separá-las e mesmo defini-las isoladamente. O novo colonialismo do último quartel do século XIX é substancialmente distinto da corrida por possessões territoriais que deu início ao processo de europeização do mundo ainda no século XVI, devendo ser entendido como um fenômeno inédito nas relações internacionais. Em grande medida está relacionado com o aprofundamento do imperialismo econômico informal que caracterizou a fase de expansão do capitalismo industrial pela imposição do livre-comércio anterior a 1871.

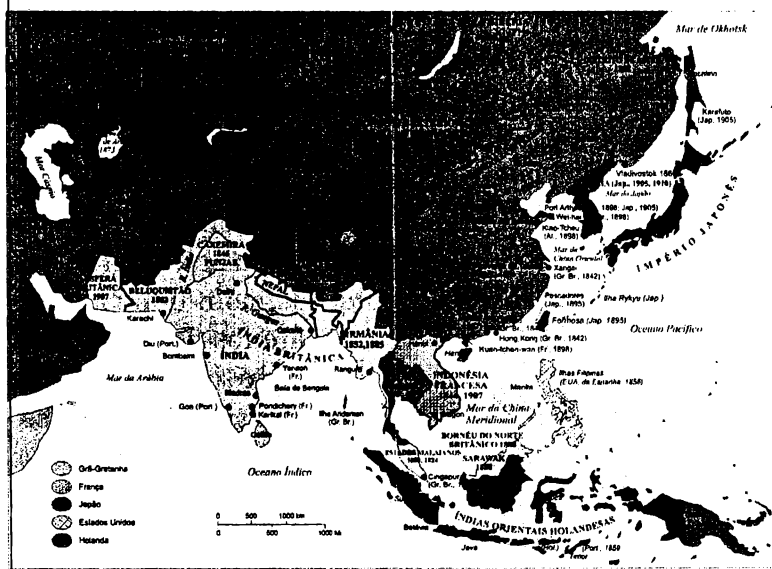
As duas dinâmicas, de todo modo, estão profundamente imbricadas com a evolução das relações intereuropéias a partir de 1871, e nessa perspectiva é conveniente verificar a existência de dois períodos bastante distintos. Entre 1871 e 1890, o desenvolvimento das ambições coloniais das grandes potências não teve maiores conseqüências sobre as relações intereuropéias, funcionando na verdade como uma "válvula de escape", que permitiu que muitas das tensões da política européia se tornassem administráveis. Desse modo, nesse período, a competição por novos espaços coloniais não teve uma influência determinante sobre a política continental, uma vez que algumas das potências européias nem mesmo participaram dessa primeira fase da corrida colonial. A Alemanha, por exemplo, via as desmesuradas ambições expansionistas da França com extrema benevolência, já que elas entretiam a sua rival em

distantes competições que não influíam no equilíbrio estratégico europeu. A partir de 1890, entretanto, a natureza dessa competição se modificou, justamente quando boa parte do mundo já se encontrava dividido. Escasseavam os territórios que ainda poderiam ser divididos, ao tempo em que aumentava o número de potências interessadas em obter colônias, com a chegada tardia da Alemanha e da Itália. Nessa fase, o recrudescimento da concorrência entre as potências por novos territórios produziu novas tensões fora e dentro da Europa, afetando de modo extremamente negativo a política européia (Doise & Vaisse).

Após 1871, as possibilidades de expansão das grandes potências no território europeu foram bloqueadas pelo fortalecimento dos movimentos das nacionalidades. As unificações alemã e italiana tornaram as zonas de expansão territorial na Europa extremamente exíguas, não apenas devido à nova configuração geopolítica do continente, mas também devido à rearticulação das áreas de influência. Nesse momento, restavam abertas à competição das grandes potências apenas os antigos territórios do Império Otomano nos Bálcãs, freqüentemente sacudidos pelas pretensões territoriais da Áustria-Hungria e da Rússia. Ademais, a velha política das compensações territoriais, característica do arranjo de poder que emergiu no Congresso de Viena, também tornava-se antiquada, com o amadurecimento do debate público sobre os direitos das minorias e com o fortalecimento do nacionalismo integrista como tendência política expressiva em grande parte dos países europeus. Bloqueados na Europa a expansão econômica e o jogo do equilíbrio das grandes potências encontraram vazão nos territórios tribais da África Negra e nos antigos

reinos semifeudais da África do Norte e da Ásia (o Mapa 6 demonstra o resultado do processo de expansão européia na Ásia).

As causas da corrida colonial que comprometeu as potências européias a partir de 1871 são múltiplas e complexas. São de natureza econômica, porque se inscrevem na busca de novas fontes de matérias-primas, na conquista de novos mercados consumidores e nas necessidades de remuneração do capital financeiro, ávido por investimentos rentáveis. São também de natureza política, estratégica e psicológica, dimensões nas quais eram contabilizadas as considerações de prestígio internacional, as necessidades de exaltação do sentimento nacional e a vontade de expandir a matriz civilizacional européia, tanto por razões reli-

*Mapa 6*
A dominação na Ásia (1871-1914)

giosas quanto por causa da consciência de superioridade que tinha cada um dos países envolvidos.

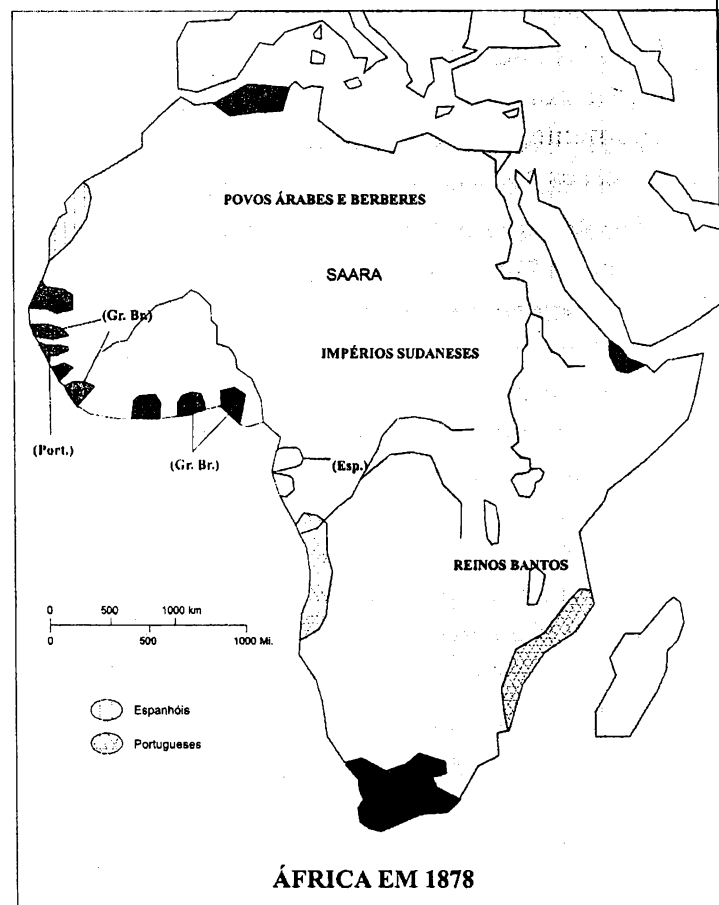
A segunda ordem de fatores sintetiza o darwinismo social, que surgiu nesse período como expressão ideológica do nacionalismo. De acordo com esse pensamento, defendia-se vigorosamente a conquista de novos territórios e a constituição de impérios como uma expressão da força e da capacidade de sobrevivência das nações mais bem-sucedidas econômica e culturalmente sobre os povos mais atrasados. De todo modo, não é possível encontrar explicações monistas para o fenômeno da corrida colonial. Ele não pode ser compreendido, portanto, como o resultado exclusivamente de uma das ordens de fatores elencadas, mas como uma combinação imponderável de considerações de ordem econômica, estratégica, psicossocial e ideológica (Duroselle, 1995).

A corrida colonial foi um fenômeno surpreendente, tanto pela velocidade com que se processou quanto pelas extensões geográficas envolvidas. Até o final da década de 60 do século XIX, apenas duas das grandes potências tinham o *status* de potências coloniais – a Rússia, que colonizava por contigüidade, formando o mais coeso império colonial do planeta, e a Grã-Bretanha, que detinha possessões nas Américas, na Índia, na Colônia do Cabo (na África Austral) e outras pequenas posses no litoral ocidental africano. Em 1878, como demonstra o Mapa 7, pouco menos de 10% do território da África estavam sob domínio europeu, as potências coloniais eram ainda poucas e possuíam uma presença já tradicional. Além da presença britânica já mencionada, a França dominava a Argélia desde 1830, o Marrocos parcialmente desde 1844 e pe-

quenos enclaves na costa ocidental, sendo o mais importante deles o Senegal, onde a presença francesa datava de 1854. Portugal, por seu turno, mantinha as suas possessões inalteradas desde o século XVII.

O fato é que as possessões coloniais não tinham, até o final dos anos 60 e o início dos 70, maior utilidade econômica no esquema de expansão do capitalismo industrial, preferindo as potências européias estabelecer formas de dominação indiretas, explorando o caminho da dependência informal e o da inserção desses espaços nas correntes comerciais pela via do livre-comércio. As ambições pelos territórios africanos surgiram tardiamente, portanto. Algumas posições possuíam grande valor estratégico, como acontecia com o Egito, libertado da dominação do Império Otomano em 1830, mas desde cedo submetido à hegemonia britânica, devido à sua posição privilegiada nas rotas comerciais que ligavam as Índias à Europa. Essa posição foi ainda mais valorizada após 1869, quando se inaugurou o Canal de Suez. Outros enclaves, como a Colônia do Cabo, passaram a ter maior valor econômico depois das descobertas das imensas reservas de diamantes e de ouro, entre o final dos anos 60 e o início dos 70 (Marc Ferro).

A vertiginosa divisão da África alteraria em poucos anos esse quadro, de modo que a partir da segunda metade dos anos 70 a quase totalidade do continente africano fora retalhada, ao ponto em que ao final do século XIX mais de noventa por cento do seu território estava dividido na forma de possessões coloniais européias, como se vê no Mapa 8. Esse processo foi iniciado pela expansão francesa na África Ocidental, com o começo da exploração dos ter-

*Mapa 7*
A dominação européia na África (1878)

órios interiores ao Senegal, em 1876. Três anos depois, rei da Bélgica Leopoldo II patrocinou a constituição da ssociação Internacional para a Exploração e Civilização África Central, instituição privada que tinha o objetivo explorar economicamente os territórios adjacentes à cia do Rio Congo. A intenção do monarca belga era a

criação de um "Estado livre", circundando as limitações jurídicas existentes no seu país para a aquisição de territórios e colônias. A nova presença belga não tardaria a se chocar com os interesses da França e da Grã-Bretanha, ciosas das suas conquistas recentes na África Equatorial e, particularmente, dos riscos que a competição impunha aos seus interesses comerciais.

Bismarck assistiu à escalada da competição entre as potências coloniais com interesse, e especialmente na controvérsia aberta sobre o Congo como uma oportunidade para uma reaproximação tática da França. A sua intenção era encorajar as ambições coloniais do país rival, afastando-o ainda mais da política européia, aplacando eventualmente o seu desejo de revanche e de reintegração das províncias da Alsácia e Lorena. Para tanto, o chanceler prussiano convidou o presidente do Conselho de Governo francês Jules Ferry a co-patrocinar uma conferência internacional com o objetivo de regular as diferenças sobre a África Central.

Essa Conferência teve lugar em Berlim entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, reunindo representantes de quatorze Estados europeus, e a sua convocação se inscreveu na tradição diplomática criada pelo Congresso de Viena, a partir do qual as grandes questões da política européia eram tratadas em encontros semelhantes, com o objetivo de se estabelecer consensos entre os interesses das grandes potências. Os países convidados para o encontro de Berlim foram os mesmos que firmaram a ata final de Viena, aos quais se somaram alguns outros interessados no assunto da expansão colonial – Estados Unidos, Bélgica, Itália e Turquia. O modelo adotado para os trabalhos

do encontro foi o da regulamentação da navegação no Rio Danúbio, elaborada também em 1815, e a idéia de Bismarck era que em Berlim se definisse um regime internacional que regulamentasse a navegação e a ocupação das bacias dos rios Congo e Níger.

O objetivo último do encontro não era propriamente partilhar o território africano, mas garantir as condições para o livre-comércio nas regiões em disputa pela Grã-Bretanha, Bélgica e França e, secundariamente, definir as formalidades que teriam de ser observadas pelas potências interessadas para que as suas conquistas no continente fossem consideradas efetivas. A ata final da Conferência de Berlim assegurou então a liberdade de comércio e de navegação nos dois grandes rios africanos, compreendendo a navegação de grande e de pequena cabotagem, entre o mar e os portos interiores, e em todos os seus afluentes. No que toca às condições estabelecidas para as novas conquistas de territórios, a Conferência inovou o estado do direito internacional, estabelecendo a necessidade de *ocupação efetiva* do espaço reivindicado, que deveria se traduzir pelo exercício pacífico (o que significa não contestado pelas populações locais) de todas as funções estatais. Essas deveriam ser executadas por meio de medidas concretas e de instalações suficientes para permitir ao Estado ocupante, diretamente ou por intermédio dos seus agentes, o estabelecimento da sua soberania de fato no território reivindicado. As novas conquistas deveriam ser notificadas às demais potências signatárias da ata final. A Conferência de Berlim tornou, portanto, mais rígidas as regras para a ocupação territorial e o seu reconhecimento internacional, revertendo a tendência consagrada espe-

cialmente pelos britânicos de delimitar simples esferas ou zonas de influência a partir do comércio legítimo, que equivalia a uma posse menos custosa e menos comprometedora do que as ocupações efetivas (René Girault).

*Mapa 8*
A dominação européia na África (1875-1914)

A Conferência de Berlim teve como resultado a intensificação da competição por territórios na África, da qual todas as potências passaram a participar. Entre 1895 e 1890 as grandes potências coloniais rearticularam as suas políticas de expansão. A Grã-Bretanha buscou condições para assegurar as suas posições estratégicas no comércio, garantindo a posse de Gana e da Nigéria e ocupando o Egito, transformado em protetorado britânico, com o afastamento da França. Para conformar a posse tranqüila do Egito, os britânicos estenderam o seu domínio colonial sobre todo o vale do Nilo, incorporando o Sudão e, mais adiante, o Quênia e Uganda. Na África Austral, o conflito com os bôeres (colonizadores de origem holandesa há muito estabelecidos no subcontinente) foi aprofundado pela posse dos territórios valorizados pelas descobertas de jazidas de ouro e diamante, levou a duas guerras sangrentas (1880-1881 e 1889-1902) e culminou no estabelecimento de um protetorado sobre as repúblicas sul-africanas. A Alemanha e a França, por seu turno, transacionaram as suas áreas de influência e as fronteiras das suas colônias por meio de acordos bilaterais.

Em apenas cinco anos, desde o encerramento da Conferência de Berlim, findou-se a partilha total do continente africano. O evento marcou o fim da primeira fase da corrida colonialista, na qual as disputas por territórios pouco afetavam o equilíbrio da política européia, e preparou a transição para a fase seguinte, iniciada em 1890, na qual todos os ganhos territoriais de uma determinada potência eram considerados perdas irremediáveis para o poder nacional das demais.

A partilha territorial da África foi uma das mais dramáticas dinâmicas do novo imperialismo europeu, mas não foi a única. A América Latina havia se convertido em zona de baixa pressão desde o final dos impérios coloniais ibéricos no início do século XIX – na região, vigoravam ainda as regras da submissão pela via da influência econômica informal, consistentemente implementadas desde que a região se tornou formalmente independente. Esse modelo de dominação, dito imperialismo informal, estabeleceu relações políticas e econômicas assimétricas, que favoreceram a consolidação da presença econômica das grandes potências industriais nas regiões e nos países menos desenvolvidos. Buscou-se, por essa via, mercados consumidores, fontes de matérias-primas e oportunidades para investimentos de capitais. Mas na Ásia se combinaram as duas formas de dominação – partilha territorial, zonas de influência e imperialismo econômico informal.

A expansão da Rússia e da França na Ásia foi o motivo que levou à intensificação da competição entre as potências, uma vez que pôs em risco as fronteiras do tradicional império colonial britânico no continente, que tinha a Índia no seu centro. Com efeito, neste momento a Índia tinha enorme valor econômico e estratégico para a Grã-Bretanha, tendo grande importância como espaço de reciclagem dos excedentes de capital (investidos em infra-estrutura urbana e de transportes) e, particularmente, como mercado consumidor dos setores da economia industrial que já se tornavam decadentes, como o de têxteis. A Grã-Bretanha se via portanto naturalmente compelida a defender o subcontinente indiano e se sentia pressionada pela expansão territorial da Rússia no sudeste e no leste asiáti-

cos, que ameaçavam as fronteiras das áreas de influência britânicas. A eclosão de conflito entre a Rússia e forças afegãs em 1884 levou a diplomacia de Londres, temerosa dos riscos que a expansão russa portaria para os seus interesses, a transformar o Afeganistão em um Estado independente, formalizado em um estatuto de protetorado que funcionava na prática como um Estado tampão, a separar a Rússia da Índia.

A França tinha uma presença anterior na Ásia, ocupando desde 1867 a Cochinchina. A extensão dos domínios franceses na península da Indochina, com a instauração de um protetorado sobre os antigos reinos de Anan e de Tonkim em 1882, e sobre o Laos em 1893, foi o motivo que levou a Grã-Bretanha, em reação, a fortalecer o seu domínio sobre a Malásia e a anexar a Birmânia. Adicionalmente, o antigo reino do Sião, atual Tailândia, foi convertido em um Estado tampão, separando a zona de influência francesa das fronteiras da Índia.

O mais impressionante processo de estabelecimento de zonas de influência, contudo, se desenrolou na China, que não teve o seu território formalmente retalhado entre as potências, mas foi aberta à força aos interesses das potências estrangeiras. Convertida em espaço de competição econômica desde a década de quarenta, quando o final da Guerra do Ópio (1839-1842) a subjugou totalmente, a China foi novamente motivo de competição no final do século XIX entre a Grã-Bretanha, a Rússia, a França, a Alemanha, os Estados Unidos e, por último, o Japão. O país foi dividido formalmente em áreas de influência econômica exclusiva e sofreu intervenções diretas das forças militares das grandes potências estacionadas em seu território,

que ali estavam para garantir o comércio e os interesses políticos de umas contra as outras. A dominação estrangeira e a subjugação da soberania nacional, entretanto, fomentaram o nacionalismo chinês, que eclodiu em violentas revoltas populares sufocadas pela intervenção estrangeira, como a rebelião Taiping (1850-1864) e a revolta dos Boxers (1900).

Não existe consenso na análise histórica acerca dos ganhos econômicos proporcionados pelo novo imperialismo. De um lado, a exploração colonial direta mostrou-se custosa, o que põe em dúvida a utilidade econômica de processos como a partilha da África, por exemplo. As despesas decorrentes das necessidades da ocupação efetiva dos territórios, como os de defesa e de administração, nem sempre foram compensados por correntes de comércio dinâmicas e intensas o suficiente para justificá-las. Por outro lado, o avanço das novas formas de imperialismo informal mostrou-se mais produtivo em médio e longo prazos, servindo para consolidar a presença econômica das grandes potências industriais nas regiões abertas à competição estrangeira. Isso aconteceu na América Latina, que concentrava no início da década de 90 cerca de um quarto dos investimentos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos no exterior, por exemplo, organizados em operações altamente lucrativas (empréstimos e contratos de exploração de projetos de infra-estrutura urbana e de transportes). As presenças econômicas alemã e francesa também cresceriam consistentemente nos países latino-americanos a partir do início dos anos 90, ao ponto que no final do século XIX e início do século XX punha-se em séria dúvida a perseverança da proeminência britânica na região.

O imperialismo informal também teceu as suas redes de interesses em outras regiões do mundo. A expansão da Segunda Revolução Industrial e a exploração econômica em alta escala de novas fontes de energia e de novos materiais, como o petróleo e a borracha, por exemplo, revestiram de alto valor estratégico as relações econômicas privilegiadas com determinados países da América Latina e do Oriente Médio. Na década de 80, a competição pela proeminência econômica e por áreas de influência fez com que o Império Otomano se transformasse em presa fácil dos interesses financeiros da Alemanha e da França. A Rússia, que definira-se pela aliança com a França em detrimento das conturbadas relações políticas e econômicas com a Alemanha, transformou-se rapidamente em zona de influência privativa do grande capital francês. E assim aconteceu por todo o mundo – os grandes grupos financeiros britânicos, norte-americanos, austríacos, belgas e holandeses repartiram entre si outros grandes negócios, como as malhas ferroviárias em expansão, os investimentos em infra-estrutura urbana (transportes e iluminação públicos, telégrafos e comunicações etc.).

O novo imperialismo, em suas duas vertentes – a da exploração colonial direta e a do imperialismo informal –, acelerou a constituição de uma economia de mercado global, concluindo o processo de expansão do ocidente europeu que teve início no século XVI, fomentando pacífica ou violentamente a difusão da civilização ocidental. Como dinâmica característica do último quartel do século XIX, o novo imperialismo também produziu relações políticas e econômicas profundamente assimétricas entre os Estados industrializados que dominavam o resto do mundo subdesenvolvido.

# Considerações finais

As transformações ocorridas na política e na economia mundiais nos últimos vinte e cinco anos do século XIX tiveram importância fundamental nas inflexões que se processariam doravante nas relações entre os principais atores das relações internacionais. Nesse momento, o ritmo das transformações políticas e econômicas estava se intensificando, tornando rapidamente a ordem internacional do equilíbrio de poderes mais instável.

A economia tornara-se verdadeiramente multipolar, com o surgimento de novas potências industriais, o que afetou dramaticamente as condições da supremacia britânica. Como reflexo direto dessa dinâmica, a política internacional também se tornou mais diversificada e mais complexa, com o advento desses novos atores em condições de competição por novos espaços e áreas de influência. Com efeito, a Grã-Bretanha que ascendera como superpotência global a partir do final do século XVIII, exercendo verdadeira hegemonia econômica e domínio real (formal ou informal) sobre extensas regiões do planeta, ao final do século XIX assistia ao surgimento de novos concorrentes, que se não tinham isoladamente condições de sobrepujá-la na diplomacia e nos negócios, com certeza produzi-

am muitos problemas para a realização dos seus interesses por todo o planeta, como se viu com a competição colonial e imperialista

Esse processo tem causas múltiplas. Na dimensão econômica, foram as dramáticas transformações na base produtiva em cada uma das novas potências industriais, tanto na Europa quanto fora, como se percebe com o aprofundamento da modernização econômica dos Estados Unidos, em primeiro lugar, e posteriormente do Japão. A alteração das condições políticas e estratégicas no teatro europeu, decorrentes da afirmação do novo papel exercido pelo Império Alemão na diplomacia continental, também teve conseqüências fundamentais na política mundial. Finalmente, as modificações dos condicionantes psicossociais nos principais países europeus alterou profundamente o jogo político doméstico, abrindo espaço para a ascensão do nacionalismo integrista como força dominante nos principais países da Europa Ocidental, com o que passavam a ser valorizadas as políticas de afirmação e de força.

O sistema de equilíbrio consagrado no Congresso de Viena evoluiu até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em meio a muitas crises. Entre o início dos anos noventa e a eclosão da Primeira Guerra Mundial a sua idéia de força, que era o princípio da distensão hegemônica (pelo qual se impedia a construção de uma hegemonia imperial pelo equilíbrio de poderes entre as potências) sofreu golpes duríssimos. Os sistemas de alianças concebido por Bismarck com intenções essencialmente preventivas foi transformado pelos seus sucessores, defensores de uma diplomacia que projetasse o novo perfil e as condições reais de poder da Alemanha, em uma *política mundial*. Assim, os siste-

mas de alianças primeiramente se tornaram instáveis, de modo a acomodar a atuação internacional afirmativa da Alemanha sob o Kaiser Guilherme II e os interesses em transformação das grandes potências na escala da política mundial e, depois, passaram por um processo de rápido enrijecimento, que levou à eclosão de graves crises que culminariam na Primeira Guerra Mundial.

*Grosso modo*, a fase que se estende entre 1890 e 1904 é caracterizada pelo amadurecimento das alianças e dos conflitos entre as potências, uma vez que nenhum dos grandes Estados europeus permaneceu inativo, manejando as suas ambições enquanto as estruturas da política internacional se transformavam. A França e a Grã-Bretanha, depois de competirem violentamente pelos territórios na África, encontraram um modo de regulação das suas divergências na África, firmando em 1890 um grande acordo de divisão do Vale do Níger. A Alsácia e a Lorena permaneciam como causa primeira da impossibilidade de reconciliação entre a Alemanha e a França. A competição entre a Rússia e a Áustria-Hungria pelos Bálcãs arrefeceu, porque os russos se interessaram mais pelo Extremo Oriente, onde competiam com os britânicos. Nesta fase, enquanto o sistema de equilíbrio evoluía de crise em crise, como sintomas da oposição crescente entre os interesses globais das grandes potências, a Europa esteve livre de uma grande guerra, ainda que esse cenário parecesse possível e fizesse parte dos cálculos estratégicos de todos os Estados. Conflitos menores, entretanto, eclodiram na periferia do mundo para acomodar as pretensões das potências extra-européias, quer dizer, dos Estados Unidos e do Japão (Guerra Sino-Japonesa, a Guerra Hispano-Americana e mais tarde a Guerra Russo-Japonesa).

A fase compreendida entre 1904 e 1890 é melhor caracterizada pela polarização das principais potências européias em dois blocos antagônicos. Algumas crises de grandes proporções marcaram a política internacional nesse momento, ao final das quais se conformou o sistema rigidamente bipolar que emergiu no início do século vinte. Essas crises opunham a França e a Alemanha na competição colonial, e a Áustria-Hungria e a Rússia nos Bálcãs, e a sua evolução marcou uma verdadeira era de crises – dez anos cruciais, período que se abriu em 1904 e que se encerrou dramaticamente em 1914.

No início dos anos 1890 a França conseguiu romper o isolamento diplomático persistentemente construído por Bismarck desde 1871, com a celebração de uma aliança com a Rússia. Nesse momento, a diplomacia arrogante da Alemanha guilhermina produziu uma política externa que foi percebida como ameaçadora ao equilíbrio europeu, para o que contribuiu o tom com que reivindicava a igualdade de direitos sobre as posses coloniais (processo no qual a Alemanha chegava muito atrasada, quando o mundo inteiro já estava praticamente partilhado), e ao programa de rearmamento naval lançado em 1897 que buscava a paridade de poderes nos mares com a Grã-Bretanha. O Estado alemão pretendia conformar finalmente um *status* de potência mundial, compatível com as condições econômicas e militares do país.

Essas transformações no perfil da atuação internacional da Alemanha produziu uma fenomenal transformação no modo com que a diplomacia britânica operava na Europa. Causou o rompimento definitivo da política de *isolamento esplêndido* com relação à política continental que

caracteriza as suas posturas para a Europa desde o fim da Guerra da Criméia, e a aproximação preventiva da aliança franco-russa. O fim da política de *isolamento esplêndido* (*splendid isolation*, para se fazer referência ao termo consagrado na historiografia das relações internacionais) se deu em três passos. O primeiro deles foi a conclusão em 1902 da aliança anglo-japonesa, que tinha por efeito o reconhecimento do papel de preponderância do Japão no Extremo Oriente, onde esse país se dedicava a uma política de rápida expansão territorial, mas que também liberava recursos estratégicos da Grã-Bretanha empregados na contenção da Rússia na região. O segundo movimento britânico para a superação do seu isolamento no Continente Europeu foi a regulação das diferenças que opunham a França e a Grã-Bretanha nas conquistas coloniais, particularmente na bacia do Nilo e no Sudeste Asiático, contextualizada na celebração da *Entente Cordiale* entre os dois países em 1904. O terceiro passo se deu com a aproximação britânica da Rússia, isolada pela derrota na guerra que empreendera contra o Japão entre 1904 e 1905 e que tivera por efeito aplainar os ânimos da sua expansão no Extremo Oriente. A derrota no Oriente, entretanto, fez com que a Rússia voltasse abruptamente as suas atenções para a competição por influência com a Áustria-Hungria sobre os Bálcãs, o que se deu justamente quando os nacionalismos da região explodiam em novas crises. Essas novas condições permitiram a celebração de uma *Entente* Anglo-Russa em 1907, que regulou as diferenças entre os dois países no Oriente. Os dois compromissos, o anglo-francês e o anglo-russo, produziram a Tríplice Entente, que se bateria diplomaticamente com a Tríplice Aliança comandada pela Alemanha até 1914.

A primeira crise envolvendo a Alemanha e a França sobre o estatuto colonial do Marrocos (1905-1906), definido e corroborado pela partilha do norte da África realizada pela Grã-Bretanha e a França, deu início ao processo de isolamento internacional da Alemanha, no qual atuaram consistentemente as diplomacias britânica e francesa. A segunda crise do Marrocos, dita "Crise de Agadir" (na qual a canhoneira alemã Panther aportou na cidade marroquina para reivindicar a partilha do território colonial com a França), que eclodiu em 1911, foi circundada com algumas concessões territoriais francesas na África Equatorial, mas a sua superação foi percebida pela opinião pública alemã, tomada pelo discurso dos grupos nacionalistas e belicistas, como uma derrota. As crises franco-alemãs demonstraram que os conflitos diplomáticos envolvendo as grandes potências, mesmo sobre temas nos quais imperou a regra da busca do consenso – como os temas coloniais bem demonstraram na fase anterior – rapidamente se transformavam em crises de grandes proporções, com capacidade de envenenar e de comprometer a capacidade de diálogo na política continental européia. Conformava-se, em decorrência, além do já tradicional antagonismo França-Alemanha, o novo e perturbador antagonismo anglo-germânico.

As crises que sacudiram os Bálcãs a partir dos anos 90 se inscrevem em uma segunda ordem de fatores que explicam os níveis elevados de tensão das relações intereuropéias no final do século XIX e no início do século XX. Com efeito, o desenvolvimento contínuo das paixões nacionalistas nos Bálcãs era motivo já antigo para o enfrentamento entre a Rússia e a Áustria-Hungria, potências que

demonstraram desde o início dos anos 70 grande interesse em expandir as suas áreas de influência sobre os escombros do Império Otomano na Europa, mesmo que para tanto tivessem de jogar com as rivalidades que opunham historicamente os povos da região. A anexação da Bósnia pela Áustria-Hungria em outubro de 1908 provocou os protestos da Sérvia (apoiada pela Rússia) que catalisava os nacionalismos eslavos contra a dominação turca e austríaca. Em março de 1909, a diplomacia alemã resolveu intervir na querela, pronunciando-se veementemente a favor das pretensões austríacas, forçando o recuo da Sérvia e da Rússia. Nessa crise, Berlim se interpôs como árbitro dos interesses das potências no centro-leste europeu e nos Bálcãs, o que irritou a diplomacia russa e serviu de pretexto para o reforço da *Tríplice Entente*, como já se denominava a convergência entre a Rússia, a França e a Grã-Bretanha.

A situação nos Bálcãs se tornaria a cada dia mais crítica com a disputa pelo espólio do Império Otomano na região. Duas guerras se sucederam em pouco menos de dois anos, entre 1912 e 1913, ao fim das quais a Turquia perdera definitivamente as suas possessões em território europeu, divididas entre a Sérvia e a Bulgária. Ao final desse processo, a Sérvia surgiu como poder emergente nos Bálcãs, desafiando a supremacia da Áustria-Hungria, que por seu turno apenas esperava uma oportunidade para punir exemplarmente as veleidades nacionalistas das minorias balcânicas. O pretexto para tanto surgiu com o assassinato do herdeiro do trono austríaco Francisco Ferdinando, ocorrido em Sarajevo, capital da Bósnia, em julho de 1914, fato considerado como estopim da grande crise que levou à Primeira Guerra Mundial.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial marcou o fim de uma longa era nas relações internacionais, na qual a Europa esteve no centro do universo, ditando as regras de convivência entre os povos, definindo os parâmetros da civilização e exercendo a hegemonia política e econômica. Sucumbia definitivamente a diplomacia das grandes conferências surgida no Congresso de Viena, a política da regulação das diferenças pela busca e pela construção negociada do consenso e o *modus operandi* de estabilização do sistema de Estados – que configuram e sintetizam a ordem internacional que teve a Grã-Bretanha como o seu principal ator. Depois dessa primeira catástrofe, as relações internacionais seriam cada vez menos eurocêntricas, porque países extra-europeus se consolidavam rapidamente como grandes pólos do poder mundial, especialmente os Estados Unidos e o Japão. Tinha fim, portanto, a era da *Pax Britânica* e se iniciava um momento de novas e assustadoras tensões, que levaria a humanidade a conhecer em toda a sua grandeza o potencial de destruição dos egoísmos nacionais.

# Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX – Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/ Contraponto, 1994.

BAIROCH, Paul. European Trade Policy, 1815-1914. *In*: MATHIAS, Peter & POLLARD, Sidney Pollard (eds.). *Cambridge Economic History of Europe*. Vol. III. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CERVO, Amado L. Hegemonia coletiva e equilíbrio – A construção do mundo liberal (1815-1871). *In*: SARAIVA, José F.S. (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de história – Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

CERVO, Amado L. & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/UnB, 2002.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DOISE, Jean & VAISSE, Maurice. *Politique étrangère de la France – Diplomatie et outil militaire (1871-1991)*. Paris: Du Seuil, 1996.

DOPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). *In*: SARAIVA, José F.S. (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de história – Entre a pre-*

*ponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Itinéraires: idées, hommes et nations d'Occident (XIX$^e$ - XX$^e$ siècles)*. Paris: La Sorbonne, 1991.

— *LEurope de 1815 à nous jours: vie politique et relations internationales*. Paris: PUF, 1995.

— *Todo império perecerá – Teoria das Relações Internacionais*. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências (séculos XIII a XX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

— *A revolução em debate*. São Carlos: Univ. do Sagrado Coração, 2001.

GIRAULT, René. *Diplomatie européenne et impérialismes (1871-1914*). Paris: Masson, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *As origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global, 1979.

— *Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

— *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

— *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

— *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

— *A era das revoluções (1789-1848*). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências – Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KOENIGSBERGER, Helmut G. *Early Modern Europe, 1500-1789*. New York: Longman, 1987.

KRIPPENDORF, Ekkehart. *História das Relações Internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979.

LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado – Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ociden-*

*tal, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

— *A riqueza e a pobreza das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MAYER, Arno J. *A força da tradição – Persistência do antigo regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MILZA, Pierre. *Les relations internationales de 1871 a 1914*. Paris: Armand Colin, 1990.

PAILLARD, Yvan G. *Expansion occidentale et dépendance mondiale; fin du XVIIIe siècle/1914*. Paris: Armand Colin, 1994.

POMER, Leon. *O surgimento das nações*. São Paulo/Campinas: Atual/Univ. de Campinas, 1985.

RÉMOND, René. *O século XIX (1815-1914)*. São Paulo: Cultrix, 1976.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales – Tome V: Le XIXe siècle – I: de 1815 à 1871*. Paris: Hachette, 1965.

RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des relations internationales*. Paris: Hachette [8 vol., 1953-1958 – reed. 3 vol, 1996].

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*. Paris: Armand Colin, 1991.

SCHNERB, Robert. *O século XIX: o apogeu da civilização européia (1815-1914)*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1996 [Coleção História Geral das Civilizações, vol. XIII].

SHENNAN, J.H. *The origins of the modern European State*. New York: Hutchinson University Library, 1974.

— *Liberty and order in early modern Europe: the subject and the State, 1650-1800*. New York: Longman, 1986.

SOLÉ, Jacques. *A Revolução Francesa em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: UnB, 2004.

YACONO, Xavier. *Histoire de la colonisation française*. Paris: PUF, 1988.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des Relations Internationales: du système de Bismarck au premier conflit mondial, 1871-1918*. Paris: Hachette, 1994.